Mauri Cruz

PLATAFORMA MROSC

UMA VOZ ATIVA NA DEFESA DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA

MROSC PLATFORM:
AN ACTIVE VOICE DEFENDING THE ORGANIZED CIVIL SOCIETY



Cáritas Brasileira
ELO – Ligação e Organização

Mauri Cruz

PLATAFORMA MROSC

UMA VOZ ATIVA NA DEFESA DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA

MROSC PLATFORM:
AN ACTIVE VOICE DEFENDING THE ORGANIZED CIVIL SOCIETY

Financiado pela União Europeia

Copyright © Cáritas Brasileira

Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei 9.610 de 19.2.1998. Nenhuma parte deste livro pode ser reproduzida sob quaisquer meios existentes sem autorização por escrito do/a autor/a.

PLATAFORMA MROSC:
UMA VOZ ATIVA NA DEFESA DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA

Projeto "Fortalecimento e Regionalização da Plataforma por um Novo Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil"
(CSO-LA/2018/399-177)

Este documento foi elaborado com a participação exclusiva de Cáritas Brasileira e Elo, não podendo, em caso algum, considerar-se que reflete a posição da União Europeia.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Plataforma MROSC : uma voz ativa na defesa da sociedade civil organizada = MROSC platform : an active voice defending the organized civil society / Candice Araújo...[et al.] ; organização Mauri Cruz ; [tradução Paul Martins]. -- Brasília, DF : Cáritas Brasileira, 2023.

Outros autores: Daniel Rech, Débora Rodrigues, Eliana Rollemberg, Marcela Vieira, Silvio Santana
Edição bilíngue: português/inglês.
ISBN 978-65-992433-4-9

1. Organizações da sociedade civil - Brasil I. Araújo, Candice. II. Rech, Daniel. III. Rodrigues, Débora. IV. Rollemberg, Eliana. V. Vieira, Marcela. VI. Santana, Silvio. VII. Cruz, Mauri. VIII. Martins, Paul. IX. Título: MROSC platform : an active voice defending the organized civil society.

23-167289 CDD-060

Índices para catálogo sistemático:

1. Organizações da sociedade civil 060

Aline Graziele Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

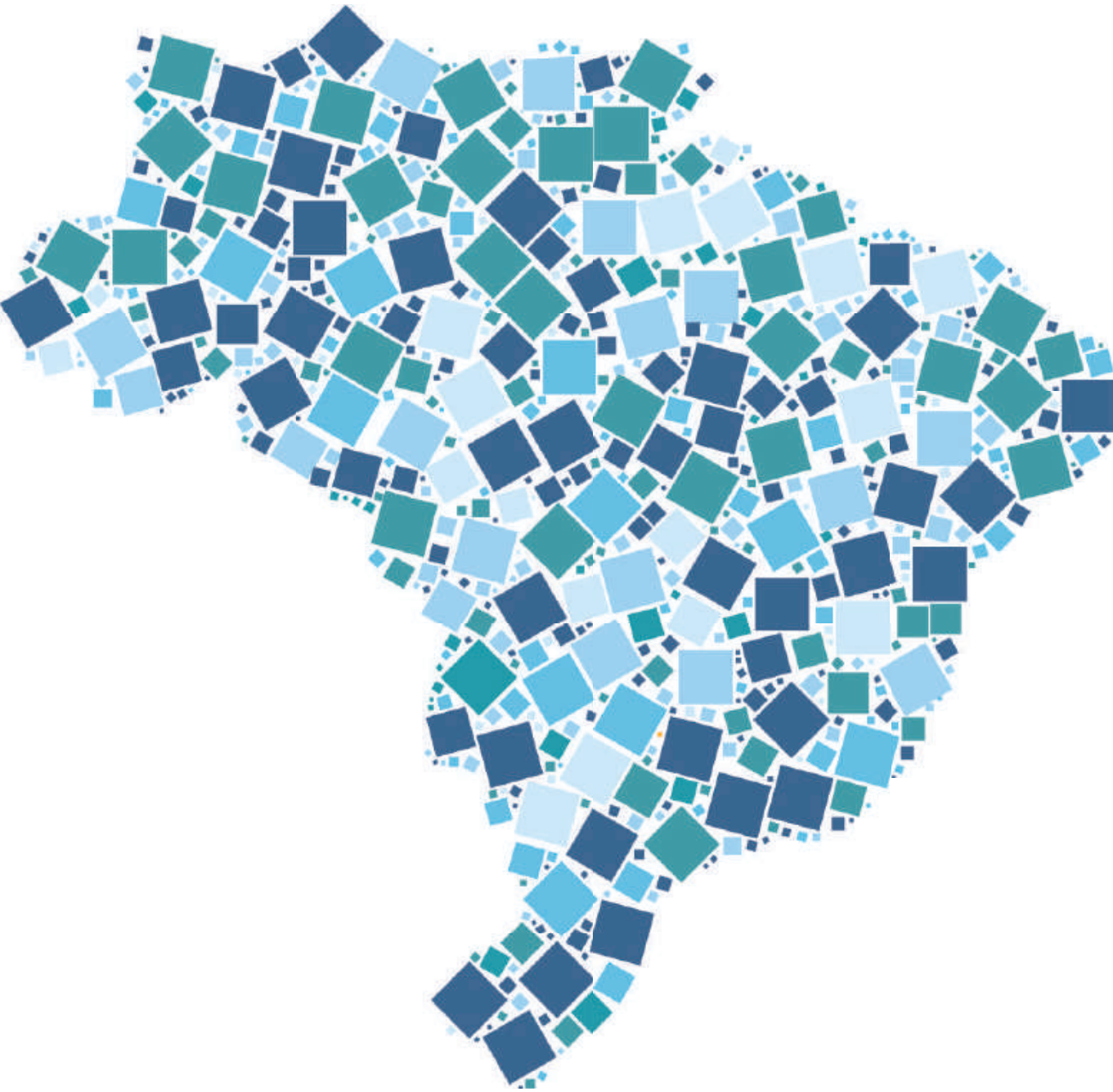
Brasília, DF
2023

APRESENTAÇÃO

"substantivo feminino, ato de dar a conhecer ou submeter algo à apreciação de alguém."



Fonte: Freepik.



Sumário

9 Apresentação

23 De onde viemos: a luta por um novo marco regulatório das OSCs (2010-2016)

33 Principais conquistas do novo marco regulatório

43 Ruptura e covid-19 alteram o contexto (2016-2022)

55 Diretrizes estratégicas da plataforma MROSC

59 Plataforma MROSC em números

65 Legados da incidência política

83 Legados de apoio às OSCs signatárias

93 Legados da participação cidadã e do controle social

109 Legados do fortalecimento da agenda MROSC

117 Legados do fortalecimento da plataforma MROSC

137 Uma agenda para o futuro

141 Agradecimentos

144 Linha do tempo

157 Outras publicações na plataforma MROSC

Summary

10 Presentation

24 Where we come from: fighting for a new CSO regulatory framework (2010-2016)

34 Main achievements of the new regulatory benchmark

44 Changes and breakdowns in covid-19 context (2016-2022)

56 Strategic norms of the MROSC platform

60 MROSC platform in numbers

66 Legacies of political advocacy

84 Supportive legacies to subscribed CSOs

94 Legacies of citizen acting and social control

110 Legacies of strengthening the MROSC agenda

118 MROSC platform engagements legacies

138 An agenda for the future

142 Acknowledgements

128 The timeline

146 Another releases about MROSC plataform

Apresentação

Para que servem as Organizações da Sociedade Civil (OSCs)? Qual a importância dessas organizações para a garantia da efetividade dos direitos básicos da sociedade brasileira? Qual a verdadeira contribuição das OSCs para o desenvolvimento econômico, social, político, cultural e ambiental do Brasil?

Essas são perguntas básicas que certamente povoam o pensamento daqueles que não convivem de forma direta com o fazer das mais de 800 mil OSCs brasileiras.

Presentation

What are Civilian Society Organizations (CSOs) for? What is the importance of these organizations to ensure the effectiveness of basic rights in Brazilian society? What is the real contribution of CSOs to the economic, social, political, cultural and environmental development of Brazil?

These are basic questions that certainly populate the thoughts of those who do not live directly with the work of the more than 800 thousand Brazilian CSOs.

Para um observador mais atento, as respostas aos questionamentos a respeito da existência das organizações da sociedade civil sempre estiveram presentes na vida do povo brasileiro, em especial nas parcelas excluídas de uma sociedade profundamente desigual. São os ativistas das OSCs as primeiras pessoas a chegarem em qualquer recanto do país quando as crises acontecem.

A pandemia de covid-19 é um exemplo recente e bastante singular dessa afirmativa. Foram as OSCs as primeiras organizações a se darem conta do drama da fome de milhões de famílias que, do dia para a noite, ficaram proibidas de sair às ruas para batalhar por seu ganha pão diário. Num país com 48% da mão de obra economicamente ativa vivendo de trabalhos informais, subempregos ou empregos terceirizados[1], o isolamento teve como consequência direta e imediata a fome. Os governos demoraram tempo demais para perceber a situação. Assim, a própria sociedade civil tomou a dianteira do apoio emergencial e da solidariedade, mobilizando pessoas, criando comitês populares e arrecadando doações e recursos.

A Plataforma MROSC não utiliza o conceito terceiro setor por compreender que ele não representa de forma adequada as organizações da sociedade civil, no entanto mantivemos o termo na apresentação dos dados para não alterar o sentido da pesquisa realizada.

1 ALVARENGA, Darlan; CAVALINI, Marta. Brasil perde 2,8 milhões de trabalhadores com carteira em 8 anos; informalidade e conta própria crescem. *G1*, Rio de Janeiro, 15 maio 2022. Disponível em:

Acesso em: 5 jul. 2023.

To a closer observer, however, the answers to civil society organizations have always been present in the lives of the brazilian people, especially in the excluded portions of a deeply unequal society. CSO activists are the first people to arrive in any corner of the country when crises strike.

The covid-19 pandemic is a recent and very unique example of this statement. CSOs were the first organizations to realize the hunger's drama to millions of families who, overnight, were forbidden to go out into the streets to fight for their daily meal. In a country with 48% of the economically active workforce living on informal jobs, underemployment or outsourced jobs[1], isolation had the direct and immediate consequence of hunger. Governments took too long to realize the situation, so civilian society itself took the lead in emergency support and solidarity, mobilizing people, creating popular committees and collecting donations and resources.

1 ALVARENGA, Darlan; CAVALINI, Marta. Brazil loses 2.8 million workers with a license in 8 years; informality and self-employment grow. G1, Rio de Janeiro, May 15, 2022. Available at:



Accessed on: July 5, 2023

The MROSC Platform doesn't use the third sector concept because it is an inadequate portrayal of civilian society organizations, however, we kept the term in the presentation of the data so as not to alter the meaning of the research carried out.

Conclui-se que são as OSCs as principais organizações presentes no cotidiano dos milhões de brasileiras e brasileiros que passam fome, vivem em situação de rua, sem acesso à saúde, sem moradia, sem condições dignas de trabalho, de educação, de assistência social, de cultura e de proteção ambiental. As OSCs são relevantes porque canalizam os sentimentos de solidariedade e de compromisso mútuo por uma sociedade verdadeiramente inclusiva, capaz de garantir a dignidade humana a toda e qualquer pessoa.

Além disso, as OSCs possuem importância econômica. Um estudo recente[2] demonstra que as OSCs são responsáveis por quase 4,27% do PIB nacional e empregam mais de 6 milhões de pessoas, na sua maioria mulheres com escolaridade de nível superior. O trabalho desse grupo funciona como um verdadeiro laboratório de tecnologias sociais, econômicas, culturais e ambientais que, quando incorporadas às políticas públicas, têm o potencial de contribuir com a superação da maioria das crises decorrentes de um sistema econômico que prioriza a acumulação de capital em detrimento da defesa e proteção da vida.

2 A IMPORTÂNCIA do Terceiro Setor para o PIB no Brasil. *Movimento Arredondar*, [*s. l.*], 28 mar. 2023. Disponível em:

Acesso em: 9 jul. 2023.



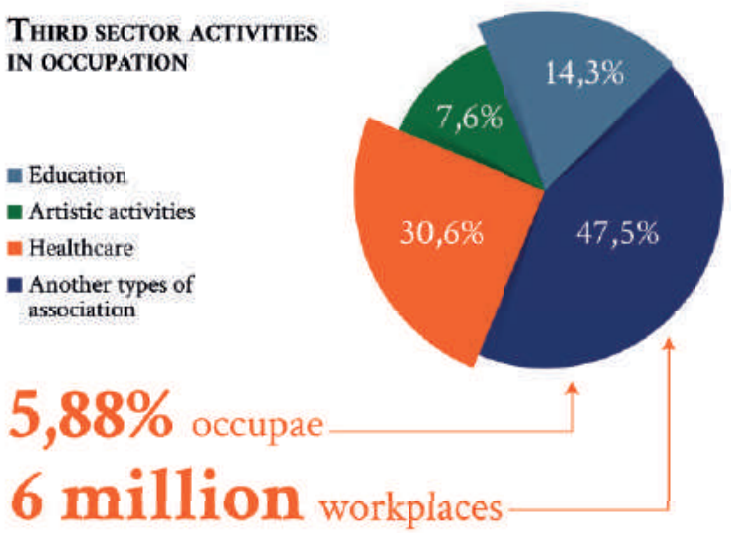
Fonte: A importância do terceiro setor para o PIB no Brasil. Sitawi, [*s. l.*], 2022. Disponível em:https://sitawi.net/wp-content/uploads/2023/03/miolo_terceirosetor-resumo-web2003.pdf.

The CSOs are currently one of the most significant and essential organizations in millions of Brazilians' daily lives, especially for those who are hungry, homeless and without access to health, housing, decent working conditions, education, social assistance, culture, and environmental protection. It's important to acknowledge CSOs' relevance in conducting the feelings of solidarity and mutual commitment for a truly inclusive society, capable of ensuring human dignity to every person.

Besides that, CSOs also have economic importance. A recent study[2] shows that CSOs are responsible for almost 4.27% of the national GDP and employ more than 6 million people, mostly highly educated women. The group's work creates a genuine laboratory of social, economic, cultural and environmental technologies that can be incorporated into public policies, and contribute to going through most types of crises that arise from an economic system, which prioritizes the accumulation of capital instead of defending and protecting people's life.

2 The relevance of the third sector for GDP in Brazil. Movimento Arredondar, [s. l.], 28 Mar. 2023. Available at:

Accessed on: July 9, 2023.



Source: The importance of the third sector for GDP in Brazil. Sitawi, *[s. l.]*, 2022. Available at: https://sitawi.net/wp-content/uploads/2023/03/miolo_terceirosetor-resumo-web2003.pdf.

Movimentamos a economia

Atividades do Terceiro Setor contribuem com

4,27%

do valor adicionado ao PIB nacional

Montante equivalente a mais de

R$ 220 bilhões

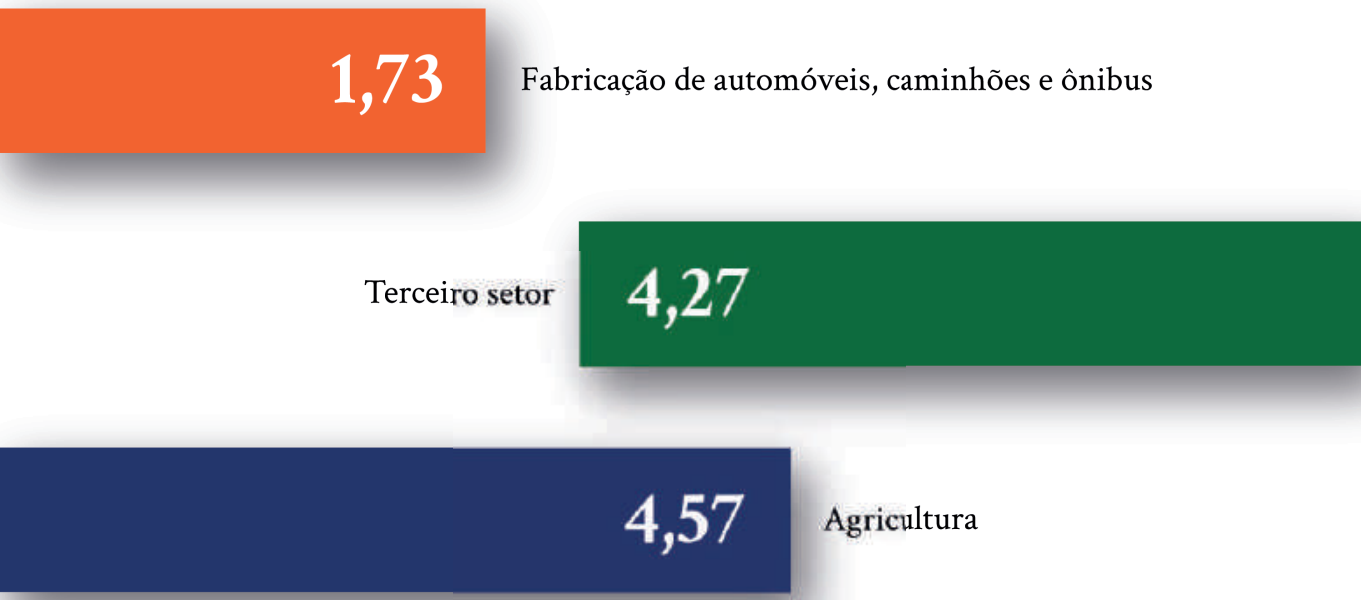
equivaleria a R$ 423 bilhões em 2022*)

- Educação 0,77%
- Atividades artísticas 0,31%
- Saúde 1,81%
- Outras organizações associativas 1,40%

*Estimativa da Sitawi com base no PIB Brasileiro de 2022 a preços correntes

Fonte: A importância do terceiro setor para o PIB no Brasil. Sitawi, [*s. l.*], 2022. Disponível em: https://sitawi.net/wp-content/uploads/2023/03/miolo_terceirosetor-resumo-web2003.pdf.

Participação de setores econômicos do PIB (%)



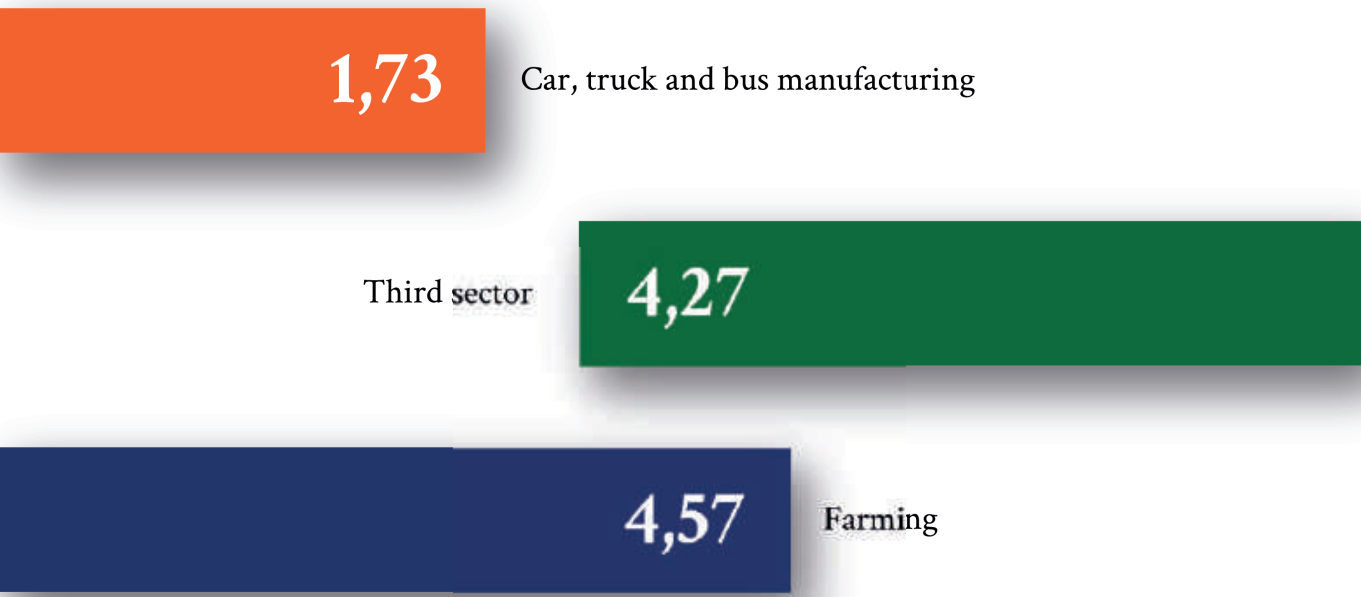
Fonte: A importância do terceiro setor para o PIB no Brasil. Sitawi, [*s. l.*], 2022. Disponível em: https://sitawi.net/wp-content/uploads/2023/03/miolo_terceirosetor-resumo-web2003.pdf.

Moving the economy



Source: The importance of the third sector for GDP in Brazil. Sitawi, [s. *l.*], 2022. Available at: https://sitawi.net/wp-content/uploads/2023/03/miolo_terceirosetor-resumo-web2003.pdf.

Economic sectors' share of GDP (PIB) %



Source: The importance of the third sector for GDP in Brazil. Sitawi, [s. *l.*], 2022. Available at: https://sitawi.net/wp-content/uploads/2023/03/miolo_terceirosetor-resumo-web2003.pdf.

Surpreende aos desinformados que as OSCs tenham tamanha relevância e ainda ajam com competência e enorme capacidade de gestão. Pesquisa realizada pela organização suíça *The Dot Good*[3] mapeou as 50 organizações sociais brasileiras mais influentes com base na análise de critérios como incidência política, grau de transparência, níveis de gestão e governança. Uma das principais conclusões dessa pesquisa é que as iniciativas das diversas organizações brasileiras estão alinhadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), contribuindo para o cumprimento das metas estabelecidas pela Agenda 2030, como a erradicação da pobreza, o combate à fome, a igualdade de gênero, o empoderamento das mulheres, a redução das desigualdades e o combate às mudanças climáticas.

Neste momento, o leitor e a leitora devem estar se perguntando: se as OSCs são tão importantes para o Brasil, por que elas são perseguidas? Por que não recebem apoio e investimentos para seu funcionamento? Por que são marginalizadas e criminalizadas por representantes do poder público e parte da mídia corporativa?

A resposta certamente é porque as OSCs brasileiras, além de atuarem de forma emergencial e imediata para minimizar os dramas sociais do povo brasileiro, também lutam por mudanças estruturais, visando a superação das causas que produzem esses dramas: concentração de terras e riquezas, desigualdade, racismo, desemprego, lucros exorbitantes, patriarcado, precarização do trabalho, preconceitos sociais e sexuais, desrespeito ao meio ambiente, entre tantas outras causas. Uma parcela das OSCs se articula justamente para mudar as estruturas de poder que mantêm o Brasil como uma das sociedades mais desiguais e injustas do mundo. Ao lutar por mudanças, essas organizações mexem com os interesses de poderes econômicos que resistem para manter privilégios e status sociais. As OSCs são criminalizadas porque as ações e iniciativas promovidas, além de atenderem às emergências e urgências da população pobre brasileira, buscam a transformação social.

Esta publicação tem como objetivo provocar uma reflexão sobre essas questões por meio da experiência da Plataforma MROSC nos últimos anos. Assim, apresenta-se, de forma sucinta, a história dessa rede de organizações da sociedade civil criada em 2010 para exigir do estado brasileiro o reconhecimento das OSCs como sujeito de direitos pela construção de um novo marco regulatório, denominado Plataforma por um novo Marco Regulatório das OSCs, ou, simplesmente, **Plataforma MROSC**.

3 ONGs brasileiras estão entre as mais relevantes do mundo em ranking. *Observatório do Terceiro Setor*, São Paulo, 23 jun. 2023. Disponível em:

Acesso em: 9 jul. 2023.

Many people who are not well-informed may be surprised to learn that CSOs (Civil Society Organizations) hold a significant level of relevance and are known for their competence and exceptional management abilities. A research conducted by the Swiss organization The Dot Good has cataloged the 50 most influential Brazilian social organizations based on the analysis of norms such as political incidence, degree of transparency, management levels and governance. One of the main conclusions of this research is that the initiatives of the various Brazilian organizations are aligned with the Sustainable Development Goals (SDGs) of the United Nations (UN), contributing to the achievement of the goals established by the 2030 Agenda, such as eradicating poverty, fighting hunger, gender equality, empowering women, reducing inequalities and combating climate changes

3 Brazilian NGOs are among the most relevant in the world in ranking. *Observatório do Terceiro Setor*, São Paulo, June 23, 2023. Available at:



Accessed on: July 9, 2023.

At this point, you may be asking yourself: if CSOs are so important for Brazil, why are they being persecuted? Why do they not receive support and investments for their operation? Why are they marginalized and criminalized by public authorities representatives and part of the corporate media?

The reason is that Brazilian CSOs act quickly to address social crises in a way to minimize Brazilian people's social drama. CSOs are also fighting for structural changes, aiming to overcome the causes that produce these dramas: concentration of land and wealth, inequality, racism, unemployment, exorbitant profits, patriarchy, the precariousness of work, social and sexual prejudices, disrespect for the environment, among many other causes. A part of CSOs articulates itself precisely to change the power structures that hold Brazil as one of the most unequal and unjust societies throughout the world. By fighting for change, these organizations touch the interests of economic powers that resist maintaining privileges and social status. CSOs are criminalized because the actions and initiatives they promote seek social transformation, besides addressing the emergencies and urgencies of the poor Brazilian population,.

This book aims to instigate a reflection on these issues through the experience of the MROSC Platform in recent years. Thus, it briefly presents the history of this network of civilian society organizations created in 2010 to demand from the Brazilian state the recognition of CSOs as subjects of rights by the construction of a new regulatory framework for CSOs, called Platform for a new CSO Regulatory Framework, or simply **MROSC Platform**.

Atualmente, a Plataforma MROSC conta com mais de 2 mil organizações signatárias, cuja rede indireta alcança mais de 100 mil organizações, e busca ampliar e enraizar a sua atuação, trazendo cada vez mais organizações para o debate sobre o ambiente regulatório e institucional das organizações da sociedade civil no Brasil, em nível federal, distrital, estadual e municipal, promovendo articulação e intercâmbio entre as experiências e práticas existentes.

Com base na apresentação das principais iniciativas e ações realizadas no âmbito do Projeto Fortalecimento e Regionalização da Plataforma por um Marco Regulatório das OSCs, financiado pela União Europeia, esta publicação apresenta os resultados na forma de legados. Apesar de escrito e sistematizado pelo autor, os dados, as informações e os posicionamentos aqui apresentados decorrem de diálogos e construções coletivas do Comitê Facilitador da Plataforma, bem como de conversas e reflexões ocorridas em Encontros Nacionais, Caravanas, Plenárias e Encontros Regionais de organizações signatárias da Plataforma.

Dessa forma, esta publicação cumpre um papel de sistematização dos últimos anos de trabalho e, da mesma forma, provoca a reflexão sobre os próximos passos necessários para o fortalecimento do campo das OSCs. É, portanto, nossa contribuição para este momento de reconstrução do Brasil como país democrático, inclusivo e solidário.

Nowadays, the MROSC Platform has more than 2 thousand signatory organizations, whose indirect network reaches more than 100 thousand organizations and seeks to expand and root its performance, bringing more and more organizations to the debate on the regulatory and institutional environment of civil society organizations in Brazil, at the federal, district, state and municipal levels, promoting articulation and exchange between existing experiences and practices.

Based on the presentation of the main initiatives and actions carried out within the scope of the Project Strengthening and Regionalization of the Platform for a CSO Regulatory Framework, funded by the European Union, this publication presents the results in the form of legacies. Although written and systematized by the author, the data, information and positions presented here result from dialogues and collective constructions of the Platform's Facilitating Committee, as well as from conversations and reflections that took place in National Meetings, Caravans, Plenaries and Regional Meetings of signatory organizations of the Platform.

Thus, this publication fulfills the role of systematizing the last years of work and, likewise, provokes reflection on the next steps necessary to strengthen the field of CSOs. It is, therefore, our contribution to this moment of reconstruction of Brazil as a democratic, inclusive and supportive country.





Fonte: acervo da Plataforma MROSC.





Source: MROSC Platform collection.

De onde viemos: a luta por um novo marco regulatório das OSCs (2010-2016)

Quem se preocupa em criar um ambiente favorável para a atuação das organizações da sociedade civil? Uma pergunta intrigante porque, apesar da relevância das OSCs para o país, a invisibilidade delas como sujeito político e como detentoras de direitos remonta à sua própria existência. Essa invisibilidade tem sido construída por quem deseja manter o país como sociedade desigual e vê na atuação das OSCs o potencial de mudanças. Garantir o reconhecimento dessas entidades e, a partir daí, criar um ambiente favorável para a atuação da sociedade civil organizada é tarefa para todos aqueles que lutam por transformações sociais em prol de uma sociedade mais justa.

Nesse sentido, embora a Plataforma MROSC tenha sido criada apenas em 2010, é necessário reconhecer que o embrião dessa rede já existia, mesmo que informalmente, desde o processo constituinte de 1988. Naquele momento de abertura política pós-Ditadura Militar, várias organizações da sociedade civil se articularam para defender a autonomia e a liberdade de organização do povo brasileiro, vedando qualquer forma de interferência do estado em seu funcionamento, conquista que está esculpida nos incisos XVII e XVIII do art. 5º da Constituição Federal.

> Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:
> XVI - todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente;
> XVII - é plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar;
> XVIII - a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento;
> XIX - as associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão

WHERE WE COME FROM: FIGHTING FOR A NEW CSO REGULATORY BENCHMARK (2010-2016)

Who is concerned with creating a good environment for civilian society organizations to act out? This is a thought-provoking question. Despite the importance of CSOs to the country, their invisibility as political subjects and as duty-bearers reassembles to their very existence. This invisibility has been built by those who wish to maintain the country as an unequal society and see in the performance of CSOs the potential for change. Ensuring the recognition of these entities and, from there, creating a favorable environment for the performance of CSOs of organized civil society is a task for all those who strive for social change towards a fairer society.

In this direction, although the creation of MROSC Platform was only in 2010, it is necessary to recognize that the embryo of this network has already existed, even if informally, since the 1988 constituent process.In that moment of political opening after the military dictatorship, several civil society organizations articulated themselves to defend the autonomy and freedom of organization of the Brazilian people, prohibiting any form of state interference in their functioning, a sculpted achievement in sections XVII and XVIII of art. 5 of the Federal Constitution.

> Art. 5 All are equal before the law, without distinction of any kind, guaranteeing Brazilians and foreigners residing in the country the inviolability of the right to life, liberty, equality, security and property, under the following terms:
> XVI - everyone is allowed to assemble peacefully, without weapons, in places open to the public, regardless of authorization, provided that they do not frustrate another meeting previously convened for the same place, only prior notice to the competent authority being required;
> XVII - free association for lawful purposes is permitted, except the paramilitary ones;
> XVIII - the creation of associations and, in the form of the law, cooperatives are independent of authorization, and state interference in their operation is prohibited;
> XIX - associations may only be compulsorily dissolved or have their activities suspended by a court decision, requiring, in the first case, the final judgment;

judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado;
XX - ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado;
XXI - as entidades associativas, quando expressamente autorizadas, têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente [...][4].



Fonte: 30 anos da Constituição Cidadã. Senado Federal/Câmera dos Deputados, Brasília. Disponível em: https://www.camara.leg.br/internet/agencia/infograficos-html5/constituinte/index.html.

4 BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. Brasília, DF: Senado Federal: Coordenação de Edições Técnicas, 2016. Disponível em:

Acesso em: 11 jul. 2023.

Após a promulgação da Constituição Cidadã, boa parte das organizações seguiram cumprindo um importante papel na discussão e implementação de políticas públicas nacionais, como a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), o Sistema Único de Assistência Social (Suas), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), o Estatuto das Cidades, o Estatuto da Pessoa Idosa, o Estatuto da Igualdade Racial, o Estatuto da Pessoa com Deficiência, entre tantas outras leis e normas de garantia de direitos. Inicialmente, todas essas mudanças foram pensadas como políticas públicas a serem implementadas e efetivadas pelo próprio Estado por meio de seus órgãos e entidades, cabendo à sociedade civil organizada o acompanhamento, a fiscalização e a avaliação dessas políticas.

No entanto, a partir dos anos 1990 a 2002, a adoção pelos governos das concepções neoliberais, alimentada pela pressão de setores privados, consolidou-se como uma campanha permanente para o enxugamento do Estado

XX - no one has to be forced to join or remain as an association member;
XXI - associative entities, when expressly authorized, have legitimacy to represent their affiliates judicially or extrajudicially [...][4]



Source: MROSC Platform collection.

After the announcement of Citizen Constitution, many organizations have continued to execute an important function related to the debate of national public policies implementary actions, such as the creation of the Unified Health System (SUS), the Unified Social Assistance System (Suas), the Law of Norms and Bases to National Education (LDB), the Statute of Cities, the Statute of the Elderly, the Statute of Racial Equality, the Statute of Persons with Disabilities, among many other laws and norms wich guaranteeing rights. At the beginning, all these changes were thought as public policies to be implemented and accomplished by state itself through its agencies and entities; consequently, organized civilian society is responsible for monitoring, supervising and evaluating these policies.

However, from the 1990s to 2002, neoliberal government ideology, fueled by private sectors pressure, was consolidated as a permanent campaign for downsizing Brazilian state, reducing resources, scrapping public structures, dismissing government employees and suspending new government exams, which resulted in a reduction of state's capacity to develop

4 BRAZIL [Constitution (1988)]. Constitution of the Federative Republic of Brazil: constitutional text promulgated on October 5, 1988, as amended by Constitutional Amendments Nos. 1 to 6/94, Constitutional Amendments Nos. 1/92 to 91/2016 and Legislative Decree No. 186/2008. Brasília, DF: Federal Senate: Coordination of Technical Editions, 2016. Available at:

Accessed on: July 11, 2023.

brasileiro, com a redução de recursos, o sucateamento das estruturas públicas, a demissão de servidores e a suspensão de novos concursos públicos, resultando na redução do desenvolvimento de políticas públicas. O conjunto de ideias neoliberais de enxugamento da capacidade de ação do Estado e de retirada de direitos repercutiu na queda da renda dos segmentos mais vulneráveis da sociedade, o que gerou aumento da fome e do desemprego, além de déficit social.

Como alternativa, o próprio poder público passou a demandar que as OSCs assumissem parte da execução de várias dessas políticas. Esse novo momento colocou um dilema no âmbito das organizações da sociedade civil, que, do lugar de apoiadoras de movimentos sociais por políticas públicas, passaram a ocupar a função e o papel de executoras dessas ações.

É importante dizer que as parcerias entre o Estado e as organizações da sociedade civil não é tema novo. Desde o século passado, organizações se ocupavam de cuidar das pessoas marginalizadas pela sociedade e, para isso, muitas vezes contavam com aporte financeiro do próprio Estado por meio de transferências voluntárias de recursos públicos. Ocorre que, a partir de 1993, com a criação da Lei das Licitações, toda e qualquer transferência de recursos públicos obrigatoriamente deve passar por processo licitatório ou, de forma excepcional, ser demonstração de que a seleção pública é inviável – nesse caso, a não realização da licitação deve ser justificada.

Assim, surgiu uma dificuldade quanto aos repasses voluntários de recursos que, num primeiro momento, produziu situações críticas de desfinanciamento das ações realizadas pela OSCs. A Lei das Licitações, por meio dos artigos 25 e 116, permitia a celebração de convênios envolvendo os órgãos públicos. Essa brecha legal acabou sendo utilizada de forma ampla para a celebração das parcerias com as OSCs.

Não havendo um instrumento jurídico próprio para a realização dessas parcerias, os órgãos públicos delinearam-nas da forma como mais lhe interessava, transferindo para as OSCs todas as obrigações inerentes à execução das políticas públicas somadas à burocracia estatal. Esse novo contexto gerou enorme insegurança jurídica para a atuação das organizações da sociedade civil, que se viram envolvidas em processos jurídicos, denúncias, coação por parte de gestores públicos, além dos riscos de devolução de recursos.

Para enfrentar esse quadro, em 2010, dezenas de organizações se reuniram para criar a Plataforma por um Novo Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, a **Plataforma MROSC**. Rapidamente, a Plataforma MROSC tornou-se uma importante rede de articulação de organizações sem fins lucrativos e de interesse público com o objetivo de aprimorar o ambiente social e legal de atuação das organizações da sociedade civil em todo o Brasil. Já em 2010 obteve compromisso assinado pelos candidatos à Presidência da

public policies. The neoliberal policy, which has been reducing the state's c capability to act, reducing civil rights; furthermore, impacting on the financial decrease of most vulnerable segments of society, which has led to an increase in hunger, unemployment and social deficit.

As an alternative, the public authorities themselves began to demand that CSOs take part in implementing several of these policies. This new moment created a dilemma for CSOs that started in a position of supporters of social movements for public policies andbegan to occupy spaces and roles as executors of these same policies.

It is important to say that partnerships between the state and civilian society organizations are not a new. Since the last century, organizations have taken care of marginalized people in society and these same organizations often had financial support from the state through voluntary transfers of public resources.

Since 1993, with the creation of the Bidding Law, any and all transfers of public funds must go through a bidding process or, exceptionally, be demonstrated that public selection is unfeasible and in this case, the non-realization of the bidding must be justified.

An impasse arose concerning voluntary transfers of resources that, at first, produced critical situations of de-financing the actions carried out by CSOs. The Bidding Law, through articles 25 and 116, allowed the signing of agreements involving public bodies. This legal loophole ended up being widely used to enter into partnerships with CSOs.

Since there was no specific legal instrument to rulethese partnerships, public bodies outlined them in the way that most interested them, transferring to CSOs all the obligations inherent to the execution of public policies added to the state bureaucracy. This new context generated enormous legal uncertainty for the performance of civil society organizations, which found themselves involved in legal proceedings, complaints and coercion by public managers, in addition to the risks of returning resources.

To address this situation, in 2010, dozens of organizations came together to create the Platform for a New Regulatory Framework for Civil Society Organizations, the MROSC Platform. The MROSC Platform quickly became an important network of non-profit and public interest organizations to improve the social and legal environment for civilian society organizations throughout Brazil. In 2010, it obtained a commitment signed by the candidates for the Presidency of the Republic, Dilma Rousseff and José Serra, who competed in the second round of the elections that year. The commitment made by both was that the elected one would ensure the implementation of a favorable regulatory environment and the creation of policies to promote CSOs. Elected, President Dilma composed a Joint Working Group formed

República, Dilma Rousseff e José Serra, que disputaram o segundo turno das eleições daquele ano. O compromisso assumido por ambos foi de que o eleito garantiria a implantação de um ambiente regulatório favorável e a criação de políticas de fomento às OSCs. Eleita, a presidenta Dilma compôs um Grupo de Trabalho Paritário formado pelo governo federal, por integrantes da Plataforma MROSC e por outras redes e organizações para a elaboração da proposta, que, após negociada com o Congresso Nacional, tornou-se a Lei 13.019/2014.

A nova legislação – Lei das Parcerias – reconhece o papel das organizações da sociedade civil, citadas pela primeira vez com esse conceito no ordenamento jurídico brasileiro, bem como simplifica e uniformiza as regras para as parcerias entre poder público e organizações da sociedade civil, garantindo maior transparência e segurança no repasse e na aplicação dos recursos para as políticas públicas implementadas pelas OSCs. É uma lei que deve ser aplicada por todos os entes públicos – União, Distrito Federal, estados e municípios – e tornou-se uma poderosa ferramenta para garantir a capacidade de atuação das OSCs nas relações de parceria com os governos.



Fonte: acervo da Plataforma MROSC.

by the federal government, members of the MROSC Platform, and other networks and organizations to draft the proposal that, after negotiating with the National Congress, became Law 13.019/2014.

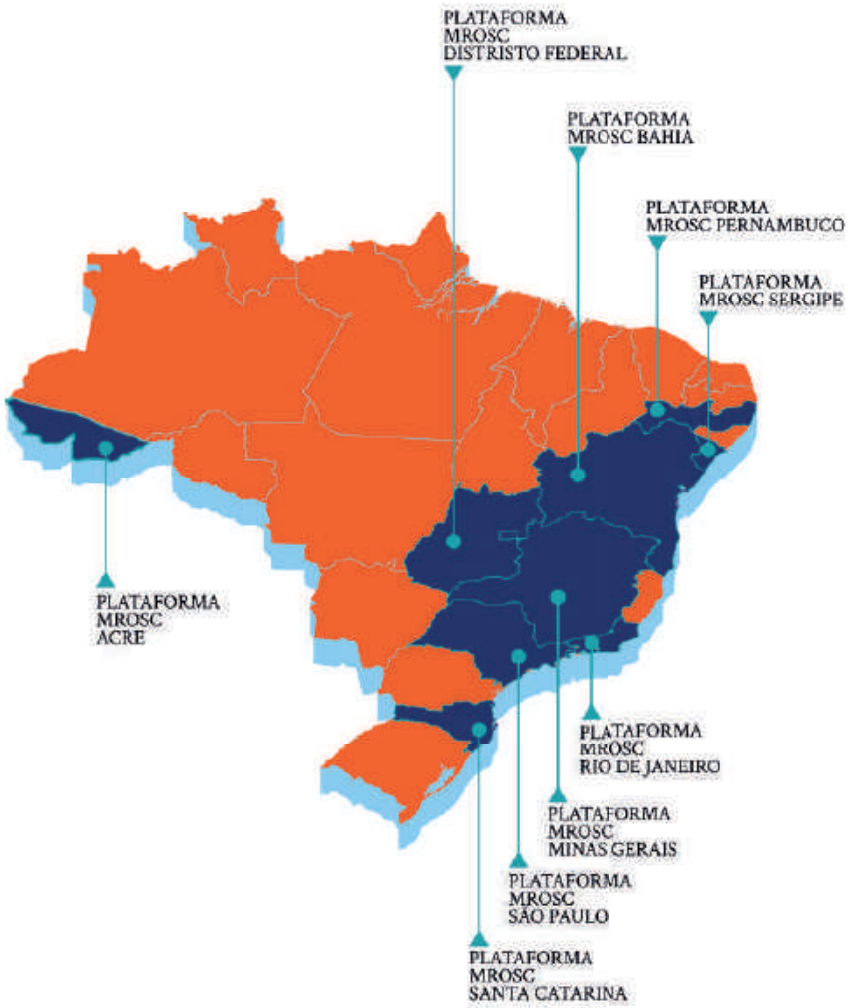
The new Law 13.019/2014 recognizes the role of civil society organizations, mentioned for the first time with this concept in the Brazilian legal order, simplifies and standardizes the rules for partnerships between public authorities and civil society organizations, ensuring greater transparency and security in the transfer and application of resources for public policies implemented by CSOs. It is a law that must be applied by all public entities - Union, Federal District, states and municipalities - and has become a powerful tool to ensure the ability of CSOs to act in partnership relations with governments.



Source: MROSC Platform collection.

A Plataforma MROSC, por sua capacidade de articulação e incidência política, tornou-se sujeito fundamental nessa conquista, em especial para manter os princípios da autonomia das OSCs, da transparência e do interesse público na aplicação dos recursos, buscando o fortalecimento das organizações da sociedade civil nas relações de parceria com o Estado.

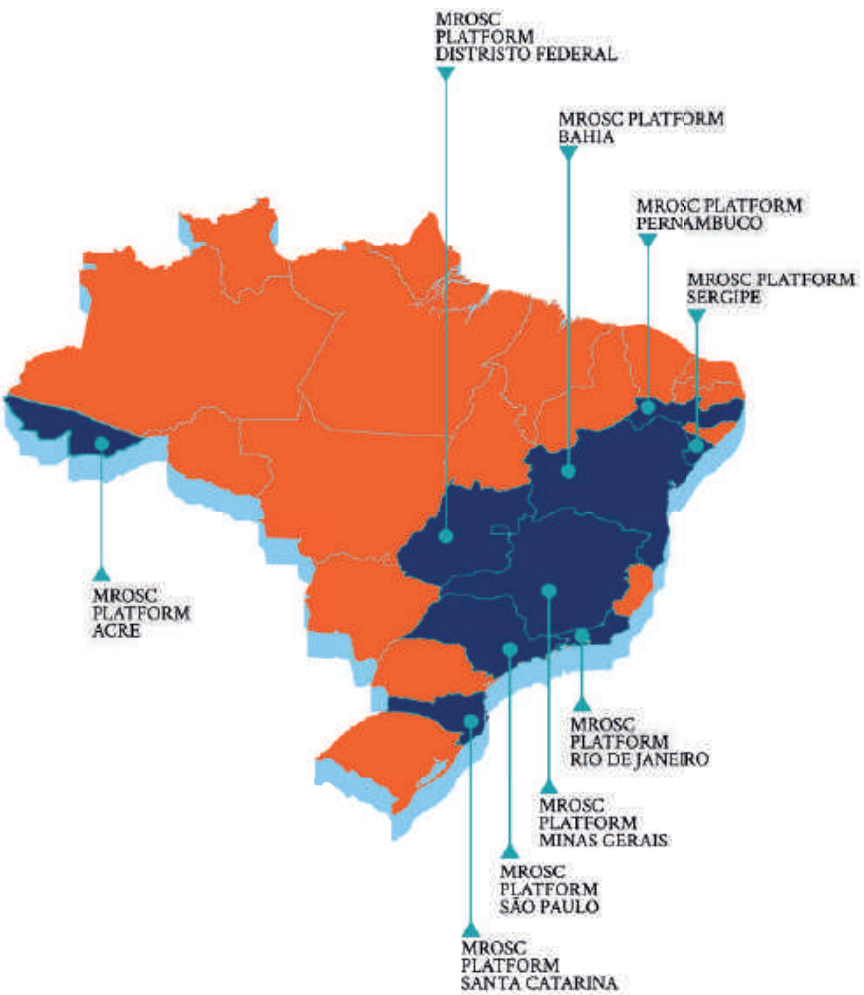
Sancionada a lei, a Plataforma vem cumprindo um importante papel na disseminação da nova norma entre estados e municípios, realizando processos de formação e de capacitação por todo o país por meio de suas signatárias, atuando para garantir que o espírito original da lei não seja corrompido no momento de sua implementação.



Fonte: elaborado com base na Plataforma MROSC.

The MROSC Platform, due to its capacity for articulation and political advocacy, has become a fundamental subject in this achievement, especially to maintain the principles of CSO autonomy, transparency and public interest to apply resources, seeking to strengthen civil society organizations in partnership relations with the State.

The Platform played a role in disseminating the new norm among states and municipalities once the government sanctioned the law. It carried out training and capacity-building processes throughout the country through its signatories, ensuring the original spirit and accuracy of the law at the time of its implementation.



Source: data from MROSC Platform, 2023.

Principais conquistas do novo marco regulatório

A forma como alguns entes públicos têm interpretado e aplicado a Lei das Parcerias vem gerando dúvidas e estranhamentos em relação a sua aprovação. Desde 2016, a Plataforma MROSC tem acompanhado todo o processo de implementação da Lei das Parcerias, inicialmente na União e nos estados, e, a partir de janeiro de 2017, nos municípios. É possível verificar que um expressivo número de administrações públicas não compreendeu as mudanças substanciais que foram implementadas no ordenamento jurídico brasileiro com a sanção da Lei 13.019/2014. Por desconhecimento ou por falta de interesse, muitos gestores públicos mantiveram antigos procedimentos que não possuem mais guarida legal. Esse comportamento, muitas vezes, confunde as próprias organizações da sociedade civil, que acreditam que as mudanças não vieram para qualificar o ambiente das parcerias e facilitar a atuação delas.

Aproveitamos esta publicação para listar as mudanças que, no entender da Plataforma MROSC, são as mais relevantes na ótica das organizações da sociedade civil.

O princípio é a parceria

A Lei 13.019/2014 estabelece que o princípio que rege a relação das OSCs com a Administração Pública é a parceria. Nesse princípio, não cabe a lógica de contratação de serviços ou de hierarquia entre os partícipes da parceria. Da mesma forma, impõe responsabilidades conjuntas e reciprocidades nos riscos e resultados das atividades realizadas. Os parceiros não impõem regras nem estabelecem procedimentos unilaterais. Só valem os procedimentos acordados e formalizados nos termos de fomento ou de colaboração.

Main achievements of the new regulatory benchmark

The way in which some public entities have interpreted and applied the Law on Partnerships has generated doubts and strangeness concerning its approval. Since 2016, the MROSC Platform has followed the entire implementation process of the Partnership Law, initially in the Union and in the States, and, as of January 2017, in the municipalities. Since the sanction of Law 13.019/2014, the Brazilian legal system implemented substantial changes, and it is possible to verify that most public administrations haven't understood it. Many public managers have maintained old procedures that no longer have legal protection in the new law demonstrating ignorance or lack of interest. This behavior often confuses civil society organizations themselves, who believe that the changes did not come to qualify the partnership environment and facilitate their performance.

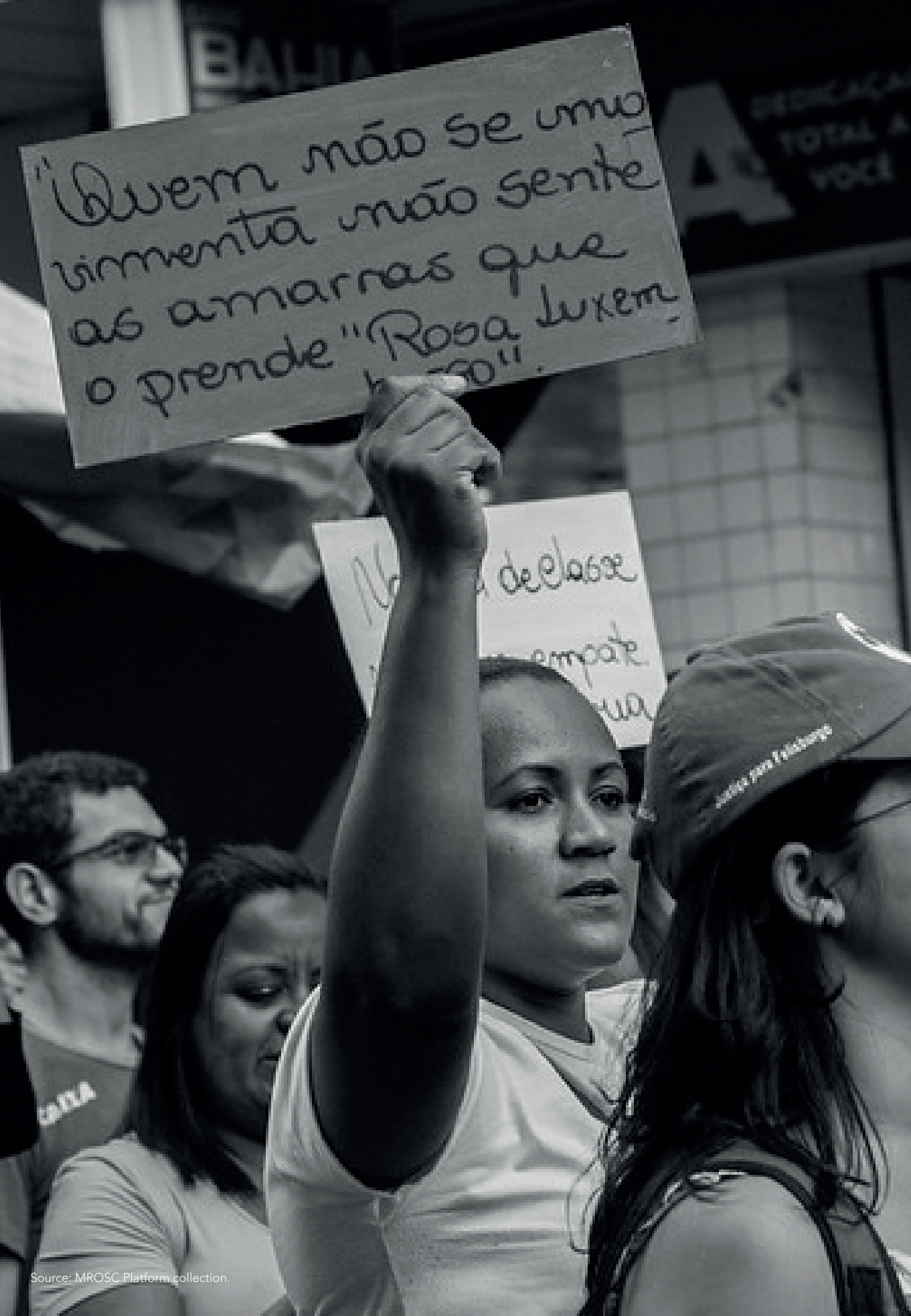
We take advantage of this publication to list those changes that, in the opinion of the MROSC Platform, are the most relevant from the perspective of civil society organizations:

The principle is partnership

The law 13.019/2014 establishes that the principle that rules the relationship between CSOs and the Public Administration is the principle of partnership, and it meansthere is no logic of contracting services or hierarchy between partnership members. Likewise, it imposes joint responsibilities and reciprocity in the risks and results of carrying these activities out. Partners should not impose rules or establish unilateral procedures. Only the procedures agreed and formalized in the terms of promotion or collaboration are valid.



Fonte: acervo da Plataforma MROSC.



Source: MROSC Platform collection.

Transparência, controle e participação social

A nova lei estabelece a participação social como princípio, criando o Conselho Nacional de Fomento e Colaboração (Confoco) com participação da sociedade civil, delegando a estados e municípios a responsabilidade de constituir os respectivos Conselhos Estaduais e Municipais. A lei cria também as Comissões de Seleção e as Comissões de Monitoramento e Avaliação, ambas com espaço para participação das próprias OSCs em sua composição. Para garantir o princípio da transparência, a lei institui como regra a celebração das parcerias por chamamento público e determina que as organizações contempladas, bem como o montante dos recursos repassados, sejam publicados em plataforma eletrônica aberta, permitindo que todas as OSCs e toda a sociedade civil possam acompanhar a aplicação dos recursos públicos por meio das parcerias.

Atuação em rede

A lei reconhece a atuação em rede como um princípio fundamental das organizações da sociedade civil. Nas relações de parceria não há espaço para posturas de concorrência. Assim, a atuação em rede é uma forma dos vários segmentos sociais somarem esforços e se fortalecerem na busca do enfrentamento e da superação dos problemas sociais com os quais estão envolvidos.

Transparency, control and social participation

The new law establishes social participation as a principle, creating the National Council for Promotion and Collaboration (Confoco) with civil society participation, delegating to states and municipalities the responsibility of constituting the respective State and Municipal Councils. The law also creates the Selection Commissions and the Monitoring and Evaluation Commissions, both with space for the participation of CSOs s in their composition. In order to ensure the principle of transparency, the law establishes, as a rule, the conclusion of partnerships by Public Call and determines that the organizations contemplated, as well as the number of resources transferred, are published on an open electronic platform, allowing all CSOs and municipalities to participate all civil society can monitor the application of public resources through partnerships.

Networking

The law recognizes networking as a fundamental principle of civilian society organizations. In partnership relationships, there is no room for competition. Thus, networking is a way for the various social segments to join forces and strengthen themselves in the search to confront and overcome the social problems with which they are involved.

Prestação de contas simplificada

Esta, sem dúvidas, é a maior conquista da nova norma, porém a mais difícil de ser implementada. Esbarra na cultura de controle burocrático e punitivista da Administração Pública, alimentada pela imagem equivocada que muitos gestores públicos têm sobre a atuação das OSCs. Na nova lei, a prestação de contas têm por objetivo a análise do cumprimento de atividades e metas, assim como a verificação do atingimento dos resultados.

Na parceria, a regra é a confiança e o trabalho coletivo. Se as atividades e as metas foram realizadas, se os resultados foram alcançados, tendo sido a própria Administração Pública quem definiu os limites dos valores para cada item do Plano de Trabalho, presume-se que os recursos foram corretamente aplicados. O controle e a fiscalização da aplicação dos recursos somente devem ser acionados quando houver suspeita de desvio de finalidade ou quando não forem comprovadas a realização das atividades e das metas ou o atingimento dos resultados.

Apesar dessas conquistas, é importante ressaltar que a Lei das Parcerias não gerou novas receitas nem avançou nas temáticas de imunidade tributária para todas as OSCs. Esses temas, de maior relevância para a atuação da sociedade civil brasileira, seguem sendo prioridade na atuação da Plataforma MROSC em sua estratégia de incidência no Congresso Nacional, como será apresentado nos próximos capítulos.

Simplified accountability

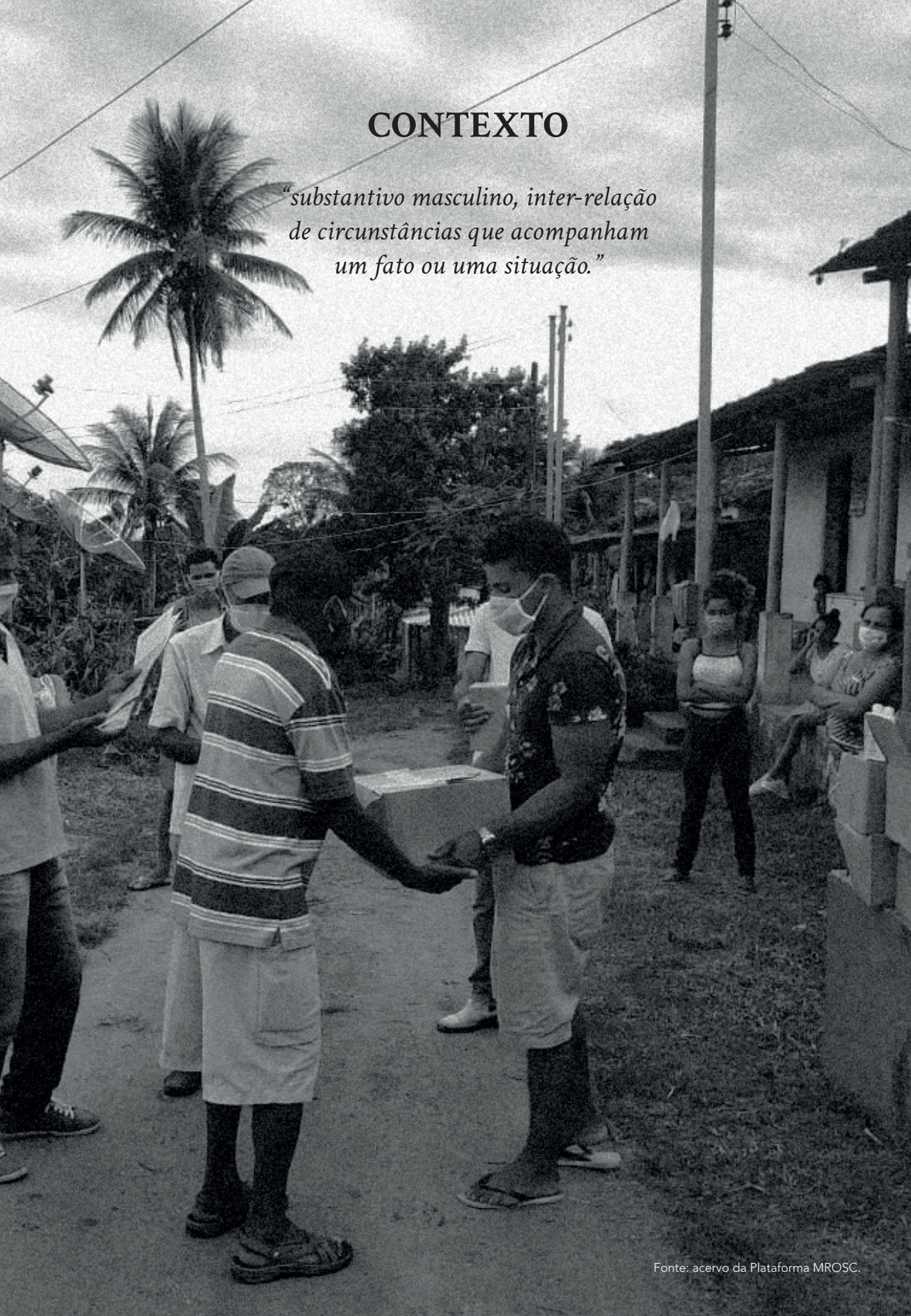
Undoubtedl this is t the greatest achievement of the new standard, but the most difficult to implement. It comes up against the culture of bureaucratic and punitive control of the Public Administration, fueled by the mistaken image that many public managers have about the performance of CSOs. In the new law, accountability aims to analyze the fulfillment of activities and goals, as well as to verify the achievement of results.

In partnership, the rule is trusting and working collectivelyk. If the activities and goals were carried out, if the results were achieved, and if the Public Administration itself defined the limits of the amounts for each item of the Work Plan, it is assumed that the resources were correctly applied. The control and monitoring of the resources uses should only be triggered when there is a suspicion that the use of resources is being misused or when the activities and goals have not been carried out or the results have not been achieved.

Despite these achievements, it is important to emphasize that the Partnership Law did not generate new revenues or advance the issues of tax immunity for all CSOs. These issues, which are of greater relevance to the performance of Brazilian civilian society, continue to be a priority for the MROSC Platform in its advocacy strategy in the National Congress, as will be presented in the following chapters.

CONTEXTO

"substantivo masculino, inter-relação de circunstâncias que acompanham um fato ou uma situação."



Fonte: acervo da Plataforma MROSC.

CONTEXT

"male noun, interrelation of circumstances accompanying a fact or a situation."



Source: MROSC Platform collection.

Ruptura e covid-19 alteram o contexto (2016-2022)

Infelizmente, logo após a conquista da lei, o ambiente institucional de atuação do campo das organizações da sociedade civil foi alterado com a ruptura político institucional perpetrada no dia 17 de abril de 2016 por meio da deposição, sem comprovada justificativa, da presidenta Dilma Rousseff. A ruptura, no entanto, vinha sendo gestada desde os adventos das mobilizações de 2013. Essas manifestações, que nasceram exigindo mais direitos, foram rapidamente sequestradas por setores antidemocráticos que buscavam minar as bases do pacto social que culminou com a Constituição Cidadã de 1988.

Em substituição ao governo legitimamente eleito, o governo ilegítimo retoma a agenda conservadora e neoliberal, reduzindo recursos das políticas públicas pela Emenda Constitucional 95, a chamada Lei do Teto de Gastos – recursos que foram imediatamente redirecionados para políticas em prol de grupos econômicos nacionais e internacionais que passaram a acumular mais riqueza e mais poder. Essas medidas congelaram todos os recursos destinados às áreas sociais, reduzindo os repasses a estados e municípios, impactando a atuação de todas as OSCs responsáveis pelas parcerias com os governos locais na execução de políticas sociais na ponta da sociedade.

Nesse mesmo ritmo acelerado, foi aprovada, sem debate com a sociedade brasileira, a Reforma Trabalhista, retirando direitos fundamentais dos trabalhadores e trabalhadoras, "formalizando" a informalidade e abrindo as condições para o ressurgimento de situações de trabalhos análogas à escravidão. Do mesmo modo, foi aprovada uma nova Reforma da Previdência, impondo perdas substantivas a milhões de trabalhadoras e trabalhadores idosos, retirando o fruto de suas contribuições feitas no decorrer de toda a vida.

Esse quadro aprofunda a crise econômica e social e, por consequência, a instabilidade política no país. Em meio à crise, num contexto de espetáculo jurídico-midiático fabricado por interesses ilegítimos, é lançada a Operação Lava Jato, pondo em dúvida a legitimidade de todas as instituições, criando um ambiente nocivo para a defesa dos valores democráticos. Nesse sentido, o ex-presidente Lula, líder nas pesquisas de intenção de votos, é preso injustamente visando influenciar diretamente os resultados das eleições de 2018. Esse quadro culmina com a eleição de um governo e de uma maioria de extrema-direita no Congresso, o que foi ainda mais hostil à democracia.

Changes and breakdowns in covid-19 context (2016-2022)

Unfortunately, shortly after the law's approval the institutional environment for the field of civil society organizations was altered by the political and institutional rupture perpetrated on April 17, 2016, through the unproven deposition of President Dilma Rousseff. The rupture, however, had been brewing since the advent of the 2013 mobilizations. These demonstrations, born to demande more rights, were quickly hijacked by anti-democratic sectors that sought to undermine the foundations of the social pact that culminated in the 1988 Citizen Constitution.

In replacement of the legitimately elected government, the illegitimate government resumes the conservative and neoliberal agenda, reducing public policy resources by Constitutional Amendment 95, the so-called Spending Ceiling Law – the resources immediatelywere redirected to policies in favor of national and international economic groups that start to accumulate more wealth and more power. These measures froze all resources allocated to social areas, reducing transfers to states and municipalities, impacting the performance of all CSOs responsible for partnerships with local governments in the social policies implementation at the edge of society.

At the same accelerated pace, the Labour Reform was approved, without debate with Brazilian society, removing fundamental rights of workers, "formalizing" informality and opening the conditions for the resurgence of work's situations analogous to slavery. Similarly, a new Social Security Reform was approved, imposing substantial losses on millions of elderly workers, removing the fruit of their contributions made throughout their lives.

This situation deepens the economic and social crisis and, consequently, the political instability in the country. In the midst of the crisis, the legal-media spectacle fabricated by illegitimate interests, Operation Car Wash is launched, calling into question the legitimacy of all institutions, and creating a harmful environment for the defense of democratic values. In this sense, former President Lula, the leader in the polls, is unjustly imprisoned with the aim of directly influencing the results of the elections of 2018. It culminates in the election of a far-right government and congressional majority that is even more hostile to democracy.

Em 2019, no primeiro ano do governo, como ato de posse, as organizações da sociedade civil foram classificadas como inimigas por meio da publicação da Medida Provisória 870, que tinha como objetivo a reestruturação do governo federal. Apesar de ser uma medida provisória meramente administrativa, a inclusão de dispositivos legais relacionados às OSCs tinha como objetivo interferir de forma direta na atuação e na autonomia das organizações da sociedade civil brasileiras, dando poderes ao Executivo Federal de supervisão, coordenação e monitoramento da atuação dessas entidades.

Além disso, o governo federal atuou visando reduzir os espaços cívicos de participação social com o fechamento de mais de 700 Conselhos de Políticas Públicas e retirou as representações da sociedade civil naqueles em que não tinha autonomia administrativa para extingui-los.

A postura do novo governo se demonstrou hostil e desrespeitosa com toda a sociedade brasileira e, em especial, com as organizações da sociedade civil de defesa de direitos. Nesse mesmo sentido, e utilizando-se dos instrumentos criados pela Emenda Constitucional 95 aprovada em 2016, foram aprofundadas as medidas de redução de recursos para as políticas públicas, com a extinção de programas – sociais como Minha Casa, Minha Vida, Bolsa Família, Programa de Aquisição de Alimentos, Apoio à Economia Solidária, recursos para a Lei da Cultura Livre, Programa da Alimentação Escolar, Programas Continuados de Saúde, Educação e Assistência Social – e o cancelamento de repasses para estados e municípios, representando um profundo desfinanciamento das políticas públicas e sociais, impactando a atuação e a própria existência de milhares de organizações da sociedade civil.

Paralelamente à retirada de recursos para financiar as políticas públicas por meio de parcerias com as OSCs, o novo governo aprofundou a adoção de medidas burocráticas visando criminalizar a atuação dessas organizações, muitas vezes utilizando, de forma inadequada, a nova Lei das Parcerias, com exigência de certificados, e de documentação para liberação de recursos no sistema financeiro, além de burocracias para efetivar câmbio de recursos de repasses internacionais, tentativa de ingerência no funcionamento das organizações, glosa e exigência de devolução de recursos sem que fossem garantidos o direito de ampla defesa e contraditório, entre outras medidas ilegais. Essa situação aumentou a pressão sobre as OSCs que, em condições cada vez mais precárias, continuaram tentando atender à demanda crescente da população mais vulnerável.

Em face desse ambiente agressivo e de difícil atuação, a Plataforma MROSC, em aliança com outras redes e organizações, atuou de forma efetiva, implementando estratégias de resistência aos retrocessos e de fortalecimento das OSCs. Foram produzidos posicionamentos públicos por meio de notas

In 2019, in the first year of the government, as an act of inauguration, civil society organizations were classified as enemies through the publication of Provisional Measure 870, which aimed to restructure the federal government. Despite being a purely administrative provisional measure, the inclusion of legal provisions related to CSOs aimed to interfere directly in the performance and autonomy of Brazilian civil society organizations, giving the federal executive powers to supervise, coordinate and monitor the performance of these entities.

In addition, the federal government acted to reduce civic spaces for social participation by closing more than 700 Public Policy Councils and removing civil society representation from those where it did not have the administrative autonomy to extinguish them.

The new government has proven to be hostile and disrespectful to the entire Brazilian society and, in particular, to the civil society organizations defending rights. In the same sense, and using the instruments created by Constitutional Amendment 95 approved in 2016, the measures to reduce resources for public policies were deepened, with the extinction of social programs such as My House, My Life, Bolsa Família, Food Acquisition Program, Support for Solidarity Economy, resources for the Free Culture Law, School Feeding Program, Continued Health, Education and Social Assistance Programs, with the cancellation of transfers to states and municipalities, representing a deep de-financing of public and social policies, impacting the performance and the very existence of thousands of civil society organizations.

Parallel to the withdrawal of resources to finance public policies through partnerships with CSOs, the new government deepened the adoption of bureaucratic measures aimed at criminalizing the performance of these organizations, often using, inappropriately, the new Partnership Law, with the requirement of certificates, documentation requirements for the release of resources in the financial system, bureaucracies to effect the resources' exchange from international transfers, attempts to interfere in the functioning of organizations, disallowance and requirement to return resources without guaranteeing the right to a complete defense and contradictory, among other illegal measures. This situation increased the pressure on CSOs that, in increasingly precarious conditions, tried to meet the growing demand of the most vulnerable population.

Against this aggressive and difficulty situation, the MROSC Platform, in alliance with other networks and organizations, acted effectively, implementing strategies to resist setbacks and strengthen CSOs. Public positions were produced through political or technical notes related to the defense of CSOs. Despite the most conservative composition, the National

políticas ou técnicas relacionadas à defesa das OSCs. Apesar da composição majoritariamente conservadora, o Congresso Nacional transformou-se em um dos únicos espaços institucionais de escuta da sociedade civil na resistência e defesa de direitos.

Nesse contexto, a Plataforma MROSC participou de forma efetiva da Frente Parlamentar Mista em Defesa das OSCs, que acabou resultando na alteração da MP 870 e na abertura de novos espaços de diálogo, em especial com o Congresso Nacional e com os estados e municípios.

Criminalização burocrática é um termo utilizado pela Plataforma MROSC para designar determinadas práticas administrativas utilizadas pela Administração Pública por meio de procedimentos infralegais, visando impactar a capacidade institucional das OSCs e ameaçá-las de sofrerem medidas de responsabilização e penalização civil ou penal, com o intuito de submetê-las aos interesses e objetivos da própria Administração Pública, desrespeitando e afrontando os direitos constitucionais das OSCs.

Como se as dificuldades não fossem poucas, em março de 2020 foi decretada a pandemia de covid-19 pela Organização Mundial de Saúde (OMS), produzindo imediatamente efeitos gravíssimos para as OSCs: o adoecimento de milhares de pessoas, até mesmo das próprias OSCs, necessitando de cuidados urgentes; e a proibição de circulação de pessoas em todos os locais públicos, que, por essa razão, impossibilitou milhões de trabalhadores e trabalhadoras não assalariadas de terem acesso a qualquer forma de subsistência.

Congress has become one of the only institutional spaces for listening to civil society in the resistance and defense of rights.

In this context, the MROSC Platform participated effectively in the Mixed Parliamentary Front in Defense of CSOs, which eventually resulted in the amendment of MP 870 and the possibility for dialogues, especially with the National Congress and with states and municipalities.

Bureaucratic criminalization is a term used by the MROSC Platform to designate certain administrative practices used by the Public Administration through infralegal procedures, aiming to impact the institutional capacity of CSOs, threatening them with liability measures and civil or criminal penalties in a way to submit them to the interests and objectives of the Public Administration itself, disrespecting and affronting the constitutional rights of CSOs.

As if the difficulties were not few, in March 2020' the covid-19 pandemic was declared by the World Health Organization (WHO), immediately producing serious effects for CSOs: the sickening of thousands of people, even CSOs themselves, in need of urgent care; and the ban on the movement of people in all public places, which, for this reason, made it impossible for millions of unpaid workers to have access to any form of subsistence. As mentioned, CSOs were the first to acknowledge the severity of the humanitarian crisis and to take action.

Contradictorily, in this chaotic situation, the federal government chose to deny the pandemic, defying all the guidelines of national and international health agencies, ignoring the social drama resulting from compulsory

Como mencionado, as OSCs foram as primeiras a se darem conta da gravidade da crise humanitária e a tomarem iniciativas diante da situação.

Contraditoriamente, nesse quadro caótico, o governo federal optou pela negação da pandemia, afrontando todas as orientações dos órgãos de saúde nacionais e internacionais, ignorando o drama social decorrente do isolamento compulsório e debochando do sofrimento e da dor das milhares de pessoas acometidas pela covid-19. Ao final de 2 anos, o Brasil registrou mais de 700 mil pessoas mortas – parte dessas mortes resultado do descaso do governo federal, já que o país possui 3% da população mundial e foi responsável por quase 11% das mortes. Calcula-se ainda que atualmente haja 18 milhões de crianças e adolescentes órfãos, além de milhares de pessoas que perderam os provedores de suas famílias, isso tudo sem que o governo demonstrasse qualquer ato de solidariedade e respeito.

Articulação e resistência

É preciso afirmar que as organizações e os movimentos sociais resistiram a todos esses ataques, seja nas centenas de mobilizações contra o golpe de 2016 e nas articulações para a derrubada da MP 870 no Congresso Nacional, seja nas mobilizações contra as reformas da previdência e trabalhista. Ou seja, todos os ataques contra a democracia e contra os direitos do povo brasileiro enfrentaram a resistência da sociedade civil organizada.

Com a pandemia, esse novo quadro adverso lançou todas as organizações da sociedade civil e, dentre elas, a Plataforma MROSC, no desafio de articular ações urgentes e emergenciais visando salvaguardar a vida de todas as pessoas por meio dos cuidados de isolamento possíveis, por um lado, e de enfrentamento da crise humanitária provocada pela escalada da fome em todos os níveis sociais, por outro.

Conheça as mobilizações da sociedade civil contra a pandemia de covid-19 em:
UM OLHAR sobre as iniciativas de combate à pandemia. *Repositório Mobiliza Covid*. [*S. l.*], c2023.

Acesse pelo QR Code

isolation and mocking the suffering and pain of the thousands of people affected by covid-19. At the end of 2 years, Brazil registered more than 700 thousand dead people - part of these deaths resulted from the federal government's neglection, since the country has 3% of the world's population and was responsible for almost 11% of deaths. Researchers also estimates that there are currently 18 million orphaned children and adolescents, in addition to thousands of people who have lost their family providers, all without the government showing any act of solidarity and respect.

Articulation and resistance

Social organizations and movements are acknowledged to have resisted all these attacks, whether in the hundreds of mobilizations against the 2016 coup and in the articulations for the overthrow of MP 870 in the National Congress or the mobilizations against the pension and labor reforms. All attacks against democracy and against the rights of the Brazilian people faced the resistance of organized civil society.

With the pandemic, this new adverse situation has launched all civil society organizations and, among them, the MROSC Platform, in the challenge of articulating urgent and emergency actions aimed at safeguarding the lives of all people through possible isolation care, on the one hand, and facing the humanitarian crisis caused by the escalation of hunger at all social levels, on the other.

Accessed by QR Code

Learn about civilian society mobilizations against the covid-19 pandemic in: A LOOK at initiatives to fight the pandemic. *Mobiliza Covid Repository*. [S. l.], c2023.

Apesar do descaso do governo federal, medidas exigidas pela sociedade civil e impostas pelo Congresso e pelo Poder Judiciário garantiram a vacinação em massa, bem como a adoção do auxílio emergencial e de medidas de contenção do aprofundamento do colapso econômico e social. Também foram liberados recursos extras para a saúde, a educação e, por meio da Lei Aldir Blanc e da Lei Paulo Gustavo, disponibilizados recursos para uma das áreas mais críticas, a cultura. Com o avanço da vacinação contra a covid-19 em todo o país e com um maior controle sob a disseminação da pandemia, foi possível a retomada gradual das atividades presenciais e a recuperação econômica.

Felizmente, após 5 anos de um quadro desolador para a sociedade brasileira como um todo e para as OSCs, em especial, o ano de 2022 iniciou com a real possibilidade de mudança de ares em razão das eleições presidenciais. Com a eleição do presidente Lula e um pacto nacional pela reconstrução do país, abre-se a possibilidade de retomada do ciclo democrático que foi rompido em 2016.

Publicação do Relatório de Criminalização Burocrática em parceria com a Abong, que contém uma análise global sobre violações de direitos das OSCs e de ativistas. Além de um diagnóstico dos processos de descumprimento de direitos, o trabalho apresenta-se como uma ferramenta para a atuação e incidência política[5].

5 FRANÇA, Patricia (coord.). *Relatório Criminalização Burocrática*: estratégias político-jurídicas, neoliberalismo e a atuação das organizações da sociedade civil. São Paulo: Abong, 2022. Disponível em:

Acesso em: 10 jul. 2023.

Despite federal government's neglection, measures demanded by civil society and imposed by Congress and the Judiciary ensured mass vaccination, the adoption of emergency aid and measures to contain the deepening economic and social collapse. Extra resources were also released for health, education and, through the Aldir Blanc Law and the Paulo Gustavo Law, resources were made available for one of the most critical areas, culture. With the advance of vaccination against covid-19 throughout the country and with control over the spread of the pandemic, it was possible to reestablish presential activities and economic recovery.

Fortunately, after 5 years of a bleak picture for Brazilian society as a whole and CSOs in particular, 2022' began with a real possibility of a change of scenery due to the presidential elections. With the election of President Lula and a national pact for the reconstruction of the country, the possibility of resuming the broken democratic cycle that started in 2016 opens up.

Release of the Bureaucratic Criminalization Report in partnership with Abong, which contains a global analysis of CSO and activist rights violations. In addition to a diagnosis of the processes of non-compliance with rights, the work presents itself as a tool for action and political advocacy[5].

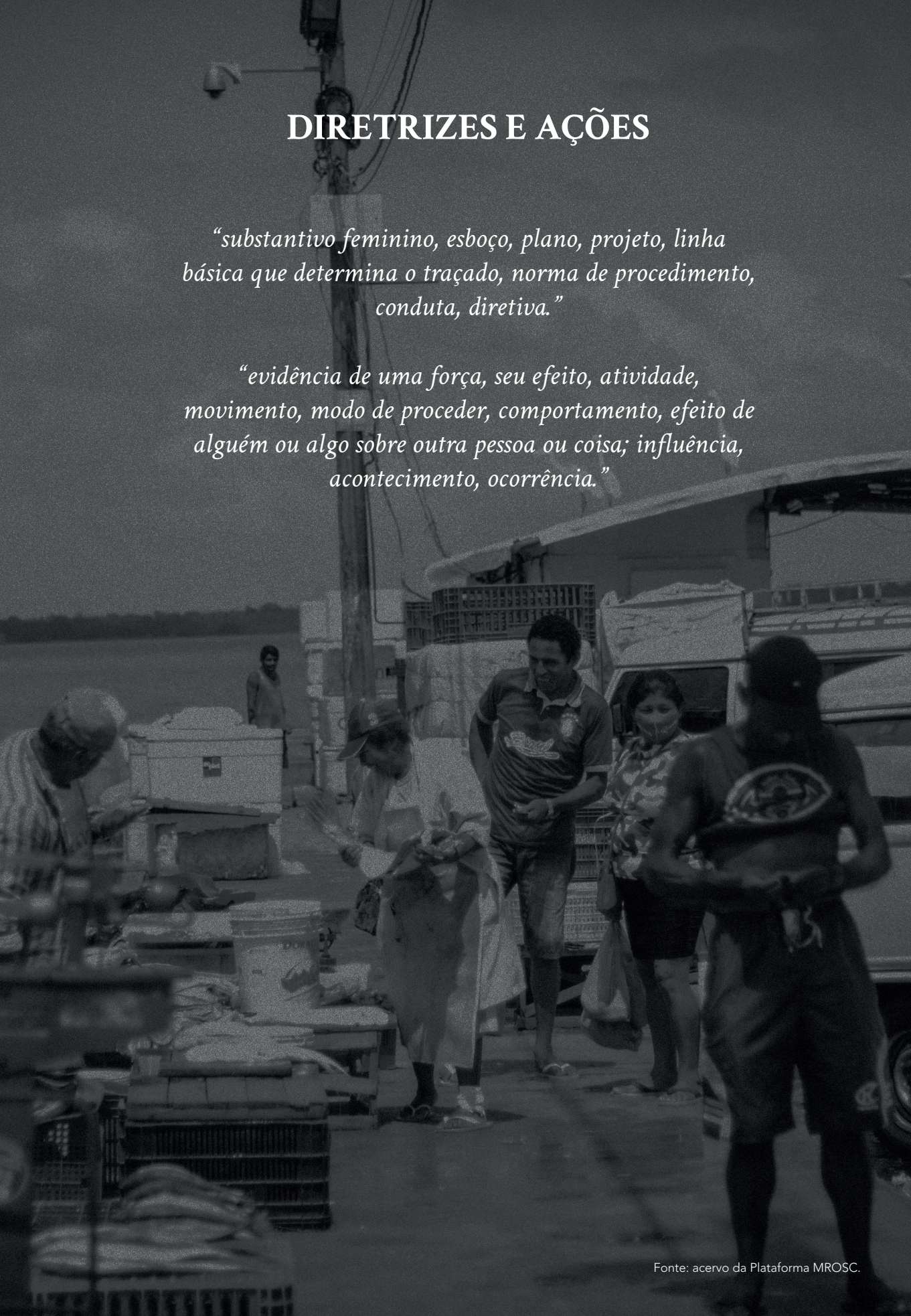
5 FRANÇA, Patricia (coord.) Report Bureaucratic Criminalization: political-legal strategies, neoliberalism and the performance of civil society organizations. São Paulo: Abong, 2022. Available at:

Accessed on: July 10, 2023.

DIRETRIZES E AÇÕES

"substantivo feminino, esboço, plano, projeto, linha básica que determina o traçado, norma de procedimento, conduta, diretiva."

"evidência de uma força, seu efeito, atividade, movimento, modo de proceder, comportamento, efeito de alguém ou algo sobre outra pessoa ou coisa; influência, acontecimento, ocorrência."

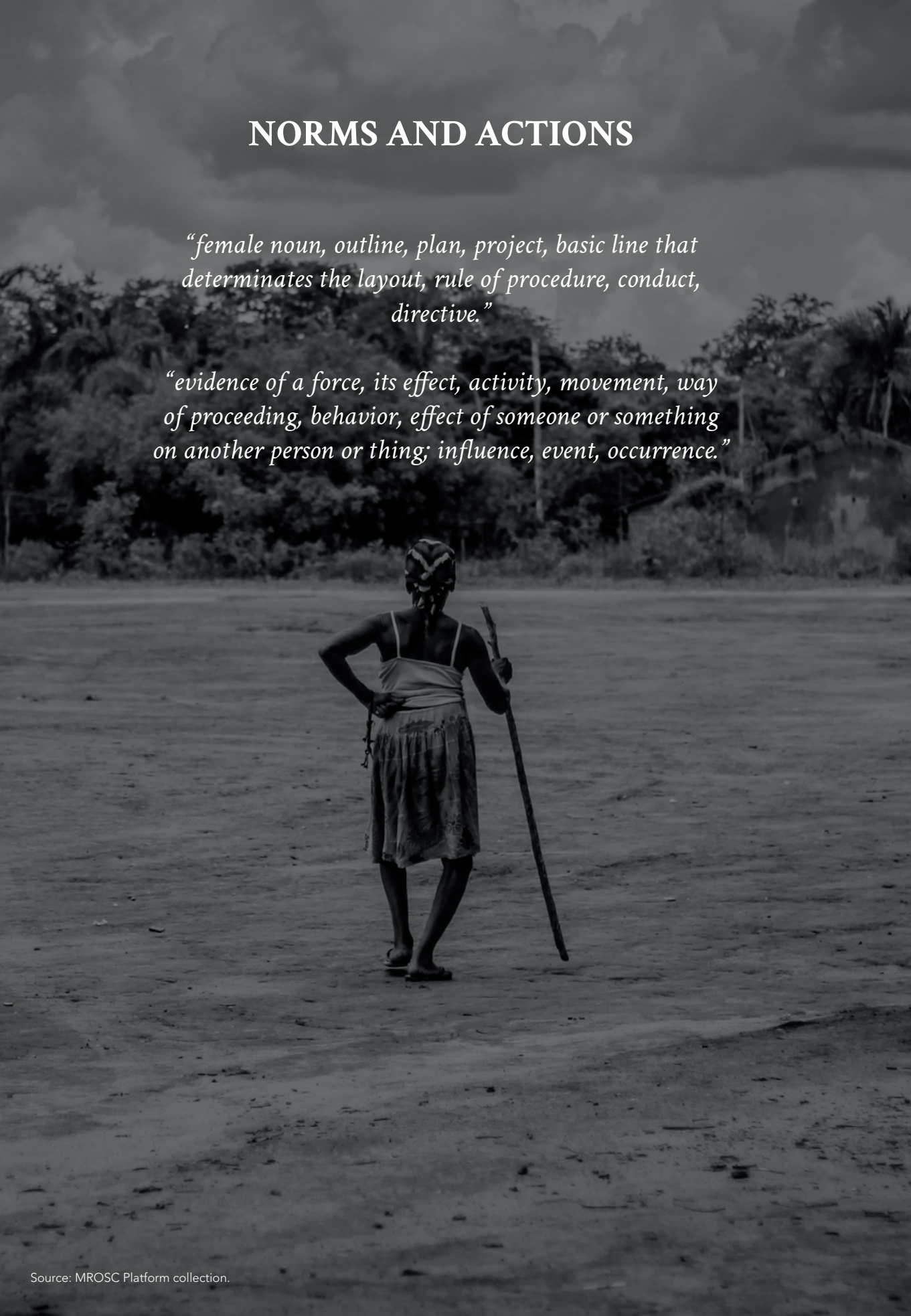


Fonte: acervo da Plataforma MROSC.

NORMS AND ACTIONS

"female noun, outline, plan, project, basic line that determinates the layout, rule of procedure, conduct, directive."

"evidence of a force, its effect, activity, movement, way of proceeding, behavior, effect of someone or something on another person or thing; influence, event, occurrence."



Source: MROSC Platform collection.

Diretrizes estratégicas da Plataforma MROSC

Como apresentado nos capítulos anteriores, a Plataforma por um Novo Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (Plataforma MROSC) é uma articulação de organizações da sociedade civil que tem como principal objetivo a luta por um ambiente favorável para a atuação autônoma da sociedade civil na sua relação com o Estado brasileiro.

Para isso, busca atuar no fortalecimento do papel das OSCs por meio da construção coletiva e participativa, visando aprimorar o ambiente legal para que as OSCs possam desenvolver suas atividades políticas e sociais. Da mesma forma, reivindica políticas públicas de imunidade tributária ou de financiamento público que resultem no fortalecimento da capacidade institucional de atuação, na promoção e na execução de políticas para a superação das desigualdades, da proteção ambiental e da garantia dos direitos humanos em sua plenitude.

Por isso, a Plataforma MROSC adota diretrizes que orientam suas ações e buscam garantir a execução dos objetivos pretendidos. As principais diretrizes estão apresentadas a seguir.

- Estímulo ao envolvimento das pessoas com as causas públicas por meio do pleno exercício da cidadania, garantida pela Constituição Brasileira.
- Criação de um ambiente favorável para a autonomia e o fortalecimento das OSCs.
- Obrigação do estado brasileiro em financiar a atuação das OSCs como elemento central para a implementação das políticas públicas e para o fortalecimento da democracia participativa.
- Regime tributário apropriado e favorecido às OSCs, incluindo a criação e o aprimoramento de incentivos fiscais para doações de pessoas físicas e jurídicas.

Strategic norms of the MROSC Platform

As presented in the previous chapters, the Platform for a New Regulatory Framework for Civil Society Organizations (MROSC Platform) is an articulation of civil society organizations whose main objective is to fight for a favorable environment for the autonomous performance of civil society in its relationship with the Brazilian state.

To this end, it seeks to strengthen the role of CSOs through collective and participatory construction, aiming to improve the legal environment for CSOs to develop their political and social activities. Likewise, it demands public policies of tax immunity or public financing that results in the institutional capacity strenth's to act in the promotion and execution of policies to overcome inequalities, environmental protection and the guarantee of human rights in their fullness.

Therefore, the MROSC Platform adopts guidelines that guide its actions and seek to ensure the implementation of the intended objectives. The main guidelines are presented below.

- Stimulating people's involvement with public causes through the full exercise of citizenship, guaranteed by the Brazilian Constitution.
- Creation of a good context to develop the autonomy and strengthening of CSOs.
- Obligation of the Brazilian state to finance the performance of CSOs as a central element to implement public policies and strengthening participatory democracy.
- Appropriate and positive tax regime for CSOs, including the creation and improvement of tax incentives for donations from individuals and legal entities.

Acesso democrático aos recursos públicos por parte das OSCs, que permitam a operacionalização desburocratizada e eficiente das ações de parceria de interesse público.

Participação cidadã nas formulações, na implementação, no controle social e na avaliação de políticas públicas com a adoção de instrumentos que possam dar garantias à presença ativa da cidadania nos conselhos e diferentes instâncias como forma de aprimoramento da democracia.

Incentivo à adoção de práticas de gestão que permitam a aplicação eficaz dos recursos públicos e privados administrados pelas OSCs, aperfeiçoando práticas de autorregulação, transparência e prestação de contas.

Incentivo e consolidação de articulações locais, regionais e nacionais de organizações da sociedade civil, organizadas desde a base, com metodologia democrática e participativa, como condição para a garantia e efetividade dos princípios e valores defendidos pela própria Plataforma MROSC.

Desde a criação, a Plataforma MROSC tem se preocupado com a proteção e o reconhecimento da necessidade da existência das OSCs como elemento central para a garantia de um ambiente democrático e de participação da cidadania na vida nacional. Além disso, busca-se o reconhecimento do papel e da atuação das OSCs em defesa da democracia por meio de iniciativas que levam à superação das desigualdades, da pobreza e da violação de direitos.

Dependendo das condições de seu próprio financiamento, essa missão tem sido cumprida no decorrer desses 13 anos de existência. Desde 2018, com a aprovação pela União Europeia do Projeto Fortalecimento e Regionalização da Plataforma por um Novo Marco Regulatório, a Plataforma MROSC pôde desenvolver uma série de ações de incidência política, interiorização, regionalização, formação e capacitação, comunicação e apoio às OSCs signatárias.

Esta publicação não pretende ser um relatório detalhado. Por isso, apresentamos a seguir as principais ações e os resultados obtidos, a fim de dar consistência aos próximos capítulos a respeito dos legados e desafios.

Democratic access to public resources by CSOs, allowing for the unbureaucratic and efficient operationalization of partnership actions in the public intere

Citizen participation in the formulation, implementation, social control and evaluation of public policies with the adoption of instruments that can guarantee the active presence of citizens in councils and different instances as a way of improving democracy.

Encouraging the adoption of management practices that enable the effective application of public and private resources managed by CSOs, improving self-regulation, transparency and accountability practices.

Encouraging and consolidating local, regional and national articulations of civil society organizations, organized from the bottom up, with democratic and participatory methodology, as a condition for guaranteeing and making effective the principles and values defended by the MROSC Platform itself.

Since its creation, the MROSC Platform has been concerned with the protection and recognition of the need for the existence of CSOs as a central element in guaranteeing a democratic environment and citizen participation in national life, as well as the recognition of the role and performance of CSOs with initiatives that lead to overcoming inequalities, poverty and violation of rights, in defense of democracy.

This mission has been accomplished over these 13 years depending only on its own financing. Since 2018, with the approval by the European Union of the Project Strengthening and Regionalization of the Platform for a New Regulatory Framework, the MROSC Platform has been able to develop a series of actions of political advocacy, internalization, regionalization, training and capacity building, communication and support to signatory CSOs.

This book's intention is not to be a detailed report. Therefore, we present below the main actions and the results we have obtained to give consistency to the following chapters regarding the legacies and challenges.

Plataforma MROSC em números

Nos últimos 4 anos, a Plataforma MROSC desenvolveu ações por meio de um projeto financiado pela União Europeia voltado para o fortalecimento da atuação das OSCs na construção de um ambiente legal, político e institucional favorável, que avance na implementação federativa da agenda do marco regulatório das organizações da sociedade civil, a fim de promover a participação cidadã no desenvolvimento sustentável.

Com esse projeto, foi possível realizar uma série de iniciativas que impactaram de forma positiva a atuação das OSCs em âmbito nacional. Apresentamos a seguir os principais números e indicadores.

Fortalecimento da Plataforma MROSC

2.443

Signatárias

Sendo 56% ligadas à defesa dos direitos das mulheres, com 9 plataformas estaduais de articulação: Acre, Bahia, Distrito Federal, Minas Gerais, Pernambuco, Rio de Janeiro, Santa Catarina, São Paulo e Sergipe.

10 Encontros Nacionais reunindo **1.108** representantes de 960 OSCs

13 Caravanas Estaduais reunindo **1.353** pessoas, sendo **945** mulheres **(69,8%)**

5 Encontros de Mulheres nas cinco regiões do país

3 Plenárias das Plataformas e Articulações Estaduais

MROSC PLATFORM IN NUMBERS

In the last four years, the MROSC Platform has developed actions through a project funded by the European Union aimed at strengthening the performance of CSOs in building a favorable legal, political and institutional environment, which advances the federative implementation of the agenda of the regulatory framework for civil society organizations, in order to promote citizen participation in sustainable development.

With this project, it was possible to carry out a series of initiatives that positively impacted the performance of CSOs at the national level. We present below the most important figures and indicators.

Strengthening the MROSC Platform

2.443

Signatories

56% of which are linked to the defense of women's rights, with 9 platforms of state articulations: Acre, Bahia, Federal District, Minas Gerais, Pernambuco, Rio de Janeiro, Santa Catarina, São Paulo and Sergipe.

10 National Meetings bringing together

1,108 representatives from 960 CSOs

13 State Caravans bringing together

1,353 people, **945** of whom were women (69.8%)

5 Women's Meetings in the five regions of the country

3 Plenaries of State Platforms and Articulations

Mulheres entrevistadas na série "Mulheres que inspiram".



Fonte: acervo da Plataforma MROSC.

Incidência e articulação política

660
Pessoas

De **467** OSCs envolvidas em atividades de incidência

16.753 Pessoas atendidas com ações emergências por meio de 25 projetos do Fundo OSCs

1 Campanha "Mulheres que inspiram"

17 Iniciativas legislativas apresentadas ao Congresso Nacional

16 Reuniões da Frente Parlamentar Mista em Defesa das OSCs

7 Notas Técnicas

57 Publicações

Comunicação

630
Publicações

5.0931 Seguidores

225.570 Pessoas alcançadas nas redes sociais

28 Boletins Somos MROSC

72 Vídeos postados no YouTube

57 Publicações

1.320 Visitas ao site[6]

6 PLATAFORMA MROSC. Brasília, DF, c2021. Disponível em:

Acesso em: 11 jul. 2023.

Women interviewed in the series “Women who inspire”.



Source: MROSC Platform collection.

Advocacy and political articulation

660

People

From **467** CSOs involved in advocacy activities

16,753 People assisted with emergency actions through **25** CSO Fund projects

1 “Women who inspire” campaign

17 Legislative initiatives submitted to the National Congress

16 Meetings of the Joint Parliamentary Front in Defense of CSOs

7 Technical Notes

57 Publications

Communication

630

Publications

5.0931 Followers

225.570 People reached on social networks

28 Somos MROSC newsletters

72 Videos posted on YouTube

57 Releases

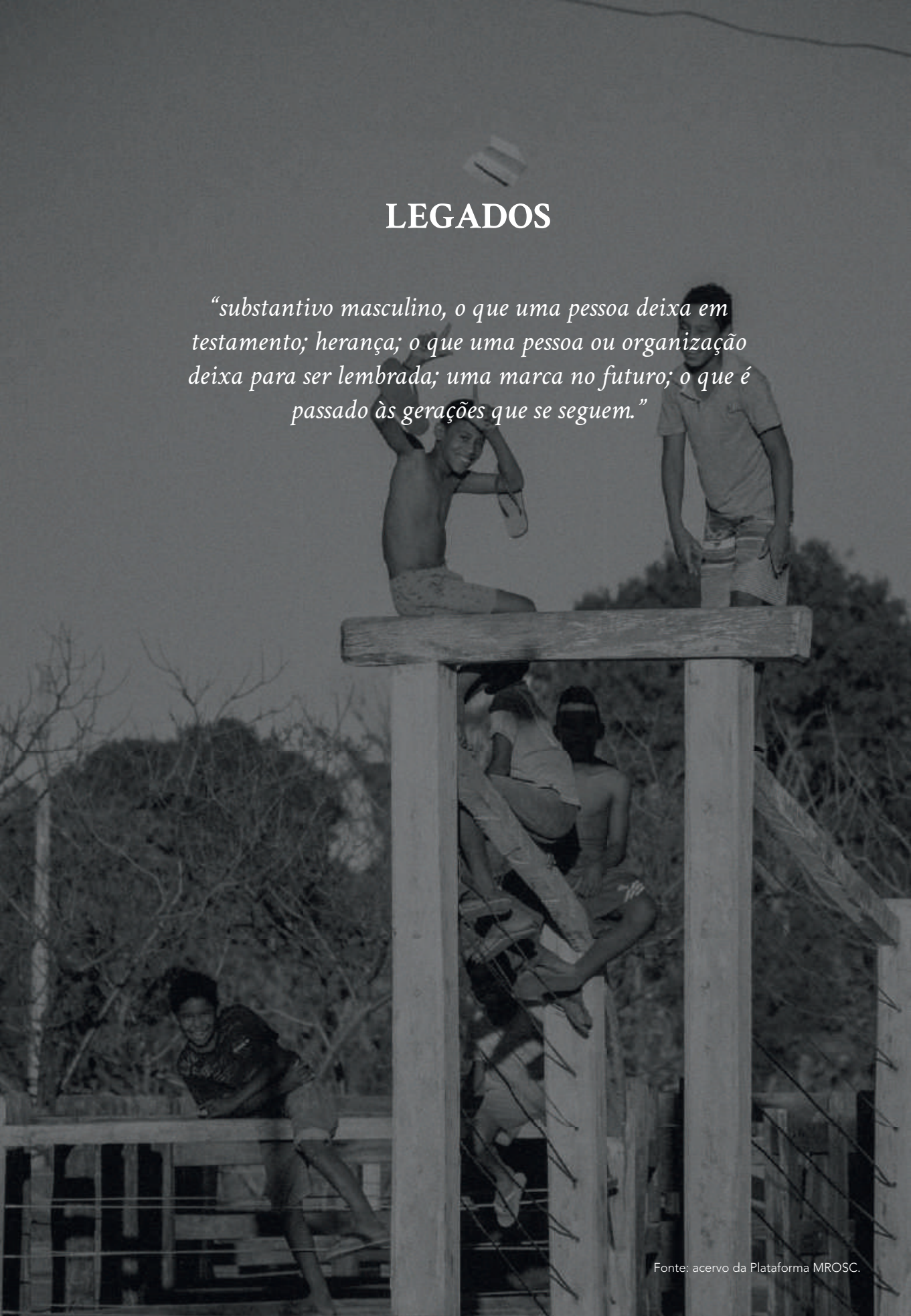
1.320 Visits to the website6

MROSC PLATFORM. Brasília, DF, c2021. Available at: **6**

Accessed on: July 11, 2023.

LEGADOS

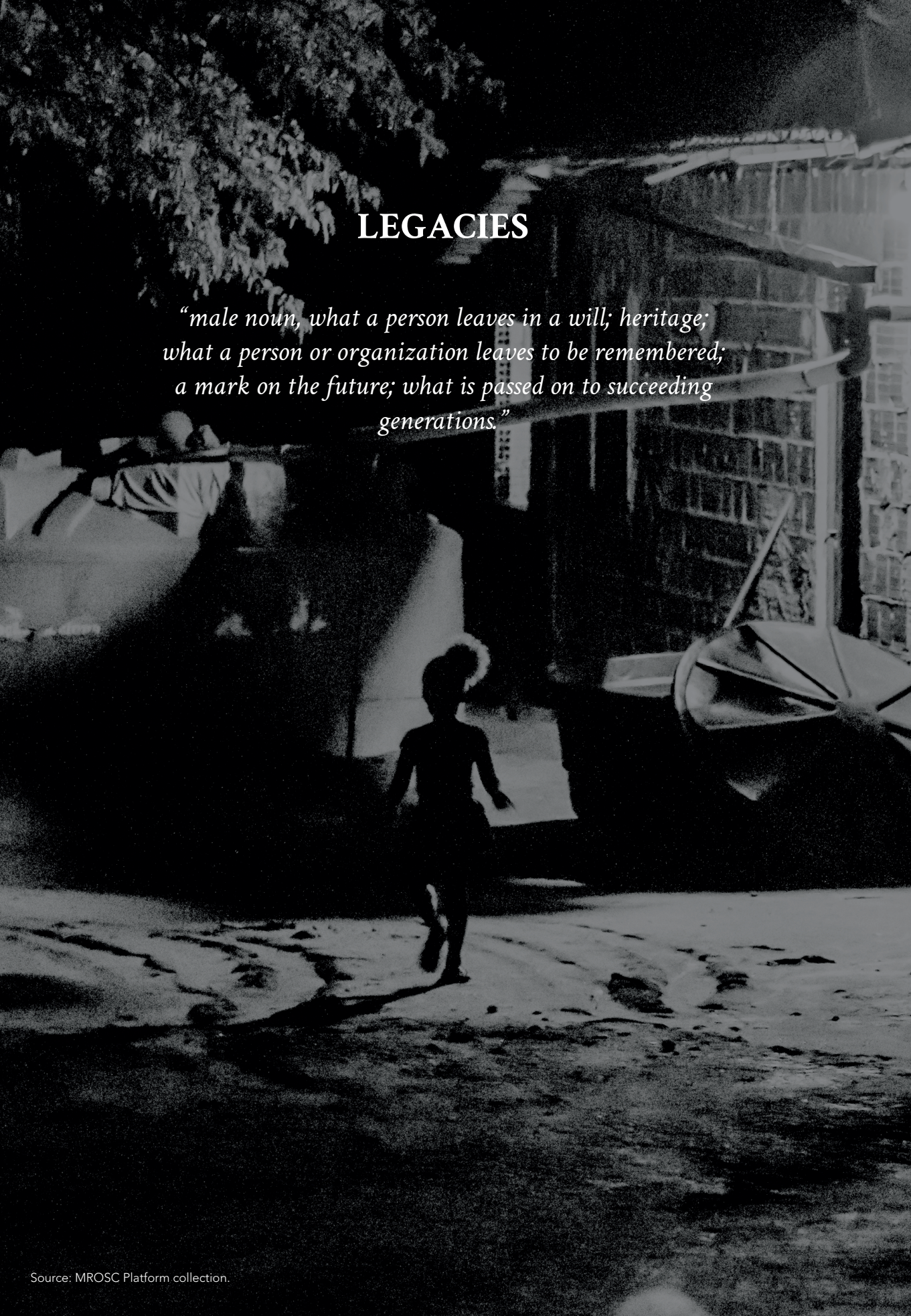
"substantivo masculino, o que uma pessoa deixa em testamento; herança; o que uma pessoa ou organização deixa para ser lembrada; uma marca no futuro; o que é passado às gerações que se seguem."



Fonte: acervo da Plataforma MROSC.

LEGACIES

"male noun, what a person leaves in a will; heritage; what a person or organization leaves to be remembered; a mark on the future; what is passed on to succeeding generations."



Source: MROSC Platform collection.

Legados da incidência política

A Plataforma MROSC completa 13 anos e faz um levantamento de sua atuação no decorrer desse tempo como forma de consolidar o papel de articulação em defesa dos direitos das OSCs, em especial na sua relação de parceria com o poder público e como espaço de fortalecimento político institucional de suas signatárias. Elencamos a seguir os resultados considerados mais relevantes, que podem ser reconhecidos como legados da Plataforma MROSC até o presente momento.

Aprovação e implantação da Lei das Parcerias

A aprovação da Lei 13.019/2014 representa um marco no reconhecimento dos direitos das OSCs que realizam parcerias com o poder público. Apesar dessa conquista, a distância entre a norma legal e a prática das administrações públicas é enorme. Por isso, a Plataforma MROSC desenvolveu várias iniciativas com o objetivo de realizar um monitoramento permanente do processo de implantação da lei nas esferas federal, estadual e municipal. Para isso, reuniu e analisou centenas de leis, decretos e portarias que visam disciplinar a aplicação da lei, em vários casos emitindo notas técnicas e solicitando alterações em dispositivos que afrontam os direitos das OSCs ou mesmo o texto expresso pela lei. Da mesma forma, foram realizadas dezenas de atividades nos estados (caravanas, plenárias, encontros, seminários e oficinas), sempre com o intuito de disseminar a nova lei, dando ênfase aos artigos que garantem o reconhecimento dos direitos das OSCs parceiras, construindo um alinhamento na base das organizações da sociedade civil com a **Agenda MROSC**. Com essas iniciativas, a Plataforma MROSC produziu e disponibilizou para a sociedade brasileira um rol de estudos e reflexões sobre o estágio de implementação da Lei 13.019/2014, recomendando ajustes e garantindo alterações naquelas normas em desacordo com a Lei das Parcerias.

Legacies of political advocacy

The MROSC Platform celebrates its 13th anniversary and surveys of its activities during this time to consolidate its role of articulation in defense of CSO rights, especially in its partnership relationship with the public authorities and as a space for institutional political strengthening of its signatories We list below the most relevant results that are considered legacies of the MROSC Platform to date.

Approval and implementation of the Partnership Law

The approval of Law 13.019/2014 represents a milestone in the rights recognition of CSOs that enter into partnerships with public authorities. Despite this achievement, the gap between the legal norm and the practice of public administration is enormous. For this reason, the MROSC Platform has developed several initiatives to permanently monitor the law's implementing process at the federal, state, and municipal levels. To this end, it has gathered and analyzed hundreds of laws, decrees, and ordinances that aim to discipline the application of the law, in several cases issuing technical notes and requesting changes in provisions that affect the rights of CSOs or even the text expressed by the law. Likewise, dozens of activities were carried out in the states (caravans, plenary sessions, meetings, seminars, and workshops) to disseminate the new law, emphasizing the articles that guarantee the recognition of the rights of partner CSOs, building an alignment at the base of civil society organizations with the **MROSC Agenda**. With these initiatives, the MROSC Platform produced and made available to Brazilian society a list of studies and reflections on the implementation stage of Law 13.019/2014, recommending adjustments and ensuring changes in those rules in disagreement with the Partnership Law.





Fonte: acervo da Plataforma MROSC.





Source: MROSC Platform collection.

Tabela 1. Calendário das principais ações de incidência de 2010 a 2014

ANO	MÊS	INCIDÊNCIA
2010	AGOSTO	Lançamento da Plataforma por um Novo Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil
	OUTUBRO	A então candidata à presidência Dilma Rousseff assina compromisso público com a Plataforma MROSC
2011	NOVEMBRO	Criação do GT do Marco Regulatório das OSCs na Secretaria-Geral da Presidência da República
		Representantes da Plataforma passam a integrar o GT do Marco Regulatório no governo federal
2012	JULHO	Conclusão do relatório do GT, entregue ao então ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho
	SETEMBRO	Audiência Pública no Senado Federal sobre o Projeto de Lei
		Plataforma participa da Audiência Pública no Senado sobre o Projeto de Lei
2013	ABRIL	Seminário "Marco Legal das OSC" no Congresso Nacional em Brasília
	OUTUBRO	Plataforma lança nota pública cobrando do governo federal aprovação do marco regulatório das OSCs
2014	JULHO	Projeto de Lei que regula parcerias entre OSCs e Estado é aprovado pelo Congresso Nacional e enviado para sanção presidencial
		Presidenta Dilma sanciona a Lei 13.019/2014

Fonte: dados Plataforma MROSC, 2023.

Table 1. Schedule of main advocacy actions from 2010 to 2014

YEAR	MONTH	INCIDENCE
2010	AUGUST	Presenting the Platform by a New Regulatory benchmark for Civilian Society Organizations
	OCTOBER	Then-presidential candidate Dilma Rousseff signs a public commitment to the MROSC Platformt
2011	NOVEMBER	Creation of the CSO Regulatory Benchmark WG at the General Secretariat of Federal Executive Chief
		Platform officers becoming part of the Regulatory Benchmark WG in the federal government
2012	JULY	Conclusion of the WG report, delivered to the then Minister of the General Secretariat of Federal Executive Chief, Gilberto Carvalho
	SEPTEMBER	Public Hearing in the Federal Senate on the Bill of Law
		Platform participates in the Public Hearing in the Senate on the Bill of Law
2013	APRIL	Seminar "Legal benchmark for CSOs" at the National Congress in Brasilia
	OCTOBER	Platform introduces a public note demanding the federal government's approval of the CSO regulatory benchmark
2014	JULY	Bill which regulating partnerships between CSOs and the State is approved by the National Congress and sent for presidential sanction.
		The executive chief Dilma sanctions Law 13.019/2014

Source: data from MROSC Platform, 2023.

Constituição da Frente Parlamentar Mista em defesa das Organizações da Sociedade Civil

A Plataforma MROSC teve um papel fundamental na articulação e na criação da Frente Parlamentar Mista em Defesa das Organizações da Sociedade Civil, lançada em 10 de setembro de 2019 no Congresso Nacional, com a assinatura de mais de 120 deputados, deputadas, senadores e senadoras de todas as regiões do país. Entre os objetivos da Frente estão a defesa e promoção do direito fundamental à livre organização e a participação social como método de gestão democrática do Estado e de uma cultura de engajamento social pela população. Em 2019, em parceria com outras frentes parlamentares, a Plataforma cumpriu um papel fundamental para garantir a alteração da MP 870 – como já mencionado, foi a primeira iniciativa do então governo federal. Desde a instalação, a Plataforma MROSC mantém uma relação estreita com a Coordenação da Frente por meio da participação no Conselho Consultivo da Sociedade Civil, realizando ações de incidência direta no Congresso, sempre na defesa de marcos legais em benefício da atuação livre e autônoma das OSCs.



Fonte: 70% DAS ONGs do Brasil sofreram queda nos recursos por conta do coronavírus. *CNN Brasil*, [São Paulo], 20 jun. 2020. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/economia/70-das-ongs-no-pais-apresentam-queda-de-recursos-durante-a-pandemia-de-covid-19/. Acesso em: 10 jul. 2023.

Formation of a Compounded Parliamentary association in defense of Civilian Society Organizations

The MROSC Platform was essential to articulating and creating the Compounded Parliamentary Association in Defense of Civilian Society Organizations, presented on September 10th, 2019, in the National Congress and signed by more than 120 deputies, senators around the country. Among the objectives of these associations, we can realize the defense and promotion of the fundamental rights to free organization and social participation as a method of democratic management of the State and a culture of social engagement by society. In 2019, together with other parliamentary associations, the MROSC Plattaform ensured the amendment of MP 870 and, as already mentioned, was the first initiative of the federal government. From the beginning, the MROSC Platform has maintained a close relationship with the associating coordination by participating in Civilian Society Advisory Council, carrying out direct advocacy actions in Congress, and always defending legal benchmarks for the benefit of free and autonomous action by CSOs.



Source: 70% of Brazil's NGOs have suffered a drop in funding due to coronavirus. CNN Brasil, [São Paulo], 20 Jun. 2020. Available at: https://www.cnnbrasil.com.br/economia/70-das-ongs-no-pais-apresentam-queda-de-recursos-durante-a-pandemia-de-covid-19/. Accessed on: July 10, 2023.

Como ação fundamental, cita-se a inclusão das OSCs nas Medidas Provisórias 931 e 944, que trataram de ações excepcionais durante a pandemia de covid-19, e a aprovação do PL 4113/2020, de iniciativa do deputado **Afonso Florence (PT/BA)** com o apoio de outros 53 parlamentares, e teve como relator o deputado **Eduardo Barbosa (PSDB/MG)**, que garantiu a continuidade dos repasses de recursos públicos para as OSCs durante a calamidade da pandemia de covid-19. Aprovada na Câmara e no Senado, a lei foi vetada pelo presidente Jair Bolsonaro, e o Congresso Nacional, após uma intensa mobilização da Frente Parlamentar e da Plataforma MROCS, derrubou o veto, promulgando a Lei 14.215/2021, medida fundamental para garantir os repasses dos recursos das parcerias em âmbito nacional para a manutenção das atividades das OSCs nesse período.

Conheça a Lei 14215/2021 em: BRASIL. Lei nº 14.215, de 7 de outubro de 2021. Institui normas de caráter transitório aplicáveis a parcerias celebradas pela administração pública durante a vigência de medidas restritivas relacionadas ao combate à pandemia de covid-19, e dá outras providências. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 2021.

Acesse pelo QR Code

Conheça o Boletim da Frente Parlamentar Mista em Defesa das OSCs em: PLATAFORMA MROSC. [*S. l.*], jul. 2020.

Acesse pelo QR Code

As a fundamental action, we cite the inclusion of CSOs in Provisional Measures 931 and 944, which dealt with exceptional measures during the covid-19 pandemic, and the approval of PL 4113/2020, an initiative of Deputy **Afonso Florence (PT/BA)** with the support of 53 other parliamentarians, whose rapporteur was **Deputy Eduardo Barbosa (PSDB/MG)**, which guaranteed the continuity of public resource transfers to CSOs during the calamity of the covid-19 pandemic. Approved by the House and Senate, the law was vetoed by President Jair Bolsonaro, and the National Congress, after intense mobilization by the Parliamentary Front and the MROCS Platform, overturned the veto, enacting Law 14.215/2021, a fundamental measure to guarantee the transfer of resources from partnerships at the national level to maintain the activities of CSOs during this period.

Accessed by QR Code

Learn more about Law 14215/2021 at the link: BRAZIL. Law No. 14,215, of October 7, 2021. Establishes transitional rules applicable to partnerships entered into by the public administration during the term of restrictive measures related to combating the covid-19 pandemic, and makes other provisions. Official Gazette of the Union: Brasília, DF, 2021.

Accessed by QR Code

Learn about the Compounded Parliamentary association's report in Defense of CSOs at the following link: MROSC PLATFORM. . [*S. l.*], July 2020.

Em julho de 2022, foi realizado o Seminário Nacional da Plataforma MROSC em conjunto com a Frente Parlamentar Mista em Defesa das OSCs, a fim de fazer um balanço do papel do Parlamento no fortalecimento das OSCs e na ampliação da participação social. Nesse seminário, foi apresentado pela Plataforma um Mapeamento Legislativo realizado pela Frente Parlamentar Mista em Defesa das OSCs e pela Frente Parlamentar Mista em Defesa da Democracia e dos Direitos Humanos, contendo uma análise detalhada das iniciativas legislativas em tramitação, organizadas em: pautas negativas, pautas positivas ou pautas de interesses na ótica das organizações da sociedade civil. Ao final do seminário, os parlamentares presentes assumiram o compromisso de fortalecimento da Frente Parlamentar Mista para dar conta das iniciativas em tramitação no Congresso pela nova legislatura. Conclui-se que, nos anos de 2019 a 2022, a Frente Parlamentar cumpriu um papel fundamental na aprovação de medidas favoráveis e, principalmente, no bloqueio de iniciativas do governo federal que tivessem impactos negativos para a atuação das OSCs.

Acesse o Mapeamento das Iniciativas Legislativas que envolvem os interesses das OSCs:
SEMINÁRIO NACIONAL DA PLATAFORMA MROSC. Mapeamento legislativo prioritário para as organizações da sociedade civil do Brasil. Brasília, DF, 2022.

Acesse pelo QR Code

In July 2022, the National Seminar of the MROSC Platform was held in conjunction with the Compounded Parliamentary Association in Defense of CSOs to take stock of the role of Parliament in strengthening CSOs and expanding social participation. At this seminar, the Platform presented a Legislative Mapping carried out by it and the Compounded Parliamentary Association in defense of Democracy and Human Rights, containing a detailed analysis of the legislative initiatives in progress, organized into negative agendas, positive agendas or agendas of interests from the perspective of civilian society organizations. At the end of the seminar, the parliamentarians present committed to strengthening the Compounded Parliamentary Association to deal with the initiatives underway in Congress for the new legislature. In summary, it can be concluded, from 2019 to 2022, the Compounded Parliamentary Association contributed to approving positive actions and, mainly, blocking federal government initiatives that had negative impacts on the performance of CSOs.

To access the Map of Legislative actions involving CSOs interests: MROSC PLATFORM NATIONAL SEMINAR. Priority legislative mapping for civil society organizations in Brazil. Brasília, DF, 2022.

Accessed by QR Code



Fonte: acervo da Plataforma MROSC.

Atuação no Congresso Nacional

No eixo da incidência política, por meio do **GT Incidência Política** e em estreita articulação com a Frente Parlamentar Mista em Defesa das OSCs, a Plataforma atuou diretamente nos espaços do Congresso Nacional, realizando diversas reuniões de articulação a respeito da ampla agenda do MROSC. Como resultado dessa presença, foram apresentadas dezenas de proposições legislativas ou políticas para o fortalecimento do espaço institucional e para a atuação das OSCs. Houve presença constante em todos os espaços que discutem temas de interesse das OSCs, realizando ações de defesa e promoção, participando de audiências públicas, seminários, conferências, reuniões com representantes de deputados e senadores, bem como com representantes dos Poderes Executivo e Judiciário. A seguir apresentamos cronologicamente as principais conquistas (legados) nos últimos anos.



Source: MROSC Platform collection.

Acting in National Congress

In the policy advocacy area, through the Political Advocacy work group and in close articulation with the Compounded Parliamentary Association in Defense of CSOs, the Platform has acted directly in National Congress spaces, offering many meetings related to MROSC's agenda. As a result, politicians presented dozens of legislative or political proposals to improve the institutional area and CSOs' actions. It was a constant presence in all spaces that discuss issues that interest to CSOs, executing defense and support actions, participating in public court sessions, seminars, conferences, and meetings with deputies and senators, as well as Executive and Judiciary legal officers. Below we present chronologically the main achievements (legacies) in recent years.

Tabela 2. Calendário das principais ações de incidência de 2017 a 2022

ANO	MÊS	INCIDÊNCIA
2017	JANEIRO	Entrada em vigor da Lei 13.019/2014 para os municípios
2019	ABRIL	Nota Técnica sobre a MP 870/2019 e a violação ao direito à liberdade de associação
	SETEMBRO	Nota técnica sobre a MP 886/2019 Aprovado PL 21.825/2016
2020	FEVEREIRO	Nota Pública pelo Respeito ao Estado Democrático de Direito
	MAIO	Nota técnica sobre o MP 931/2020
		Nota Técnica sobre o MP 944/2020
		Nota Técnica sobre a PEC 014/2020
	AGOSTO	Nota técnica sobre o PL 4113/2020
2021	MARÇO	Nota técnica sobre o PL 5307/2020
	ABRIL	Nota técnica sobre o PL 5953/2016
	MAIO	Nota técnica sobre o PL 534/2019
	JUNHO	Nota pública de apoio ao PL 4113/2020
	JULHO	Nota técnica sobre o PL 4416/2019
	AGOSTO	2ª Nota técnica sobre o PL 4113/2020
		Aprovação do Projeto de Decreto Legislativo (PDL) 333/2020
	SETEMBRO	Seminário Nacional da Plataforma MROSC com o tema "Criminalização das OSC: a quem interessa?"
	OUTUBRO	Nota técnica sobre aplicação da LGPD
	DEZEMBRO	Nota pública de apoio ao PL 333/2020
2022	JUNHO	III Seminário Nacional da Plataforma MROSC com o tema "O papel do Parlamento no fortalecimento das OSC e na ampliação da participação social", em Brasília (DF)
	JULHO	Nota técnica sobre o PL 5865/2019
	SETEMBRO	3ª Nota técnica PL 4113/2020

Fonte: dados Plataforma MROSC, 2023.

Table 2. The schedule of advocacy actions (2017-2022)

YEAR	MONTH	INCIDENCE
2017	JANUARY	Entry into force of Law 13.019/2014 for municipalities
2019	APRIL	Technical Note on MP 870/2019 and the violation of the right to freedom of association
	SEPTEMBER	Nota técnica sobre a MP 886/2019 Aprovado PL 21.825/2016
2020	FEBRUARY	Public Note for Respect to the Democratic Rule of Law
	MAY	Technical note on MP 931/2020
		Technical Note on MP 944/2020
		Technical Note on PEC 014/2020
	AUGUST	Technical note on PL 4113/2020
2021	MARCH	Technical note on PL 5307/2020
	APRIL	Technical note on Bill 5953/2016
	MAY	Technical note on Bill 534/2019
	JUNE	Public note in support of Bill 4113/2020
	JULY	Technical note on PL 4416/2019
	AUGUST	2nd Technical note on Bill 4113/2020
		Approval of the Draft Legislative Decree (PDL) 333/2020
	SEPTEMBER	National Seminar of the MROSC Platform with the theme "Criminalization of CSOs: who cares?"
	OCTOBER	Technical note on the application of the LGPD
	DECEMBER	Public note in support of PL 333/2020
2022	JUNE	III National Seminar of the MROSC Platform with the theme "The role of Parliament in strengthening CSOs and Expanding social Participation", in Brasília (DF)
	JULY	Technical note on Bill 5865/2019
	SEPTEMBER	3rd Technical note PL 4113/2020

Source: MROSC Platform data, 2023.

Revisão do Decreto 8.726/2016 que regulamenta o MROSC



Foto: Patrick Grosner (SEAUD/PR), 2023.

Mais recentemente, com a mudança do governo federal e com a criação da Diretoria de Parcerias com a Sociedade Civil da Secretaria-Geral da Presidência da República, a Plataforma MROSC participou de forma ativa do Grupo de Trabalho Técnico (GTT) criado para propor modificações no Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC) por meio da revisão do Decreto Federal 8.726/2016, que regulamenta o regime de parcerias entre a administração pública federal e as organizações da sociedade civil. A participação da Plataforma teve como objetivo a implantação de ajustes visando que os instrumentos regulatórios facilitem e deem maior efetividade às parcerias entre as organizações da sociedade civil e o estado brasileiro, criando condições para que essas parcerias possam aprofundar as mudanças em defesa dos direitos das populações e a superação de todas as formas de desigualdades.

O relatório entregue está disponível no site da Secretaria-Geral: BRASIL. Secretaria Nacional de Diálogos Sociais e Articulação de Políticas Públicas. *Relatório nº 1/2023/DPSC/SNDSAPP/SG*. Brasília, DF: Secretaria Nacional de Diálogos Sociais e Articulação de Políticas Públicas, 2023.

Acesse pelo QR Code

Review of Decree 8.726/2016 regulating MROSC



Source: MROSC Platform collection.

Recently, as a result of federal Government changes and formulation of Partnerships boards with Civilian Society connected to the Republic Executive chief, MROSC Platform has participated actively in the Technical Working Group (TWG), which was created to propose the main changes to the Regulatory benchmark for Civilian Society Organizations (RBCSO), through the Federal Decree's 8.726/2016 review, which regulates the system of partnerships between the public federal administration and civilian society organizations. The Platform's participation aimed to implement adjustments so that regulatory instruments facilitate and make partnerships between civil society organizations and the Brazilian state more effective, creating conditions for these partnerships to deepen changes in defense of the rights of populations and overcoming all forms of inequalities.

Accessed by QR Code

The report delivered is available on the website of the General Secretariat BRAZIL. National Secretariat for Social Dialogues and Articulation of Public Policies. Report *No. 1/2023/DPSC/SNDSAPP/SG*. Brasília, DF: National Secretariat for Social Dialogues and Articulation of Public Policies, 2023.

Legados de apoio às OSCs signatárias

Além das ações de incidência para aprovação de iniciativas legislativas em favor da atuação das OSCs, como as assembleias virtuais e a inclusão nos programas de acesso a recursos durante a pandemia de covid-19, a Plataforma MROSC desenvolveu ações emergenciais de enfrentamento aos impactos da pandemia nas OSCs. A mais importante delas foi o Fundo OSC.

Fundo de apoio às OSCs

A maioria das OSCs realizam atividades relevantes sem qualquer recurso financeiro ou com iniciativas de baixo orçamento. No entanto, com a decretação da pandemia de covid-19 em março de 2020, mesmo as ações voluntárias e militantes ficaram profundamente prejudicadas. Com uma rede de organizações enraizadas em várias partes do Brasil, a Plataforma MROSC identificou esse quadro de grave riscos para a saúde e a segurança alimentar, além da limitação da capacidade de atuação de suas signatárias. Assim, rapidamente reestruturou ações para dar conta das novas demandas urgentes e emergenciais que surgiram com a pandemia.

Para isso, em diálogo com as plataformas estaduais, reestruturou o Fundo de Pequenos Projetos de Apoio às Organizações da Sociedade Civil (Fundo OSC), redirecionando recursos para apoiar entidades que atuam nas mais variadas regiões com segmentos sociais em situação de vulnerabilidade. Por meio desse remanejamento de recursos, a Plataforma MROSC convocou suas signatárias para articularem o apoio a iniciativas e projetos das organizações da sociedade civil voltados para a garantia da segurança alimentar, das condições mínimas de sobrevivência e para o fortalecimento de suas próprias capacidades de atendimento ao público em maior situação de vulnerabilidade por conta do isolamento necessário para o enfrentamento da pandemia.

Nesse período, o Fundo OSC, iniciativa que compõe o Projeto apoiado pela União Europeia, repassou mais de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais) para 140 organizações da sociedade civil, em 15 estados brasileiros, apoiando diretamente mais de 16,7 mil pessoas, em especial a população negra, os indígenas, as mulheres, as crianças e adolescentes, as famílias assentadas, as pessoas LGBTQIAPN+ e pessoas com deficiência.

Supportive legacies to subscribed CSOs

In addition to advocacy actions for the approval of legislative initiatives in favor of CSOs, such as virtual assemblies and inclusion in programs to access resources during the covid-19 pandemic, the MROSC Platform developed emergency actions to face the impacts of the covid-19 pandemic on CSOs. The most important of these was the CSO Fund.

CSO supportive fund

Most CSOs carry out relevant activities without any financial resources or with low-budget initiatives. However, with the decree of the covid-19 pandemic in March 2020, even voluntary and militant actions were deeply damagedby the effects of COVID-19 . With a network of organizations rooted in various parts of Brazil, the MROSC Platform identified this situation of serious risks to health, food security, in addition to limiting the capacity of its signatories to act, and quickly restructured actions to meet the new urgent and emergency demands that arose with the pandemic.

To this end, in dialogue with the state platforms, it restructured the Fund for Small Projects to Support Civil Society Organizations (OSC Fund), redirecting resources to support entities that operate in the most varied regions with social segments in situations of vulnerability. Through this reallocation of resources, the MROSC Platform called on its signatories to articulate support for initiatives and projects of civil society organizations aimed at guaranteeing food security, minimum survival conditions and strengthening their own capacities to serve the public in a more vulnerable situation due to the isolation necessary to face the pandemic.

During this period, the CSO Fund, an initiative that makes up the Project supported by the European Union, transferred more than R$ 300,000.00 (three hundred thousand reais) to 140 civil society organizations in 15 Brazilian states, directly supporting more than 16.7 thousand people, especially black people, indigenous people, women, children and adolescents, settled families, LGBTQIAPN+ people and people with disabilities.



Fotos das ações apoiadas pelo fundo OSC.

Fonte: acervo da Plataforma MROSC.





Source: MROSC Platform collection.

Mais informações a respeito do Fundo OSC em:
EDITAL Fundo OSC 02/2020: Fundo Emergencial para ações de OSC no combate à pandemia. ***Plataforma MROSC.*** **Brasília, DF, 8 maio 2020.**

Acesse pelo QR Code

Tabela 3. Fundo OSC – Resumo do público beneficiado

RESUMO	
140	OSCs
104	Famílias
9.656	Negras(os)
3.517	Crianças e adolescentes
5.412	Mulheres*
962	Assentadas(os)
560	Ativistas de OSCs
470	Indígenas
100	LBGTQIAPN+
88	PCDs
16.753	Pessoas beneficiadas

Fonte: dados Plataforma MROSC, 2023.

* Inclui mulheres negras, crianças e adolescentes.

Accessed by QR Code

More information about the CSO Fund at: EDITAL CSO Fund 02/2020: Emergency Fund for CSO actions to combat the pandemic. *MROSC Platform.* Brasília, DF, May 8, 2020.

Table 3 - CSO Fund - Summary of beneficiaries

SUMMARY	
140	OSCs
104	Families
9.656	Black women
3.517	Children and adolescents
5.412	Women[7]
962	Settlers
560	CSO activists
470	Indigenous people
100	LBGTQIAPN+
88	PCDs
16.753	People benefited

Source: MROSC Platform data, 2023.

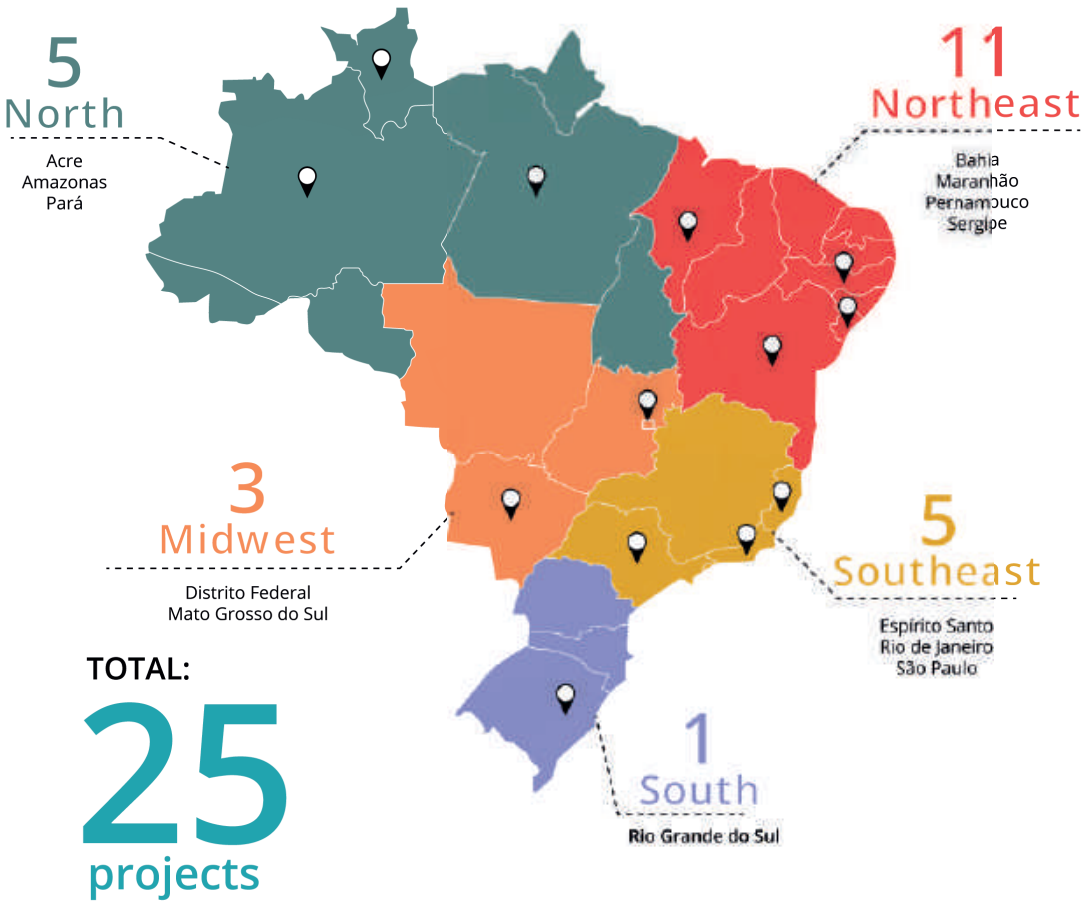
* It includes black women, children and adolescents.

Infográfico 1. FUNDO OSC – Regiões Beneficiadas com Recursos



Fonte: dados Plataforma MROSC, 2023.

Infographic 1. OSC FUND – Regions Benefiting from Resources



Source: MROSC Platform data, 2023.

Tabela 4. Fundo OSC – Quadro dos projetos aprovados

REGIÃO	ESTADO	ORGANIZAÇÃO	VALOR	PESSOAS BENEFICIADAS
NORTE	ACRE	Plataforma MROSC AC	R$ 25.000,00	200 famílias
	ACRE	Associação Riobranquense de Deficientes Físicos	R$ 9.982,90	30 famílias
	AMAZONAS	Ponto de Cultura Conexão Afro Amazonas	R$ 10.000,00	300 famílias
	PARÁ	Associação Folclórica e Cultural Colibri de Outeiro	R$ 7.500,00	50 famílias
	PARÁ	Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Município Oriximiná	R$ 9.900,00	37 comunidades quilombolas com 9000 pessoas
NORDESTE	BAHIA	Plataforma MROSC BA	R$ 25.000,00	125 mulheres, 220 crianças e adolescentes
	BAHIA	Associação Indígena Kiriri da Aldeia Pau Ferro	R$ 9.360,00	45 famílias indígenas
	BAHIA	Fundação Integrada de São Francisco	R$ 10.000,00	20 mulheres e 9 adolescentes
	BAHIA	Centro de Estudos e Ação Social	R$ 9.999,00	630 pessoas assentadas ou acampadas pela Reforma Agrária
	BAHIA	Associação dos Produtores Remanescentes de Queimada Nova	R$ 10.000,00	85 famílias
	BAHIA	Central das Ações Comunitárias do Menino Jesus	R$ 10.000,00	100 famílias negras
	MARANHÃO	Instituto de Ação Socioambientais	R$ 8.530,00	140 pessoas atendidas, sendo 20 em situação de rua
	PERNAMBUCO	Plataforma MROSC PE	R$ 25.000,00	100 representantes de entidades signatárias
	PERNAMBUCO	Associação da Rede de Mulheres Produtoras do Pajeú	R$ 9.930,00	150 mulheres agricultoras
	PERNAMBUCO	Gestos, Soropositividade, Comunicação e Gênero	R$ 9.930,00	88 pessoas vivendo com HIV e aids
	SERGIPE	Plataforma MROSC SE	R$ 25.000,00	333 pessoas, entre idosos, crianças, adolescentes e PCDs
CENTRO-OESTE	DISTRITO FEDERAL	Plataforma MROSC DF	R$ 25.000,00	10 OSCs
	DISTRITO FEDERAL	Clube Escola de Rugby Samambaia	R$ 10.000,00	75 mulheres chefes de famílias
	MATO GROSSO DO SUL	Instituto para o Bem Viver	R$ 10.000,00	290 indígenas
SUDESTE	ESPÍRITO SANTO	Coletivo de Fortalecimento e Empoderamento da População Negra do Sul do Estado	R$ 9.963,70	64 famílias negras
	RIO DE JANEIRO	Associação Experimental de Mídia Comunitária	R$ 10.000,00	15 adolescentes
	RIO DE JANEIRO	Associação Educacional Araújo Dutra	R$ 9.416,50	50 mulheres
	SÃO PAULO	Associação Casa Hacker	R$ 10.000,00	30 OSCs
	SÃO PAULO	Instituto Rede para o Desenvolvimento	R$ 10.000,00	400 famílias
SUL	RIO GRANDE DO SUL	Somos - Comunicação, Saúde e Sexualidade	R$ 9.970,00	100 pessoas LGBTQIAPN+
	TOTAL		**R$ 319.482,10**	**16.753 pessoas**

Fonte: dados Plataforma MROSC, 2023.

Table 4. CSO Fund - Table of approved projects

REGION	STATE	ORGANIZATION	VALUE	PEOPLE BENEFITED
NORTH	ACRE	MROSC Platform AC	R$ 25.000,00	200 families
	ACRE	Associação Riobranquense disable people's association	R$ 9.982,90	30 families
	AMAZONAS	Afro Amazonas culturing connections	R$ 10.000,00	300 families
	PARÁ	Cultural Colibri de Outeiro's Folk and Cultural Association	R$ 7.500,00	50 families
	PARÁ	Association of Remaining Quilombo Communities of the Municipality Oriximiná	R$ 9.900,00	37 quilombo communities with 9000 people
NORDESTE	BAHIA	MROSC Platform BA	R$ 25.000,00	125 women, 220 children and adolescents
	BAHIA	Kiriri da Aldeia Pau Ferro native association	R$ 9.360,00	45 indigenous families
	BAHIA	São Francisco' foundation	R$ 10.000,00	20 women and 9 adolescents
	BAHIA	Center for Studies and Social Action	R$ 9.999,00	630 people settled or encamped by Agrarian Reform
	BAHIA	Queimada Nova Remaining Producers' Association	R$ 10.000,00	85 families
	BAHIA	Menino Jesus Community Action Center	R$ 10.000,00	100 black families
	MARANHÃO	Instituto de Ação Socioambientais	R$ 8.530,00	140 people assisted, 20 of whom are homeless
	PERNAMBUCO	MROSC Platform PE	R$ 25.000,00	100 representatives of signatory entities
	PERNAMBUCO	Association of the Network of Women Producers of Pajeú	R$ 9.930,00	150 women farmers
	PERNAMBUCO	Actions, Soropositivity, Communication and Gender	R$ 9.930,00	88 people living with HIV and AIDS
	SERGIPE	MROSC Platform SE	R$ 25.000,00	333 people, including the elderly, children, adolescents and people with disabilities
CENTRO-OESTE	DISTRITO FEDERAL	MROSC Platform DF	R$ 25.000,00	10 CSOs
	DISTRITO FEDERAL	Samambaia Rugby School	R$ 10.000,00	75 women heads of households
	MATO GROSSO DO SUL	Bem Viver's Institute	R$ 10.000,00	290 indigenous people
SUDESTE	ESPÍRITO SANTO	Empowerment of the Black Population collective in south	R$ 9.963,70	64 black families
	RIO DE JANEIRO	Experimental Community Media Association	R$ 10.000,00	15 adolescents
	RIO DE JANEIRO	Araújo Dutra Educational Association	R$ 9.416,50	50 women
	SÃO PAULO	Casa Hacker Association	R$ 10.000,00	30 OSCs
	SÃO PAULO	Rede para o Desenvolvimento Institute	R$ 10.000,00	400 families
SUL	RIO GRANDE DO SUL	Somos - Communication, Health and Sexuality	R$ 9.970,00	100 LGBTQIAPN+ people
	TOTAL		**R$ 319.482,10**	**16,753 people**

Source: Data from MROSC Platform, 2023.

Legados da participação cidadã e do controle social

A participação social é elemento constitutivo das organizações da sociedade civil que nasceram, na sua maioria, para garantir direitos e exigir a atuação efetiva do estado no enfrentamento das péssimas condições econômicas e sociais do povo brasileiro. Para fazer o Estado cumprir seu papel perante a sociedade, é preciso pressionar com mobilizações e lutas sociais nas ruas, mas também é preciso ter capacidade de diálogo e mobilizar a construção de políticas efetivas por meio de espaços de participação cidadã, como são os Conselhos de Políticas Públicas.

A Lei 13.019/2014 tem como um dos seus princípios a participação social como direito da cidadania (art. 5º), a transparência e o controle social (arts. 10, 11 e 12) e o fortalecimento da participação social (art. 15). Para viabilizar tais princípios, a própria Lei das Parcerias cria o Conselho Nacional de Fomento e Colaboração (Confoco), com composição paritária entre sociedade civil e governo federal, visando cumprir o papel de espaço de articulação e diálogo com o objetivo de propor e apoiar políticas e ações voltadas ao fortalecimento das parcerias entre sociedade civil e Estado.

Como apresentado no início desta publicação, com a ruptura institucional de 2016, os espaços de participação, fiscalização e controle de políticas públicas sofreram severas restrições. Na onda de fechamento da maioria dos Conselhos Nacionais, o novo Confoco não foi instalado. Esse ambiente hostil à participação cidadã contaminou todas as esferas públicas e desestimulou parte significativa da sociedade civil organizada, que não vislumbrou a possibilidade de um diálogo minimamente produtivo nos poucos espaços restantes.

Nesse cenário, as próprias organizações da Plataforma MROSC concluíram que, se instalado naquele momento, o Confoco corria sérios riscos de se tornar um espaço para interesses antagônicos aos da sociedade civil.

O resultado é que, passados quase 10 anos da aprovação da Lei das Parcerias e cerca de 6 anos de sua vigência em relação aos estados e municípios, poucos são os Conselhos de Fomento e Colaboração existentes.

Com base nisso, todos os esforços para a ampliação da participação e do controle social foram redirecionados para estados e municípios. Por isso, passamos aqui a apresentar as experiências mais emblemáticas nas quais a Plataforma MROSC teve participação.

Apresentamos a seguir aqueles espaços que foram conquistados e que estão em processo de consolidação.

Legacies of citizen acting and social control

Social acting is a constitutive element of civil society organizations that were born, for the most part, to guarantee rights and demand the state's effective action in facing the terrible economic and social conditions of the Brazilian people. The state's role fulfillment in society must come with pressure and with mobilizations and social struggles in the streets, and it is also important to have the capacity for dialogue and mobilize the construction of effective policies through spaces for citizen participation, such as the Public Policy Councils.Law 13.019/2014 has as one of its principles social acting as a right of citizenship (art. 5), transparency and social control (arts. 10, 11 and 12) and the strengthening of social engagement (art. 15). To make these principles realistic, the Partnership Law itself creates the National Council for Promotion and Collaboration (Confoco), with equal composition between civil society and the federal government, aiming to fulfill the role of articulation and dialogue space to propose and support policies and actions aimed at strengthening partnerships between civil society and the state.

As presented at the beginning of this book, with the institutional rupture in 2016, the spaces for engagement, supervision and public policies control suffered severe restrictions. In the wave of closure of most National Councils, the new Confoco was not installed. This hostile environment for citizen participation contaminated all public spheres and discouraged a significant part of organized civil society, which did not see the possibility of a minimally productive dialogue in the few remaining spaces.

Against this background, the MROSC Platform organizations concluded that, if installed at that time, Confoco would take serious risks to become a space for interests antagonistic to those of civil society.

The result is that, almost 10 years after the approval of the Law on Partnerships and about 6 years after it entrered into force concerning states and municipalities, few Councils for Promotion and Collaboration exist.

Based on this, the states and municipalities used all efforts to expand participation and social control. For this reason, we present here the most emblematic experiences in which the MROSC Platform has participated. For this reason, we present here the most emblematic experiences in which the MROSC Platform has participated.

We present below those conquered spaces and the ones in the consolidation process.





Fonte: acervo da Plataforma MROSC.





Source: MROSC Platform collection.

Confoco Bahia

Na Bahia, após a aprovação da Lei 13.019/2014, a sociedade civil provocou a administração pública estadual para a regulamentação da lei no Estado. Foi constituído, por meio de decreto, um grupo de trabalho envolvendo o poder público e a sociedade civil, de forma paritária, para estudo da matéria e elaboração de uma proposta de regulamentação. Com base nas discussões, decidiu-se pela criação imediata do conselho que ocorreu no âmbito do processo de elaboração do Decreto Estadual 17.091/2016, dedicando o Capítulo XII à sua criação.

Na Bahia, o Confoco tem composição paritária entre poder público e organizações da sociedade civil, com 20 conselheiros e conselheiras titulares e igual número de suplentes. Está vinculado à Secretaria de Relações Institucionais do Estado (Serin) por meio da Coordenação de Articulação Social (Coas). A presidência é exercida em alternância entre os representantes da sociedade civil e do governo.

Possui quatro comissões técnicas permanentes previstas no Regimento Interno: Normas e Procedimentos; Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação; Formação e Capacitação; e Comunicação e Informação. Possui ainda a possibilidade da criação de comissões temporárias por meio de demandas específicas. Conta com uma Secretaria-Executiva, exercida pela equipe técnica da Secretaria de Relações Institucionais (Serin), que assiste e apoia todo o trabalho do Conselho.

Nos 5 anos de existência, o Confoco Bahia tem se afirmando como espaço privilegiado de diálogo, tanto entre governo estadual e sociedade civil quanto com outros segmentos, como a própria Plataforma MROSC Bahia, a Procuradoria Geral do Estado da Bahia (PGE), a Defensoria Pública do Estado da Bahia (DPE), a Assembleia Legislativa do Estado da Bahia (Alba) e a União dos Municípios da Bahia (UPB).

Existem limitações, mas o processo é de busca constante de aprendizado e incentivo à construção de diálogos abertos a contribuições. O Confoco Bahia tem investido na busca de caminhos para melhor exercer o controle e a participação social, ampliando o protagonismo da sociedade civil no diálogo com o poder público e estimulando a sociedade civil na implementação de iniciativas que visem o seu fortalecimento.

Confoco Bahia

After the approval of Law 13.019/2014 in Bahia in court, civil society provoked the state public administration to regulate the states' law.. A working group involving the public authorities and civil society, on a parity basis, was set up by decree to study the matter and prepare a proposal for regulation. Based on the discussions, it was decided to immediately create the council, which occurred within the scope of the process of drafting State Decree 17.091/2016, dedicating Chapter XII to its creation.

In Bahia, Confoco has a parity composition between public authorities and civil society organizations, with 20 full councilors and an equal number of alternates. It is linked to the State Secretariat for Institutional Relations (Serin) through the Coordination of Social Articulation (Coas). The presidency is held alternately by representatives of civil society and government.

It has four permanent technical committees provided for in the Internal Regulations: Standards and Procedures; Follow-up, Monitoring and Evaluation; Training and Capacity Building; and Communication and Information. It also has the possibility of creating temporary committees through specific demands. It has an Executive Secretariat, carried out by the technical team of the Secretariat of Institutional Relations (Serin), which assists and supports all the work of the Council.

In the five years of its existence, Confoco Bahia has established itself as a privileged space for dialogue, both between the state government and civil society and with other segments, such as the MROSC Bahia Platform itself, the Bahia State Attorney General's Office (PGE), the Bahia State Public Defender's Office (DPE), the Bahia State Legislative Assembly (Alba) and the Bahia Municipalities Union (UPB).

There are limitations, but the process is a constant search for learning and encouragement to build dialogues open to contributions. Confoco Bahia has invested in the search for ways to better exercise social control and participation, expanding the role of civil society in the dialogue with public authorities and stimulating civil society to implement strength initiatives.

Acesse mais informações sobre o Confoco Bahia: BAHIA (estado). Conselho Estadual de Fomento e Colaboração. Site.

Acesse pelo QR Code

Confoco Belo Horizonte/MG

Em âmbito municipal, o Confoco de Belo Horizonte também iniciou as atividades em 2017, com a edição do Decreto Municipal 16.746/2017, instituído por iniciativa do Poder Executivo Municipal junto à Procuradoria-Geral do Município. A composição é paritária, sendo 20 representantes de organizações da sociedade civil e movimentos sociais organizados e 20 do poder público, além de 5 convidados permanentes: Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, Ministério Público do Estado de Minas Gerais, Conselho Regional de Contabilidade, um representante de profissionais que atuam diretamente com as OSCs e um representante das universidades. O mandato é de 4 anos, com alternância na presidência a cada 2 anos.

Acesse informações sobre o Confoco Belo Horizonte no link:

Acesse pelo QR Code

Accessed by QR Code

To access more information about Confoco Bahia check: BAHIA (state). State Council for Promotion and Collaboration. Website.

Confoco Belo Horizonte/MG

At the municipal level, Confoco in Belo Horizonte also started its activities in 2017, with the issuance of Municipal Decree 16.746/2017, instituted at the initiative of the Municipal Executive Power together with the Attorney General's Office. The composition is equal, with 20 representatives from civil society organizations and organized social movements and 20 from the public authorities, in addition to 5 permanent guests: Public Defender's Office of the State of Minas Gerais, Public Prosecutor's Office of the State of Minas Gerais, Regional Accounting Council, a representative of professionals working directly with CSOs and a representative of universities. The mandate is 4 years, with alternation in the presidency every two years.

Access information about Confoco Belo Horizonte at:

Accessed by QR Code

Confoco Acre

Fruto de intenso processo de articulação da Plataforma MROSC Acre com o poder público estadual, o governo do Acre publicou o decreto que cria o Conselho Estadual de Fomento e Colaboração (Confoco), órgão destinado ao diálogo entre a sociedade civil e a administração estadual para implementação e qualificação das parcerias regidas pela Lei Federal 13.019/2014. Composto de 16 conselheiros e conselheiras e igual número de suplentes, todos indicados de forma paritária entre sociedade civil e governo do estado, o Confoco Acre funcionará como um colegiado que irá opinar e orientar o governo estadual na formulação, implantação, acompanhamento, monitoramento e avaliação das parcerias com a sociedade civil. Esse é o resultado de uma luta incansável, fruto da capacidade de articulação da Plataforma MROSC Acre que percorreu um longo caminho para conseguir essa conquista. Agora instalado, o Confoco terá papel fundamental para promover processos de orientação, capacitação e ajustes necessários para adaptar a implementação da Lei das Parcerias no seu território.

Confira o Decreto:

ACRE. *Decreto nº 11.235, de 2 de maio de 2023.* Dispõe sobre a celebração de parcerias entre a Administração Pública do Estado do Acre e organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, termos de fomento ou acordos de cooperação, para a plena aplicação da Lei Federal nº 13.019, de 31 julho de 2014, no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta. Diário Oficial do Estado do Acre, ano LVI, n. 13.530, 2 maio 2023.

Acesse pelo QR Code

Confoco Acre

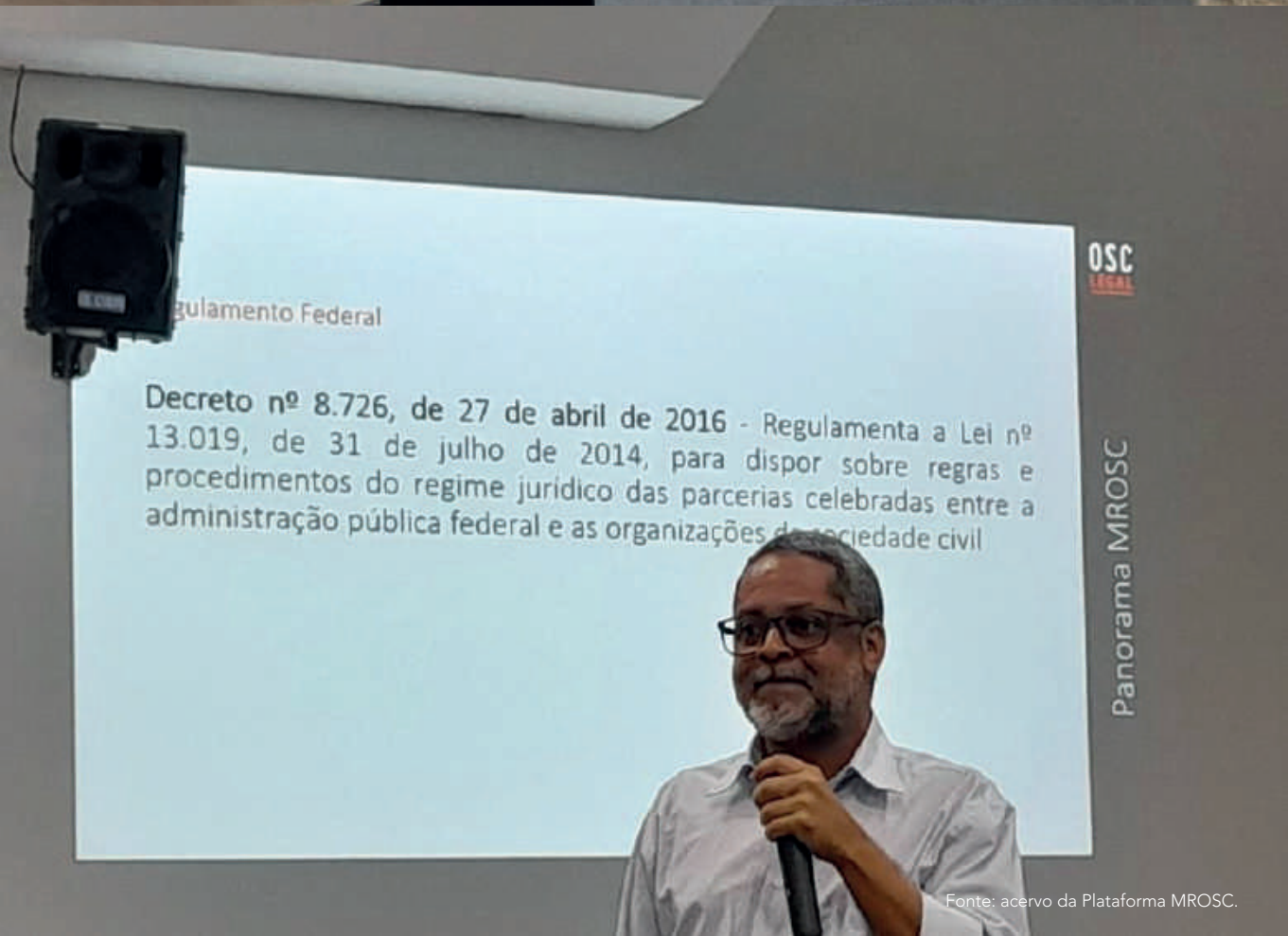
As a result of an intense process of interaction between the MROSC Acre Platform and the state government, Acre's government published a decree that creates the State Council for Promotion and Collaboration (Confoco), a body aimed at dialog between civil society and the state administration for the implementation and qualification of partnerships governed by Federal Law 13.019/2014. Composed of 16 councilors and an equal number of alternates, all appointed on an equal basis between civil society and the state government, Confoco Acre will function as a collegiate body that will opine and guide the state government in the formulation, implementation, follow-up, monitoring and evaluation of partnerships with civil society. This is the result of a tireless struggle, the result of the articulation capacity of the MROSC Acre Platform that has come a long way to achieve this achievement. Now installed, Confoco will play a key role in promoting orientation, training and adjustment processes necessary to adapt the implementation of the Partnership Law in its territory.

Check the Decree:

ACRE. *Decree No. 11.235, of May 2, 2023.* Provides for the signing of partnerships between the Public Administration of the State of Acre and civil society organizations, under a mutual cooperation regime, to achieve purposes of public and reciprocal interest, through the execution of activities or projects previously established in work plans inserted in terms of collaboration, terms of promotion or cooperation agreements, for the full application of Federal Law No. 13,019, of July 31, 2014, within the scope of Direct and Indirect Public Administration. Official Gazette of the State of Acre, year LVI, n. 13.530, May 2, 2023.

Accessed by QR Code





Fonte: acervo da Plataforma MROSC.





Source: MROSC Platform collection.

Confoco Nacional

Após a vitória da democracia nas eleições de outubro de 2022, abriu-se novamente a possibilidade de o Estado brasileiro tornar-se permeável e acessível para a atuação ativa da cidadania. Desde o processo da transição nos diálogos com as equipes do novo governo, a Plataforma MROSC apresentou de forma propositiva a necessidade da instalação imediata do Conselho Nacional de Fomento e Colaboração (Confoco Nacional), de forma paritária e com poder real de incidência nas discussões a respeito das parcerias. Até o encerramento desta publicação, o Confoco Nacional ainda não havia sido instalado, mas está em processo final de indicação e consolidação dos nomes para sua instalação.

Como mencionado, o Grupo Técnico com participação da sociedade civil que discutiu a alteração do Decreto 8.726/2016 foi concluído com a criação do Confoco Nacional, órgão colegiado paritário, de natureza consultiva, integrante da estrutura da Secretaria-Geral da Presidência da República, com a finalidade de divulgar boas práticas e de propor e apoiar políticas e ações voltadas ao fortalecimento das relações de parceria das organizações da sociedade civil com a administração pública federal.

Na proposta a ser assinada pelo presidente Lula, a composição é paritária, com 20 titulares e 20 suplentes representantes das organizações da sociedade civil e 20 titulares e 20 suplentes representantes dos ministérios e órgãos do governo federal. Na proposta não há representação de estados e municípios, nem mesmo do poder judiciário, o que exigirá a constituição de outros espaços para fortalecer o diálogo da implantação da Lei das Parcerias de forma mais homogênea em âmbito nacional.

Conclui-se que a Plataforma MROSC atuou de forma obstinada para, mesmo em tempos de retrocessos, fortalecer a participação da sociedade civil nos espaços estaduais e municipais possíveis. Destaca-se o apoio jurídico aos Conselhos existentes na Bahia e em Belo Horizonte, e o apoio para a criação dos Conselhos no Distrito Federal e nos estados do Sergipe e Rio Grande do Sul. Em todas essas situações, a atuação da Plataforma MROSC favoreceu a troca de experiências sobre as conquistas e dificuldades nas relações com o poder público, as construções coletivas de ferramentas e alternativas de incidência conjunta, a socialização de estudos, propostas e recomendações e, principalmente, o fortalecimento da sociedade civil em cada um dos estados e municípios envolvidos.

Confoco Nacional

After the victory of democracy in October 2022 elections, the possibility of the Brazilian state becoming permeable and accessible to the active action of citizens has been opened again. Since the transition process in dialogues with the new government teams, the MROSC Platform has presented the need for the immediate installation of the National Council for Promotion and Collaboration (Confoco Nacional), in a parity manner and with real power of influence in discussions regarding partnerships. Until the end of this book, the National Confoco had not yet been installed, but is in the final process of nomination and consolidation of names for its installation.

As mentioned, the Technical Group with the participation of civil society that discussed the amendment of Decree 8.726/2016 was concluded with the creation of the National Council for Promotion and Collaboration (Confoco Nacional), a joint advisory body, part of the structure of the General Secretariat of the Presidency of the Republic, to disseminate good practices and proposeand supporting policies and actions aimed at strengthening the partnership relations of civil society organizations with the federal public administration.

In the proposal to be signed by President Lula, the composition is equal, with 20 members and 20 alternates representing civil society organizations and 20 members and 20 alternates representing ministries and federal government agencies. In the proposal there is no representation of states and municipalities, nor even of the judiciary, which will require the constitution of other spaces to strengthen the dialog's implementation of the Law of Partnerships in a more homogeneouslyway at the national level.

It is possible to concluded the MROSC Platform has acted obstinately to strengthen civil society participation in possible state and municipal spaces, even in times of setbacks. We highlight the legal support to the existing Councils in Bahia and Belo Horizonte, and the the creation's supportof Councils in the Federal District and in the states of Sergipe and Rio Grande do Sul. In all of these situations, the MROSC Platform's work favored the exchange of experiences on the achievements and difficulties in relations with public authorities, the collective construction of tools and alternatives for joint advocacy, the socialization of studies, proposals and recommendations and, above all, the strengthening of civil society in each of the states and municipalities involved.





Fonte: acervo da Plataforma MROSC.





Source: MROSC Platform collection.

Legados de fortalecimento da agenda MROSC

Um dos principais legados da Plataforma MROSC foi constituir-se como espaço e referência dos temas que dizem respeito à defesa dos direitos das OSCs, além de criar acordos a respeito de fontes de financiamento e formas de parceria. Para isso, construiu-se, em parceria com as signatárias e com os movimentos sociais, articulações a fim de fortalecer o campo das organizações da sociedade civil no diálogo com a Administração Pública.

Apresentamos a seguir algumas das iniciativas mais relevantes nesse sentido.

Articulações para o fortalecimento da Agenda MROSC

Para facilitar o processo de articulação e ação conjunta em todos os níveis, a Plataforma MROSC organizou as iniciativas em torno da **Agenda MROSC.** Essa Agenda, por sua vez, divide-se em duas temáticas que se complementam. Uma normativa, com o objetivo de garantir o acesso de todas as OSCs às normas legais que defendem direitos, bem como assegurar a efetividade e segurança jurídica nas parcerias com as administrações públicas. Ela atua principalmente nas temáticas da Contratualização, da Sustentabilidade e da Certificação. Na dimensão normativa, estão inseridos os processos de apoio sobre análise de editais, apoio para elaboração de propostas e planos de trabalhos, diálogos com gestores públicos sobre regulamentações, normas complementares e portarias, monitoramento conjunto e orientações sobre gestão de parcerias e de prestação de contas.

Outra, de conhecimento, tem como foco o processo de capacitação das lideranças das OSCs por meio da realização descentralizada de cursos, seminários e oficinas de capacitação multiplicadora. Além da capacitação, essa dimensão tem como prioridade a pesquisa de experiências, situações e boas práticas, assim como o aprendizado com base na disseminação dos acúmulos de intercâmbios, proporcionando maior acesso e difusão dos conhecimentos construídos coletivamente por todo o campo das OSCs.

A Agenda MROSC se tornou um caminho comum no qual as várias iniciativas da Plataforma, dos movimentos sociais ou das articulações parceiras se organizam, dando maior centralidade e efetividade ao processo de articulação.

Legacies of strengthening the MROSC agenda

One of the main legacies of the MROSC Platform was to become a space and reference for issues related to the defense of CSOs' rights, dialogue on funding sources and forms of partnership. To this end, in partnership with the signatories and social movements, articulations were built in order to strengthen the field of civil society organizations in the dialogue with the Public Administration.

Some of the most relevant initiatives in this regard are presented below.

Strategies to consolidate the MROSC Agenda

To make the consolidation process easierand joint action at all levels, the MROSC Platform organized the initiatives around the **MROSC Agenda**. This Agenda, in turn, is divided into two themes that complement each other. A normative to guarantee the access of all CSOs to legal norms that defend rights, as well as effectiveness and legal certainty in partnerships with public administrations. It acts mainly on the themes of Contractualization, Sustainability and Certification. The normative dimension includes support processes on the analysis of public notices, preparations support of proposals and work plans, dialogues with public managers on regulations, complementary rules and ordinances, joint monitoring and guidance on partnership management and accountability.

Another knowledge focuses on the training process of CSO leaders through decentralized courses, seminars and multiplier training workshops. In addition to training, this dimension prioritizes the research of experiences, situations and good practices, as well as learning based on the dissemination of exchange accumulations, providing greater access and dissemination of knowledge built collectively by the entire field of CSOs.

The MROSC Agenda has become an easy path through which the various initiatives of the Platform, social movements or partner organizations organize themselves, giving greater centrality and effectiveness to the articulation process.

Infográfico 2. Agenda MROSC



Fonte: dados Plataforma MROSC, 2023.

Articulações institucionais

Como forma de difundir a Agenda MROSC para além dos espaços internos da Plataforma e da relação com as administrações públicas, no VI Encontro e Seminário das Signatárias da Plataforma MROSC foram realizados encontros e articulações com entidades do Sistema de Justiça, especialmente Defensoria Pública, Ministério Público e Justiças Estaduais. Nesses encontros, o objetivo principal, além de consolidar a Plataforma MROSC como interlocutora privilegiada das pautas de interesse das OSCs em relação aos temas das parcerias, foi apresentar a visão da sociedade civil sobre o estágio de implantação da Lei 13019/2014, elencando os pontos positivos e, em especial, os impasses que ainda persistem em sua implementação.

Infographic2. MROSC Agenda



Source: Data from MROSC Platform, 2023.

Institutional arrangements

As a way to disseminate the MROSC Agenda beyond the internal spaces of the Platform and the relationship with public administrations, in the VI Meeting and Seminar of the Signatories of the MROSC Platform, meetings and articulations were held with entities of the Justice System, especially the Public Defender's Office, the Public Prosecutor's Office and State Courts. In these meetings, the main objective, in addition to consolidating the MROSC Platform as a privileged interlocutor of the agendas of interest of CSOs concerning to the themes of partnerships, was to present the point of view of civil society on the stage of implementation of Law 13019/2014, listing the positive points and, in particular, the impasses that persist in its implementation.

Articulação com os movimentos sociais

Nos últimos anos, a Plataforma MROSC vem ampliando diálogos e alianças com um amplo leque de organizações e movimentos sociais. O objetivo desse processo de aproximação primeiramente é dar-se a conhecer para alguns segmentos sociais que se relacionam com as temáticas das parcerias, sem, no entanto, atuarem como OSCs.

Foram realizadas reuniões e atividades com Organizações dos Povos Indígenas e com o Movimento Nacional dos Catadores de Recicláveis nas quais foram apresentadas as várias iniciativas da Plataforma em relação à Agenda MROSC e disponibilizados todos os acúmulos para que possam ser utilizados por esses movimentos em suas relações de parcerias com o poder público.

Da mesma forma, a Plataforma MROSC participou ativamente do Encontro Nacional da Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político, que contou com 118 representantes de organizações, fóruns, redes e movimentos sociais, representando povos indígenas, movimento negro, movimento quilombola, ambientalistas, feministas, movimento contra a corrupção, ativistas pela democratização da comunicação, representantes dos movimentos de direito à cidade, de organizações que lutam pelo estado laico e de entidades de defesa da comunidade LGBTQIAPN+. Nesse encontro, foi possível compartilhar informações e reflexões sobre a necessidade de reformas estruturais para ampliar a participação e o controle social em todas as esferas das instituições públicas – Executivo, Legislativo e Judiciário –, bem como atuar no fortalecimento de uma cultura política democrática e participativa, necessária para o enfrentamento do racismo, do machismo e da divisão de classes que estruturam atualmente a sociedade brasileira.



Fonte: acervo da Plataforma MROSC.

Linking up with social movements

In recent years, the MROSC Platform has been expanding dialogues and alliances with a wide range of organizations and social movements. The objective of this process of rapprochement is first to make itself known to some social segments that relate to the themes of partnerships, without, however, acting as CSOs.

Meetings and activities were held with Indigenous Peoples' Organizations and the National Movement of Recyclable Waste Pickers in which the various initiatives of the Platform in relation to the MROSC Agenda were presented and all the accumulations were made available so that they can be used by these movements in their partnership relations with the public authorities.

Likewise, the MROSC Platform actively participated in the National Meeting of the Platform of Social Movements for the Reform of the Political System, which included 118 representatives of organizations, forums, networks and social movements representing indigenous peoples, black movements, quilombola movements, environmentalists, feminists, anti-corruption movements, activists for the democratization of communication, representatives of the right to the city movements, organizations fighting for the secular state and entities defending the LGBTQIAPN+ community. In this meeting, it was possible to share information and reflections on the need for structural reforms to expand participation and social control in all spheres of public institutions - Executive, Legislative and Judiciary - as well as to act to strengthen a democratic and participatory political culture, necessary to confront racism, chauvinist and the class division that currently structure Brazilian society.



Source: MROSC Platform collection.

Articulações internacionais na defesa das OSCs

A Plataforma MROSC aprofundou sua estratégia de articulação internacional por meio da participação dos processos do Fórum Social Mundial, seja nas edições temáticas em Porto Alegre em 2017 e 2019, seja na edição mundial, em Salvador e no México, em 2018 e 2022, respectivamente. Nesta última participação, a Plataforma realizou atividades sobre a Agenda MROSC com a participação de representantes do governo mexicano. As articulações decorrentes desse encontro repercutiram na contribuição da Plataforma em estudo realizado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) sobre o espaço cívico no Brasil. Esse estudo foi apresentado para as Nações Unidas, por ocasião da visita ao Brasil do Relator Oficial da ONU sobre liberdade de associação.

As relações e articulações internacionais, tanto com organizações de cooperação da União Europeia e do Sistema ON quanto com organizações da sociedade civil internacional, são de extrema importância para garantir uma rede de solidariedade e apoio internacional com a sociedade civil brasileira e criam um ambiente propício para a troca de experiências e conhecimentos.



Fonte: acervo da Plataforma MROSC.

International coordination in defense of CSOs

The MROSC Platform has deepened its international articulation strategy through the World Social Forum participation processes, either in the thematic editions in Porto Alegre in 2017 and 2019, or in the world edition, in Salvador and Mexico, in 2018 and 2022, respectively. In this last participation, the Platform carried out activities on the MROSC Agenda with the representatives of the Mexican government participation. The articulations resulting from this meeting had repercussions on the Platform's contribution to a study carried out by the Organization for Economic Cooperation and Development (OECD) on civic space in Brazil. This study was presented to the United Nations on the occasion of the visit to Brazil of the UN Official Rapporteur on freedom of association.

International relations and articulations, both with cooperation organizations of the European Union and the UN System and with international civil society organizations, are of utmost importance to ensure a network of solidarity and international support with Brazilian civil society, as well as to exchange experiences and knowledge.



Source: MROSC Platform collection.

Legados de fortalecimento da plataforma MROSC

O edital da União Europeia, que resultou na aprovação do Projeto "Fortalecimento e Regionalização da Plataforma por um Novo Marco Regulatório para a OSCs", tinha como objetivo o fortalecimento de redes e articulações de organizações da sociedade civil brasileira. Esse edital certamente foi construído com base na interpretação de que, naquele momento, era extremamente necessário fortalecer as organizações e suas redes em virtude do enfrentamento direto das políticas ostensivas e violentas do governo federal.

Ao analisar o desempenho da Plataforma MROSC no período de 2010, quando foi fundada, até 2019, quando o Projeto foi iniciado, é possível identificar que, nos anos de 2015 a 2018, havia muita dificuldade de realização de ações nos territórios, canalizando toda a energia para enfrentamentos nos espaços institucionais nacionais, em especial no Congresso Nacional. Um período de resistência sofrida.

A partir de 2019, com o início das ações do Projeto, foi possível organizar uma série de iniciativas, desde aquelas já apresentadas de incidência e articulação política até aquelas voltadas à interiorização e regionalização da Plataforma, aquelas dedicadas à comunicação e difusão de conhecimentos, aquelas vinculadas à formação e capacitação e, finalmente, as iniciativas focadas na gestão democrática e participativa.

Desde o início do projeto, foi possível expandir a presença da Plataforma para todos os estados brasileiros, atualmente contando com aproximadamente 2.240 OSCs signatárias, organizadas em 10 plataformas ou coletivos estaduais. Isso só foi possível pela estratégia de interiorização das ações, por meio da realização das Caravanas MROSC Estaduais, dos Encontros Regionais, dos Encontros Nacionais, dos Encontros Locais de Mulheres, das Plenárias das Plataformas e Coletivos Estaduais e dos Seminários Nacionais.

O financiamento dessas ações por meio do apoio da União Europeia foi fundamental para a realização dessas movimentações e resultou no desenvolvimento de um processo contínuo de consolidação e fortalecimento da Plataforma MROSC como sujeito político, descentralizado e com uma governança democrática.

MROSC PLATFORM ENGAGEMENTS LEGACIES

The European Union's call for proposals, which resulted in the approval of the project "Strengthening and Regionalization of the Platform for a New Regulatory Framework for CSOs", aimed to strengthen networks and articulations of Brazilian civil society organizations. This call for proposals was certainly based on the interpretation that, at that moment, it was extremely necessary to strengthen organizations and their networks due to the direct confrontation of the ostensive and violent policies of the federal government.

When analyzing the performance of the MROSC Platform in the period from 2010, when it was founded, until 2019, when the Project was started, it is possible to identify that, in the years 2015 to 2018, there was a lot of difficulty in carrying out actions in the territories, channeling all the energy to confrontations in national institutional spaces, especially in the National Congress. A period of enduring resistance.

From 2019, with the beginning of the Project's actions, it was possible to organize a series of initiatives, from those already presented of advocacy and political articulation to those aimed at the internalization and regionalization of the Platform, those dedicated to communication and dissemination of knowledge, those linked to training and capacity building and, finally, initiatives focused on democratic and participatory management.

Since the beginning of the project, it has been possible to expand the presence of the Platform to all Brazilian states, currently having approximately 2,240 signatory CSOs, organized in 10 state platforms or collectives. This was only possible due to the strategy of internalization of actions, through the realization of State MROSC Caravans, Regional Meetings, National Meetings, Local Women's Meetings, Plenaries of State Platforms and Collectives and National Seminars.

It is unequivocal that the financing of these actions through the support of the European Union was fundamental for the realization of these movements and resulted in the development of a continuous process of consolidation and strengthening of the MROSC Platform as a political subject, decentralized and with democratic governance.

Encontros nacionais de signatárias da Plataforma

Desde quando foi criada, a Plataforma MROSC construiu uma concepção de democracia tendo como alicerce principal os encontros nacionais de signatárias. Nesses 13 anos, foram 10 encontros nacionais, todos eles com intenso processo de preparação e mobilização. Desde o princípio, o número de signatárias foi se ampliando, de tal forma que atualmente são mais de 2.400 em todo o território nacional, das mais variadas áreas, temáticas e atividades.

Os encontros nacionais são caracterizados como um espaço privilegiado de articulação nacional, com troca de experiências, construção de posicionamentos comuns sobre os temas mais sensíveis e, principalmente, orientação política para o Comitê Facilitador e para o GT de Incidência Política, o GT de Interiorização e Formação e o GT de Comunicação.

Ao analisar os acúmulos dos últimos encontros nacionais, é possível concluir que esses momentos cumprem um papel importante no fortalecimento do sentido de ser da Plataforma MROSC, oportunizam a ampliação da sua base por meio da incorporação de novas signatárias, fortalecem a capacidade de incidência política pelo debate e pela construção coletiva de temas e interesses prioritários e contribuem para que a Plataforma se consolide como espaço amplo, aberto e democrático.

Calendário 1. Encontros Nacionais

ANO	MÊS	ENCONTRO NACIONAL
2011	FEVEREIRO	I Encontro de Signatárias da Plataforma
	NOVEMBRO	II Encontro de Signatárias da Plataforma MROSC
2014	AGOSTO	III Encontro de Signatárias da Plataforma elabora documento com contribuições para o processo de regulamentação da nova lei, realizado em Brasília (DF)
2017	AGOSTO	IV Encontro Nacional das Signatárias debate a implementação da nova legislação e perspectivas da Plataforma
2018	25 A 27 DE OUTUBRO	V Encontro Nacional das Signatárias que traçou planejamento e estratégias para atuação da Plataforma MROSC realizado em São Paulo
2019	9 E 10 DE JUNHO	VI Encontro das Signatárias da Plataforma MROSC em Salvador
2020	17 E 18 DE SETEMBRO	VII Encontro Nacional de Signatárias da Plataforma MROSC com tema (virtual)
2021	JUNHO	VIII Encontro Nacional de Signatárias da Plataforma MROSC (Virtual)
	SETEMBRO	IX Encontro Nacional de Signatárias da Plataforma MROSC com tema Estratégias e Funcionamento da Plataforma MROSC (virtual)
2022	JULHO	X Encontro Nacional de Signatárias da Plataforma MROSC (virtual)

Fonte: dados Plataforma MROSC, 2023.

National meetings of Platform signatories

Since its creation, the MROSC Platform has built a concept of democracy based on national meetings of signatories. In these 13 years, there have been ten national meetings, all with an intense process of preparation and mobilization. Since the beginning, the number of signatories has grown. There are currently more than 2,400 throughout the country, from the most varied areas, themes, and activities. The national meetings are characterized as a privileged space for national articulation, exchange of experiences, construction of common positions on the most sensitive issues and, above all, political orientation for the Facilitating Committee and the Political Incidence WG, the Internalization and Training WG and the Communication WG.

By analyzing the accumulations of the last national meetings, it is possible to conclude that these moments play an important role in strengthening the sense of being of the MROSC Platform, providing an opportunity to expand its base through the incorporation of new signatories and to strength the capacity for political advocacythrough debate and collective construction of priority issues and interests, and contribute to the consolidation of the Platform as a broad, open and democratic space.

Calendar 1. national meetings

YEAR	MONTH	NATIONAL MEETING
2011	FEBRUARY	I Meeting of Signatories of the Platform
	NOVEMBER	II Meeting of Signatories of the MROSC Platform
2014	AUGUST	III Meeting of Signatories of the Platform prepares document with contributions to the regulatory process of the new law, held in Brasília (DF)
2017	AUGUST	IV National Meeting of Signatories discusses the implementation of the new legislation and perspectives of the Platform
2018	OCTOBER 25 TO 27	V National Meeting of Signatories that outlined planning and strategies for the MROSC Platform's performance held in São Paulo
2019	JUNE 9 AND 10	VI Meeting of the MROSC Platform Signatories in Salvador
2020	SEPTEMBER 17 AND 18	VII National Meeting of Signatories of the MROSC Platform with theme (virtual)
2021	JUNE	VIII National Meeting of Signatories of the MROSC Platform (Virtual)
	SEPTEMBER	IX National Meeting of Signatories of the MROSC Platform with the theme Strategies and Operation of the MROSC Platform (virtual)
2022	JULY	X National Meeting of Signatories of the MROSC Platform (virtual)

Source: Data from MROSC Platform, 2023.

Interiorização – Caravanas MROSC

As ações de interiorização iniciaram com as Caravanas MROSC. Foram realizadas, ao todo, 13 Caravanas em todas as regiões do país. Esses atos cumpriram um papel fundamental no processo de articulação das OSCs nos territórios porque, para sua realização, era necessário todo um processo de identificação das OSCs em cada estado, reconhecendo aquelas com interesse e legitimidade para articular as demais em cada região, além da organização de uma pauta focada nas preocupações de cada território, identificando convidados com potencial de agregar conhecimento e reflexão sobre os temas mais citados.

Ao final desse processo de interiorização, participaram das Caravanas MROSC 1.353 pessoas, sendo 69,8% mulheres e 29,6% homens. Do ponto de vista da composição étnica, as pessoas participantes se autodeclararam brancas (36,4%), pardas (30,1%), negras (22,8%), indígenas (2,1%) e algumas decidiram não declarar etnia (8,4%).

Calendário 2. Caravanas MROSC

ANO	MÊS	INCIDÊNCIA
2019	25 e 26 de abril	Caravana MROSC Acre
	10 a 12 de setembro	Caravana MROSC Centro Oeste (Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso)
	27 e 28 de setembro	Caravana MROSC Rio de Janeiro
	10 e 11 de outubro	Caravana MROSC Pernambuco
2020	2 a 4 de setembro	Caravana MROSC Minas Gerais
	28 de setembro	Caravana MROSC Santa Catarina
	21 outubro	Caravana MROSC Maranhão
	6 a 13 de outubro	Caravana MROSC Pará
2021	5 e 6 agosto	Caravana MROSC Amapá
	26 e 27 maio	Caravana MROSC São Paulo (virtual)
2021	28 de janeiro	Caravana MROSC Rio Grande do Sul (virtual)
	19 e 20 de abril	Caravana MROSC Ceará (virtual)
	17 e 18 de maio	Caravana MROSC Piauí (virtual)

Fonte: dados Plataforma MROSC, 2023.

Internalizing MROSC Caravans

The internalazing actions began with the MROSC Caravans. A total of 13 Caravans were held in all regions of the country. These acts played a fundamental role in the process of articulation of CSOs in the territories because, for their realization, it was necessary a whole process of identification of CSOs in each state, recognizing those with interest and legitimacy to articulate the others in each region, in addition to the organization of an agenda focused on the concerns of each territory, identifying guests with potential to add knowledge and reflection on the most cited topics.

At the end of this internalization process, 1,353 people participated in the MROSC Caravans, 69.8% women and 29.6% men. From the point of view of ethnic composition, the participants declared themselves white (36.4%), brown (30.1%), black (22.8%), indigenous (2.1%) and some decided not to declare ethnicity (8.4%).

Calendar 2. MROSC Caravans

YEAR	MONTH	IMPACT
2019	April 25 and 26	MROSC Caravan Acre
	September 10 to 12	MROSC Caravan Midwest (Federal District, Goiás, Mato Grosso)
	September 27 and 28	MROSC Caravan Rio de Janeiro
	October 10 and 11	MROSC Caravan Pernambuco
2020	September 2 to 4	MROSC Caravan Minas Gerais
	September 28	MROSC Caravan Santa Catarina
	October 21	MROSC Caravan Maranhão
	October 6 to 13	MROSC Caravan Pará
2021	August 5 and 6	MROSC Caravan Amapá
	May 26 and 27	MROSC Caravan São Paulo (virtual)
2021	January 28	MROSC Caravan Rio Grande do Sul (virtual)
	April 19 and 20	MROSC Caravan Ceará (virtual)
	May 17 and 18	MROSC Caravan Piauí (virtual)

Source: Data from MROSC Platform, 2023.

Confira como foi cada Caravana em nossa *playlist* no YouTube: CARAVANAS pelo Brasil. [S. l: s. n.], 2022. Série de vídeos (30 min). Publicado pelo canal Plataforma MROSC.

Acesse pelo QR Code

Encontros de regionalização

Por meio do acúmulo das articulações das Caravanas, iniciaram-se as mobilizações voltadas ao processo de regionalização. Nas Plenárias de Plataformas e Articulações Estaduais, que contaram com a presença de signatárias de vários estados, foram articulados os Encontros Regionais visando facilitar o intercâmbio entre todas as signatárias, enriquecer os debates com a troca de experiências bem-sucedidas e ampliar a capacidade de incidência conjunta em cada região.

A lógica de intervenção foi validada e o processo de regionalização vem se fortalecendo, embora o cenário esteja adverso. Foram realizados cinco encontros, um em cada região do país, avançando nos processos de articulação política, na construção das pautas da Agenda MROSC e na construção de estratégias de defesa das OSCs em cada região, segundo a realidade local.

O Congresso Nacional, em especial, é composto de bancadas estaduais bastante suscetíveis à ação política local. Quando essa ação está conectada a iniciativas nacionais, a perspectiva de a pressão política surtir efeitos concretos se potencializa. Por isso, não há dúvidas de que o processo de regionalização cumpre um papel fundamental no fortalecimento da atuação das organizações da sociedade civil na construção de um ambiente legal, político e institucional favorável, que avance na implementação da Agenda MROSC, a fim de promover maior grau de participação cidadã nos processos de desenvolvimento sustentável.

Da mesma forma, o processo de regionalização contribui para consolidar a dimensão democrática e participativa da Plataforma que, como já relatamos, é um princípio constitutivo desde sua fundação.

Accessed by QR Code

Check out what each Caravan was like on our YouTube playlist: CARAVANAS around Brazil. [S. l: s. n.], 2022. Series of videos (30 min). Published by the MROSC Platform channel.

Regionalization meetings

Through the accumulation of the articulations of the Caravans, the mobilizations aimed at the regionalization process began. In the Plenary Sessions of Platforms and State Articulations, which were attended by signatories from several states, Regional Meetings were articulated to facilitate the exchange between all signatories, enrich the debates with the exchange of successful experiences and expand the capacity for joint advocacy in each region.

The intervention logic was validated and the regionalization process has been strengthened, despite the adverse scenario. Five meetings were held, one in each region of the country, advancing in the processes of political articulation, in the construction of the MROSC Agenda and the construction of strategies for the defense of CSOs in each region, according to the local reality.

The National Congress, in particular, is composed of state benches that are very susceptible to local political action. When this action is connected to national initiatives, the prospect of political pressure having concrete effects is enhanced. Therefore, there is no doubt that the regionalization process plays a fundamental role in strengthening the performance of civil society organizations in building a favorable legal, political and institutional environment that advances the implementation of the MROSC Agenda in order to promote a greater degree of citizen participation in sustainable development processes.

Likewise, the regionalization process contributes to consolidating the democratic and participatory dimension of the Platform which, as we have already reported, is a constitutive principle since its foundation.

Calendário 3. Encontros Regionais

ANO	MÊS	ENCONTRO
2022	1 e 2 de junho	I Encontro Regional da Plataforma MROSC – Norte – Rio Branco (AC)
	20 e 30 de novembro	II Encontro Regional da Plataforma MROSC – Nordeste – Fortaleza (CE)
2023	10 a 11 de maio	II Encontro Regional da Plataforma MROSC – Centro Oeste – Brasília/DF
	12 de maio	IV Encontro Regional da Plataforma MROSC – Sul –Porto Alegre (RS)
	6 e 7 de junho	V Encontro Regional da Plataforma MROSC – Sudeste – Belo Horizonte (MG)

Fonte: dados Plataforma MROSC, 2023.



Fonte: acervo da Plataforma MROSC.

Fonte: acervo da Plataforma MROSC.

Calendar 3. Regional Meetings

YEAR	MONTH	MEETING
2022	June 1 and 2	I Regional Meeting of the MROSC Platform - North - Rio Branco (AC)
	November 20 and 30	II Regional Meeting of the MROSC Platform - Northeast - Fortaleza (CE)
2023	May 10 to 11	II Regional Meeting of the MROSC Platform - Midwest - Brasília/DF
	May 12	IV Regional Meeting of the MROSC Platform - South - Porto Alegre (RS)
	June 6 and 7	V Regional Meeting of the MROSC Platform - Southeast - Belo Horizonte (MG)

Source: Data from MROSC Platform, 2023.



Source: MROSC Platform collection.

Protagonismo das mulheres



Fonte: acervo da Plataforma MROSC.

O campo das organizações da sociedade civil é protagonizado pelas mulheres, que representam 65% das ativistas nas mais de 830 mil organizações inscritas no Mapa das OSCs. Com base no Mapa, é possível identificar que, dentre estas, há 22.000 organizações que se dedicam exclusivamente em organizar e defender os direitos das mulheres. Apesar dessa presença marcante, a divisão de poder entre homens e mulheres no campo das OSCs é muito insuficiente. Muitas das OSCs ainda são comandadas por homens – na sua maioria, homens brancos. Uma realidade que precisa ser reconhecida como tal e assumida como uma questão a ser superada. A divisão de gênero no mundo do trabalho é questão central para a superação das desigualdades.

Na Plataforma MROSC, o empoderamento das mulheres é princípio constituinte, e a atuação das mulheres é um elemento essencial para o sucesso de todas as ações desenvolvidas. Como já apresentado, das 2.443 signatárias, 56% estão ligadas à defesa dos direitos das mulheres. Nas estruturas da própria Plataforma, as companheiras ocupam de forma paritária todos os espaços de poder, na liderança das Plataformas Estaduais, no Comitê Facilitador ou nos Grupos de Trabalho.

Essa presença garante que em todas as iniciativas desenvolvidas haja uma prioridade para a atuação das mulheres, desde a presença nos espaços de poder da Plataforma até os critérios de seleção das organizações beneficiadas pelas iniciativas.

Women's empowerment



Source: MROSC Platform collection.

The civilian society organizations area is led by women, who represent 65% of the activists in the more than 830,000 organizations registered on the CSO Map. Based on the Map, it is possible to identify that, among these, there are 22,000 organizations exclusively dedicated to organizing and defending women's rights. Despite this strong presence, the division of power between men and women in the field of CSOs is very insufficient. Most CSOs are still run by men - mostly white men. A reality that needs to be recognized as such and taken up as an issue to be overcome. Gender division in the world of work is a central issue for overcoming inequalities.

In the MROSC Platform, women's empowerment is a constituent principle and their performance is an essential element for the success of all actions developed. As already presented, of the 2,443 signatories, 56% are linked to the defense of women's rights. In the structures of the Platform itself, women members occupy equal power in all spaces, in the leadership of the State Platforms, in the Facilitating Committee or in the Working Groups.

This woensures that in all initiatives developed, there is a priority for women's performance from the presence in the Platform's power spaces to select norms to arrange to benefit from the initiatives.

These achievements were not free. The women of the Platform organized themselves as their own segment to ensure that the agendas and spaces took their rights into account. Since then, five Platform Women's Meetings have been held and the number of CSOs focused on women's rights has increased by 110% since the first year of the MROSC Platform Strengthening

Essas conquistas não foram gratuitas. As mulheres da Plataforma se organizaram como segmento próprio para garantir que as pautas e os espaços levassem em conta seus direitos. Desde então, já foram realizados cinco Encontros de Mulheres da Plataforma e o número de OSCs voltadas aos direitos das mulheres aumentou 110% desde o primeiro ano do projeto "Fortalecimento e Regionalização da Plataforma MROSC", financiado pela União Europeia. Nas ações realizadas, o Fundo OSC beneficiou com recursos financeiros grupos e organizações lideradas por mulheres, em especial negras, indígenas e quilombolas, atendendo mais de 1.400 mulheres em todo território nacional.

Mais recentemente, a Plataforma participou da construção de um sistema político, numa perspectiva de democracia com enfoque nas relações de gênero, que crie mecanismos e condições sociais para o empoderamento das mulheres. Nessa perspectiva, a Plataforma, por meio da Campanha Mulheres que Inspiram, somou-se à Campanha Mundial 21 Dias de Ativismo Pelo Fim da Violência Contra as Mulheres.

Saiba mais em: ANÁLISE: Especial Mapa das OSC no Mês das Mulheres. Mapa das Organizações da Sociedade Civil. [*S. l.*], 2023.

Acesse pelo QR Code

Calendário 4. Encontro de Mulheres

ANO	MÊS	ENCONTRO
2019	15, 22 e 29 de junho	Encontro de Mulheres Lideranças do Acre e Região
2021	1º de setembro	Encontro de Mulheres do Campo e da Cidade de Minas Gerais
		Lançamento da Cartilha "Fortalecimento de lideranças, organizações de mulheres e MROSC em tempos de covid-19"
2023	19 de maio	Encontro Regional de Mulheres do Centro-Oeste
	31 de maio	Encontro de Mulheres da Região Sul
	28 de junho	Encontro Nacional de Mulheres (virtual)

Fonte: dados Plataforma MROSC, 2023.

and Regionalization Project, funded by the European Union. In the actions carried out, the CSO Fund benefited from financial resources groups and organizations led by women, especially black, indigenous and quilombolas, serving more than 1,400 women throughout the national territory.

More recently, the Platform has participated in the construction of a political system from a perspective of democracy with a focus on gender relations, which creates mechanisms and social conditions for the empowerment of women. In this perspective, the Platform, through the Women Who Inspire Campaign, joined the Global Campaign 21 Days of Activism to End Violence Against Women.

Accessed by QR Code

Find out more at: ANALYSIS: Special CSO Map for Women's Month. Civilian Society Organizations map. [*S.l.*], 2023.

Calendar 4. Women's Meeting

YEAR	MONTH	MEETING
2019	June 15, 22 and 29	Meeting with Women' Leadership from Acre and Region
2021	September 1	Women's from countryside and city meeting in Minas Gerais
		"Strengthening leadership, women's organizations and MROSC in covid-19 context" Release guidebook.
2023	May 19	Midwest Women's regional meeting
	May 31	Southern Women's Meeting
	June 28	National Women's Meeting (virtual)

Source: Data from MROSC Platform, 2023.

Ações de organização, formação e capacitação

Como elemento central no processo de fortalecimento da Plataforma MROSC, estão as atividades permanentes de organização, por meio da realização de reuniões e atividades das Plataformas Estaduais e dos Encontros das Plataformas e Articulações Estaduais. Outras ações permanentes e de suma importância são as *lives*, oficinas, cursos e debates de capacitação e formação sobre a Agenda MROSC. As atividades realizadas pela própria Plataforma ou em parceria com outras organizações, como a Escola de Formação da Abong, o Núcleo de Estudos Avançados do Terceiro Setor (NEATS-PUC-SP) e a OSC Legal, cumprem um papel na difusão de ideias e propostas, contribuindo para a construção de um entendimento consolidado sobre o MROSC e, principalmente, sobre os direitos das organizações nas parcerias.

Governança democrática e participativa

Não é simples o sistema de governança de uma articulação de mais de 2.400 organizações da sociedade civil, espalhadas por todo o território nacional, com tempo de existência, tamanhos, histórias, trajetórias e estruturas de governanças diferentes. OSCs que atuam em pautas e territórios muito distintos, algumas lideradas por mulheres, por mulheres negras, por profissionais liberais, por jovens de periferias, por lideranças religiosas ou por lideranças indígenas. Nossa diversidade é nossa força, mas também representa uma complexidade na construção e na divisão do poder de forma democrática e participativa.

Nunca foi fácil, mas a Plataforma se propôs, desde sua fundação, a se constituir como uma rede nacional, democrática e participativa, com unidade política dentro de sua diversidade. Para isso, construiu um sistema de governança formado pelo Encontro Nacional das Signatárias, realizado anualmente; um Comitê Facilitador, indicado no Encontro, formado por organizações de abrangência e representatividade nacionais, que representem a diversidade da Plataforma; e uma Secretaria Operativa sediada em uma das organizações que compõe o Comitê Facilitador.

Fazem parte desse sistema de governança três grupos de trabalho permanentes: o GT de Incidência, o GT de Comunicação e o GT de Interiorização e Formação. Os grupos têm o papel de apoiar o Comitê Facilitador na sua tarefa de dar efetividade a orientações e compromissos estratégicos, além de colocar em prática sugestões ou recomendações propostas nos Encontros Nacionais.

Organization, training and capacity building actions

As a central element strengthening process the MROSC Platform, there are permanent organizational activities, through meetings and activities of the State Platforms and Meetings of State Platforms and Articulations. Other permanent and extremely important actions are the lives, workshops, courses and training and training debates on the MROSC Agenda. The activities carried out by the Platform itself or in partnership with other organizations, such as the Abong Training School, the Center for Advanced Studies in the Third Sector (NEATS-PUC-SP) and OSC Legal, play a role in the dissemination of ideas and proposals, contributing to the construction of a consolidated understanding of MROSC and, mainly, on the rights of organizations in partnerships.

Democratic and participative government

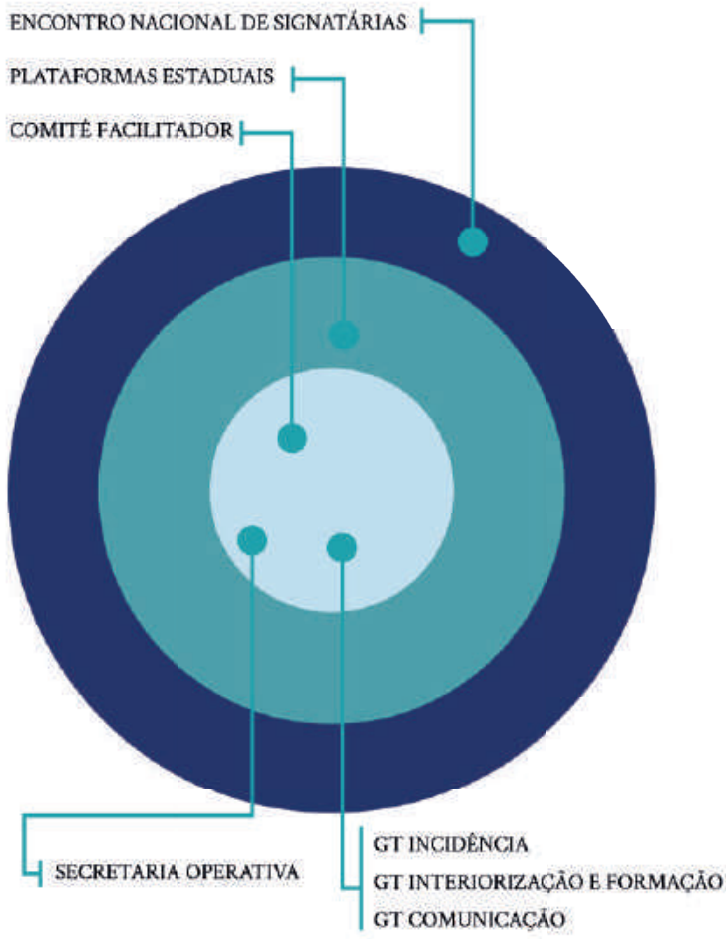
The governance system articulated more than 2,400 civil society organizations, spread throughout the national territory, with different lengths of existence, sizes, histories, trajectories and governance structures is not simple. CSOs that work in very different agendas and territories, some led by women, by black women, by liberal professionals, by young people from the peripheries, by religious leaders or by indigenous leaders. Our diversity is our strength, but it also represents a complexity in the construction and division of power in a democratic and participatory way.

It has never been easy, but the Platform has set out, since its foundation, to constitute itself as a national, democratic and participatory network, with political unity within its diversity. To this end, it has built a governance system consisting of the National Meeting of Signatories, held annually; a Facilitating Committee, appointed at the Meeting, made up of organizations of national scope and representativeness, representing the diversity of the Platform; and an Operational Secretary based in one of the organizations that make up the Facilitating Committee.

Three permanent working groups are part of this governance system: the Advocacy WG, the Communication WG and the Internalization and Training WG. The groups have the role of supporting the Facilitating Committee in its task of giving effect to strategic guidelines and commitments, in addition to putting into practice suggestions or recommendations proposed at the National Meetings.

Durante a execução do Projeto Fortalecimento e Regionalização da Plataforma MROSC, ainda foi constituído o Comitê Gestor do Projeto, espaço composto das organizações Cáritas Brasileira e ELO – Ligação e Organização, que assumiram a responsabilidade formal e direta pela apresentação, celebração, execução e prestação de contas das ações junto à União Europeia.

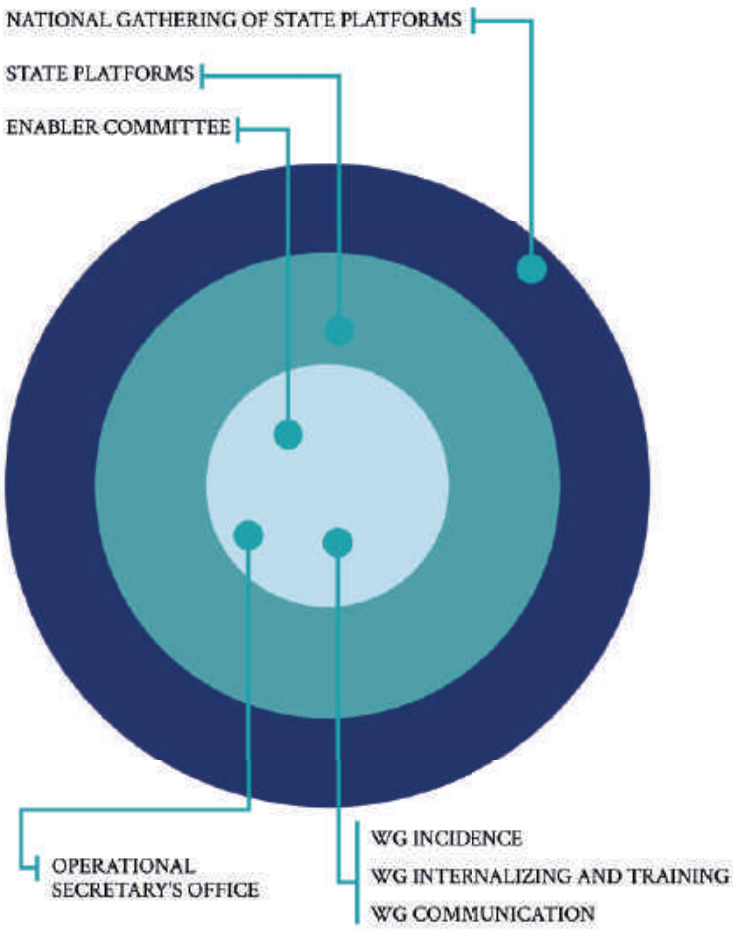
Infográfico 3. Encontro Nacional de Plataformas Estaduais



Fonte: dados Plataforma MROSC, 2023.

During the execution of the Project Strengthening and Regionalization of the MROSC Platform, the Project Management Committee was also constituted, a space composed of the organizations Cáritas Brasileira and ELO - Ligação e Organização, which assumed the formal and direct responsibility for the presentation, celebration, execution and accountability of the actions with the European Union.

Infographic 3. National Meeting of State Platforms



Source: Data from MROSC Platform, 2023.



Fonte: acervo da Plataforma MROSC.



Source: MROSC Platform collection.

Uma agenda para o futuro

A alteração do contexto político após a eleição do presidente Lula em 2022 representa a possibilidade de retomada de um ambiente de diálogo do Estado brasileiro com a sociedade civil. Essa alteração, no entanto, não representou uma mudança substantiva na correlação de forças entre os vários blocos e setores sociais que estiveram em lados opostos após a ruptura institucional de 2016.

Isso significa que os representantes dos interesses e das pautas daqueles segmentos outrora vinculados publicamente aos setores antidemocráticos seguem tendo presença nos parlamentos e governos estaduais, no Congresso Nacional e no próprio governo federal.

Durante os últimos anos, a Plataforma MROSC tem atuado de forma orgânica e engajada na conjuntura, representando com legitimidade e capacidade política os interesses de suas signatárias e das OSCs em geral. Com a abertura de um novo ciclo democrático, mesmo que limitado pela correlação de forças acima descritas, há a responsabilidade de buscar identificar aquelas temáticas centrais e apontar alternativas que sejam relevantes para o fortalecimento, a organização e a consolidação das OSCs brasileiras no processo de reconstrução do Brasil. Acreditamos que o X Encontro Nacional já indicava algumas das agendas fundamentais, articuladas no entorno da chamada Agenda Política da Plataforma MROSC.

Essa Agenda passa, primeiramente, pela **(a)** garantia de um ambiente de proteção da cidadania, de combate à criminalização que atinge os movimentos e as organizações da sociedade civil em todos os níveis de governo e da defesa da legitimidade da atuação livre e autônoma das OSCs no cumprimento de sua missão de defesa de direitos e dos bens comuns. Esse ambiente deve ser fortalecido com a **(b)** regulamentação e implementação dos mecanismos de democracia direta (plebiscitos, referendos, projetos de iniciativa popular) e da democracia participativa (PPA e Orçamento Participativo, Conferências e Conselhos, entre eles o Confoco Nacional e os estaduais e municipais), instrumentos que devem ser reconhecidos como parte do estado democrático de direitos, e não como política deste ou daquele governo. Ainda em relação ao ambiente favorável para a atuação da sociedade civil, é fundamental **(c)** consolidar as alianças internacionais com os sistemas multilaterais (ONU, União Europeia, OCDE e Cepal) na defesa das liberdades democráticas e na proteção dos espaços cívicos de representação social. Para garantir um ambiente democrático, é fundamental o **(d)** reconhecimento da

An agenda for the future

The change in the political context after the election of President Lula in 2022 represents the possibility of resuming an environment of dialogue between the Brazilian state and civil society. This change, however, did not represent a substantive change in the correlation of forces between the various blocs and social sectors that were on opposite sides after the institutional rupture of 2016.

This means that representatives of the interests and agendas of those segments once publicly linked to anti-democratic sectors continue to have a presence in parliaments and state governments, in the National Congress and in the federal government itself.

Over the past few years, the MROSC Platform has acted organically and engaged in the conjuncture, representing with legitimacy and political capacity the interests of its signatories and CSOs in general. With the opening of a new democratic cycle, even if limited by the correlation of forces described above, there is a responsibility to seek to identify those central themes and point out alternatives that are relevant to the strengthening, organization and consolidation of Brazilian CSOs in the process of rebuilding Brazil. We believe that the X National Meeting already indicated some of the fundamental agendas, articulated around the so-called Political Agenda of the MROSC Platform.

This Agenda involves, first of all, (a) ensuring an environment that protects citizenship, combating the criminalization that affects civil society movements and organizations at all levels of government and defending the legitimacy of the free and autonomous performance of CSOs in fulfilling their mission of defending rights and common goods. This environment should be strengthened by (b) regulating and implementing mechanisms of direct democracy (plebiscites, referendums, popular initiative projects) and participatory democracy (PPA and Participatory Budget, Conferences and Councils, including the National Confoco and state and municipal ones), instruments that should be recognized as part of the democratic state of rights, and not as a policy of this or that government. Still in relation to the favorable environment for civil society action, it is essential to (c) consolidate international alliances with multilateral systems (UN, European Union, OECD and ECLAC) in the defense of democratic freedoms and the protection of civic spaces for social representation. In order to ensure a democratic environment, it is essential to (d) recognize the MROSC Platform as one of

Plataforma MROSC como uma das interlocutoras com os vários níveis de governo, nos diálogos a respeito dos temas de interesse das OSCs, em especial as parcerias e as políticas de financiamento das iniciativas de interesse público e social.

Esses diálogos têm como pautas prioritárias a construção de estratégias de financiamento da atuação das OSCs para certificar o **(e)** tratamento diferenciado nos campos administrativos, tributários, fiscais e contábeis, com efetiva redução da carga tributária nas atividades vinculadas à atuação nas áreas sociais. Da mesma forma, **(f)** a simplificação dos mecanismos de doações privadas individuais ou empresariais, facilitando o acesso das organizações da sociedade civil aos mais de R$ 13 bilhões doados anualmente pela sociedade brasileira. Ainda nesse ponto, **(g)** o incentivo à criação de Fundos Públicos ou Privados Autônomos para o fortalecimento, fomento e apoio às OSCs, em especial aquelas mais vulneráveis. Finalmente, a **(h)** garantia da regulamentação da Lei das Parcerias (MROSC), assegurando o respeito aos princípios e diretrizes da lei, como os mecanismos simplificados de seleção e formalização, a efetiva parceria nos processos de execução dos planos de trabalho e a prestação de contas de forma rigorosa de acordo com a norma legal.

Não haverá um Brasil inclusivo, democrático e solidário sem a participação efetiva das organizações e dos movimentos sociais de forma protagonista nessa construção. Por isso a relevância do trabalho de redes de organizações da sociedade civil, como a Plataforma MROSC.

the interlocutors with the various levels of government, in the dialogues on issues of interest to CSOs, especially partnerships and financing policies for initiatives of public and social interest.

These dialogues priorizes the agendas of the financing strategies constructionfor the performance of CSOs to certify the (e) differentiated treatment in the administrative, tax, fiscal and accounting fields, with an effective reduction of the tax burden in activities linked to the performance in social areas. Likewise, (f) the simplification of mechanisms for individual or corporate private donations, facilitating the access of civil society organizations to the more than R$ 13 billion donated annually by Brazilian society. Also on this point, (g) encouraging the creation of autonomous public or private funds to strengthen, foster and support CSOs, especially the most vulnerable ones. Finally, (h) ensuring the regulation of the Partnership Law (MROSC), ensuring respect for the principles and guidelines of the law, such as simplified selection and formalization mechanisms, effective partnership in the execution of work plans and strict accountability under the legal norm.

There will be no inclusive, democratic and supportive Brazil without the effective participation of organizations and social movements in this construction. That is why the work of networks of civil society organizations, such as the MROSC Platform, is so important.

Agradecimentos

Queremos agradecer inicialmente à **Delegação da União Europeia no Brasil** pelo apoio proporcionado por meio do Projeto Fortalecimento e Regionalização da Plataforma por um Novo Marco Regulatório das OSCs. Sem esse apoio teria sido quase impossível sobreviver ao longo período de ataques e retrocessos sofridos de 2016 a 2022, e os legados aqui apresentados, não teriam sido possíveis.

Aos membros do **Comitê Facilitador da Plataforma MROSC**, que reservaram o pouco tempo disponível para revisar, corrigir e precisar as várias informações aqui apresentadas. Como protagonistas dos legados construídos, suas contribuições incluíram temas importantes que foram esquecidos e ajustaram eventuais exageros que foram criados pela leitura apressada do enorme volume de produções, relatórios, publicações e conversas realizadas.

Às equipes da **Cáritas Brasileira e do ELO – Ligação e Organização** pela disposição e pronta resposta a todos os pedidos, pelo carinho e cuidado com que trataram essa parceria em todos os momentos. Sem essa atenção não te-ríamos construído um material tão rico para as nossas OSCs.

Agradeço ao **CAMP – Escola de Cidadania e ao Instituto de Direitos Humanos (IDhES)**, minhas organizações de atuação, aprendizado e construção coletiva, e, por meio dessas duas organizações, um agradecimento especial à Associação Brasileira de ONGs (Abong), organização pela qual participei da Plataforma MROSC no período de 2016 a 2022.

A todas, todos e todes, nossos sinceros agradecimentos.



Fonte: acervo da Plataforma MROSC.

Acknowledgements

Initially, we would like tothank the **Delegation of the European Union in Brazil** for the support provided through the Project Strengthening and Regionalization of the Platform for a New CSO Regulatory Framework. Without this support it would have been almost impossible to survive the long period of attacks and setbacks suffered from 2016 to 2022, and the legacies presented here would not have been possible.

To the members of the **MROSC Platform Facilitating Committee**, who took the little time available to review, correct and clarify the various information presented here. As protagonists of the legacies built, their contributions included important themes that were forgotten and adjusted any exaggerations that were created by the hasty reading of the enormous volume of productions, reports, publications and conversations held.

To the teams of **Cáritas Brasileira and ELO - Ligação e Organização** for their willingness and prompt response to all requests, for the affection and care with which they treated this partnership at all times. Without this attention we would not have built such a rich material for our CSOs.

I would like to thank **CAMP - Escola de Cidadania and the Human Rights Institute (IDhES)**, my organizations of action, learning and collec-tive construction, and, through these two organizations, a special thanks to the Brazilian Association of NGOs (Abong), the organization through which I participated in the MROSC Platform from 2016 to 2022.

To each one of you, our sincere thanks.



Fonte: acervo da Plataforma MROSC.

LINHA DO TEMPO

2010

AGOSTO

Lançamento da Plataforma por um Novo Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil

OUTUBRO

A então candidata à presidência Dilma Rousseff assina compromisso público com a Plataforma MROSC

2011

NOVEMBRO

Criação do GT do Marco Regulatório das OSCs na Secretaria-Geral da Presidência da República

Representantes da Plataforma passam a integrar o GT do Marco Regulatório no Governo Federal

II Encontro de Signatárias da Plataforma MROSC

FEVEREIRO

I Encontro de Signatárias da Plataforma

2012

JULHO

Conclusão do relatório do GT, entregue ao então ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho

SETEMBRO

Audiência Pública no Senado Federal sobre o Projeto de Lei

Plataforma participa da Audiência Pública no Senado sobre o Projeto de Lei

2013

OUTUBRO

Plataforma lança nota pública cobrando do governo federal aprovação do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC)

ABRIL

Seminário "Marco Legal das OSC" no Congresso Nacional em Brasília (DF)

2014

2 DE JULHO

Projeto de Lei que regula parcerias entre OSC e Estado é aprovado pelo Congresso Nacional e enviado para sanção presidencial

31 DE JULHO

Presidenta Dilma sanciona a Lei 13.019/2014

14 DE AGOSTO

III Encontro de Signatárias da Plataforma, realizado em Brasília (DF), elabora documento com contribuições para o processo de regulamentação da nova lei

2015

OUTUBRO

Lançamento da Frente Parlamentar Mista em Defesa das OSCs na Câmara dos Deputados

FEVEREIRO

Lei 13.102/2015, que prorroga a entrada em vigor da Lei 13.019/2014

2016

OUTUBRO

Criação do Confoco/BA por meio do Decreto 17.091/2016

AGOSTO

Abong publica a cartilha "Lei 13.019/2014 – Regulamentação passo a Passo: a experiência da Bahia como referência para o Brasil"

TIMELINE

2010

AUGUST

Launch of the Platform for a New Regulatory Framework for Civil Society Organizations

OCTOBER

Then-presidential candidate Dilma Rousseff signs public commitment to MROSC Platform

2011

FEBRUARY

1st Meeting of Signatories to the Platform

NOVEMBER

Creation of the CSO Regulatory Framework WG at the General Secretariat of the Presidency of the Republic

Representatives of the Platform become part of the WG of the Regulatory Framework in the Federal Government.

II Meeting of Signatories of the MROSC Platform

2012

JULY

Conclusion of the WG report, delivered to the then Minister of the General Secretariat of the Presidency of the Republic, Gilberto Carvalho

SEPTEMBER

Public Hearing in the Federal Senate on the Bill

Platform participates in the Public Hearing in the Senate on the Bill

2013

OCTOBER

Platform launches public note demanding the federal government's approval of the Regulatory Framework for Civil Society Organizations (MROSC)

APRIL

Seminar "Legal Framework for CSOs" at the National Congress in Brasilia (DF)

2014

2 JULY

Bill regulating partnerships between CSOs and the State is approved by the National Congress and sent for presidential sanction

31 JULY

President Dilma sanctions Law 13.019/2014

AUGUST/14

III Meeting of Signatories of the Platform, held in Brasilia (DF), prepares a document with contributions to the regulatory process of the new law

2015

OCTOBER

Launch of the Mixed Parliamentary Front in Defense of CSOs in the Chamber of Deputies

FEBRUARY

Law 13.102/2015, which extends the entry into force of Law 13.019/2014

2016

OCTOBER

Creation of Confoco/BA through Decree 17.091/2016

AUGUST

Abong publishes the booklet "Law 13.019/2014 - Step-by-step regulation: Bahia's experience as a reference for Brazil"

LINHA DO TEMPO

2017

23 DE JANEIRO

Entrada em vigor da Lei 13.019/2014 para os municípios

AGOSTO

IV Encontro Nacional das Signatárias debate a implementação da nova legislação e as perspectivas da Plataforma

SETEMBRO

1º Seminário Nacional Organizações da Sociedade Civil e Defensoria Pública – Em diálogo com Gestoras e Gestores sobre a Lei 13.019/14 – MROSC, realizado pela Defensoria Pública e pela Abong no Rio de Janeiro

10 DE OUTUBRO

Criação do Confoco do município de Belo Horizonte por meio do Decreto 16.746/2017

V Encontro Nacional das Signatárias que traçou planejamento e estratégias para a atuação da Plataforma MROSC, realizado em São Paulo

2019

CARAVANAS 2019

Acre, Rio de Janeiro e Centro-Oeste (Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso)

AGOSTO

VI Encontro das Signatárias da Plataforma MROSC em Salvador

Seminário Nacional da Plataforma MROSC em Salvador

ABRIL

Nota técnica sobre a MP 870/2019 e a violação ao direito à liberdade de associação

2020

CARAVANAS 2020

Caravanas em Santa Catarina, Minas Gerais e Pernambuco

MARÇO

16/03/2020 – Decretada a pandemia de covid-19 pela Organização Mundial da Saúde;

Lançamento do Fundo de Apoio às Organizações da Sociedade Civil (Fundo OSC) – Modalidade Apoio Emergencial

AGOSTO

Lançamento do Momento MROSC com tema "A construção do ambiente favorável ao fortalecimento e autonomia das OSCs numa sociedade democrática"

SETEMBRO

VII Encontro Nacional de Signatárias da Plataforma MROSC (virtual)

Aprovado PL 21.825/2016

I Plenária das Plataformas Estaduais (virtual

Caravanas MROSC 2021

Caravanas Amapá, Pará e São Paulo (virtual)

Notas Técnicas 2020 e 2021

Foram elaboradas 7 notas técnicas sobre proposições legislativas relacionadas à agenda MROSC

JUNHO

VIII Encontro Nacional de Signatárias da Plataforma MROSC com o tema "Reflexões sobre Governança" (virtual), com a criação dos GTs de Tributário e de Interiorização.

MOMENTO MROSC com o tema "A importância do Confoco para implementação da Lei 13.019/2014"

Lançamento do "Guia para motivar a Participação da Sociedade Civil"

2021

AGOSTO

II Plenária das Plataformas Estaduais e Articulações MROSC (virtual)

Aprovação do Projeto de Decreto Legislativo (PDL) 333/20

SETEMBRO

Lançamento do 05 e 06 editais de apoio às OSCs.

Roda de Conversa "Direitos Sociais das Mulheres do Campo e da Cidade"

Lançamento da cartilha "Fortalecimento de lideranças, organizações de mulheres e MROSC em tempos de covid-19"

Seminário Nacional da Plataforma MROSC com o tema "Criminalização das OSC: a quem interessa?"

IX Encontro Nacional de Signatárias da Plataforma MROSC com o tema "Estratégias e Funcionamento da Plataforma MROSC" (virtual)

DEZEMBRO

Lançamento do "Guia de conformidade legal para a sociedade civil"

Guia do Confoco

TIMELINE

2017

23 JANUARY

Entry into force of Law 13.019/2014 for municipalities

AUGUST

IV National Meeting of the Signatories discusses the implementation of the new legislation and the perspectives of the Platform

SEPTEMBER

1st National Seminar Civil Society Organizations and Public Defender - In dialogue with Managers on Law 13.019/14 - MROSC, held by the Public Defender and Abong in Rio de Janeiro

10 DE OUTUBRO

Creation of Confoco in the municipality of Belo Horizonte through Decree 16.746/2017

V National Meeting of Signatories that outlined planning and strategies for the MROSC Platform's performance, held in São Paulo

2019

CARAVANAS 2019

Acre, Rio de Janeiro and Midwest (Federal District, Goiás, Mato Grosso)

AUGUST

VI Meeting of the Signatories of the MROSC Platform in Salvador

National Seminar of the MROSC Platform in Salvador

APRIL

Technical note on MP 870/2019 and the violation of the right to freedom of association

2020

CARAVANAS 2020

Caravans in Santa Catarina, Minas Gerais and Pernambuco

MARCH

16/03/2020 - The covid-19 pandemic is declared by the World Health Organization;

Launch of the Support Fund for Civil Society Organizations (CSO Fund) - Emergency Support Modality

AUGUST

Launch of the MROSC Moment with the theme "The construction of an environment favorable to the strengthening and autonomy of CSOs in a democratic society"

SEPTEMBER

VII National Meeting of Signatories of the MROSC Platform (virtual)

PL 21.825/2016 approved

I Plenary of State Platforms (virtual)

MROSC Caravans 2021

Caravans Amapá, Pará and São Paulo (virtual)

Technical Notes 2020 and 2021

7 technical notes were prepared on legislative proposals related to the MROSC agenda

JUNE

VIII National Meeting of Signatories of the MROSC Platform with the theme "Reflections on Governance" (virtual), with the creation of the Tax and Interiorization WGs.

MROSC MOMENT with the theme "The importance of Confoco for the implementation of Law 13.019/2014"

Launch of the "Guide to motivate Civil Society Participation"

2021

AUGUST

II Plenary of State Platforms and MROSC Articulations (virtual)

Approval of the Draft Legislative Decree (PDL) 333/20

SEPTEMBER

Launch of 05 and 06 calls for proposals to support CSOs.

Conversation Round "Social Rights of Women in the Countryside and the City"

Launch of the booklet "Strengthening leadership, women's organizations and MROSC in times of covid-19"

National Seminar of the MROSC Platform with the theme "Criminalization of CSOs: who cares?"

IX National Meeting of Signatories of the MROSC Platform with the theme "Strategies and Operation of the MROSC Platform" (virtual)

DECEMBER

Launch of the "Guide to legal compliance for civil society"

Confoco Guide

LINHA DO TEMPO

2022

JANEIRO

Caravana Rio Grande do Sul (virtual)

MARÇO/MAIO

Caravana Ceará e Piauí (virtual)

Participação no Fórum Social Mundial no México

JUNHO

I Encontro Regional da Plataforma MROSC - Norte - Acre

III Seminário Nacional da Plataforma MROSC com o tema "O papel do Parlamento no fortalecimento das OSCs e na ampliação da participação social", realizado em Brasília (DF)

Momento MROSC com o tema "Movimentos Sociais e MROSC: demandas e desafios" (virtual)

JULHO

X Encontro Nacional de Signatárias da Plataforma MROSC (virtual)

AGOSTO

III Plenária das Plataformas Estaduais e Articulações MROSC (virtual)

SETEMBRO/OUTUBRO

Campanha de mobilização para as eleições 2022

NOVEMBRO

II Encontro Regional Nordeste da Plataforma MROSC - Nordeste - Ceará



TIMELINE

2022

JANUARY

Rio Grande do Sul Caravan (virtual)

MARCH/MAY

Caravan Ceará and Piauí (virtual)

Participation in the World Social Forum in Mexico

JUNE

I Regional Meeting of the MROSC Platform - North - Acre

III National Seminar of the MROSC Platform with the theme "The role of Parliament in strengthening CSOs and expanding social participation", held in Brasília (DF).

MROSC Moment with the theme "Social Movements and MROSC: demands and challenges" (virtual)

JULY

X National Meeting of Signatories of the MROSC Platform (virtual)

AUGUST

III Plenary of State Platforms and MROSC Articulations (virtual)

SEPTEMBER/OCTOBER

Mobilization campaign for the 2022 elections

NOVEMBER

II Northeast Regional Meeting of the MROSC Platform - Northeast – Ceará



Fonte: acervo da Plataforma MROSC.

ANOTHER RELEASES ABOUT MROSC PLATFORM

- Letter of Commitment of the X National Meeting of the Signatories of the MROSC Platform to those eligible in 2022
- Research: Partnerships and the Bureaucratic Criminalization of CSOs, 2022
- MROSC string, 2022
- Conjuncture for the performance of CSOs in Brazil - Contributions to the X National Meeting of the Signatories of the MROSC Platform, 2022
- Ebook: Highlights: economic sustainability of civil society organizations, 2022
- Northeast Regional Meeting of the MROSC Platform, 2022
- Contributions of the MROSC Platform OECD, 2021
- Primer: Fundraising from business sources, 2021
- Ebook: 27 stories of a journey with Civil Society Organizations in Brazil, 2021
- Booklet: Panorama of CSOs in the Midwest of Brazil, 2021
- Catalog of Projects by Public Notice 05 and 06 of 2021 MROSC
- Booklet: Strengthening leadership, women's organizations and MROSC in times of Covid-19, 2020
- Information Booklet of the "CSO Map", 2020
- Booklet: MROSC and COVID - 2020
- MROSC Platform Booklet
- Data protection: legal compliance guide for civil society, 2021
- Ebook: Regulatory framework for Civil Society Organizations: advances and challenges, 2020
- Law 13.019/2014: Strengthening civil society and expanding democracy, 2019
- Primer: "Are Civil Society Organizations at risk?", 2019
- Ebook: Regulatory incentives for individual philanthropy in Brazil, 2019
- Ebook: Strengthening civil society: reducing tax barriers to donations, 2019
- Ebook: Endowment funds and civil society organizations, 2019

OUTRAS PUBLICAÇÕES NA PLATAFORMA MROSC

- Carta Compromisso do X Encontro Nacional das Signatárias da Plataforma MROSC as/aos elegíveis em 2022
- Pesquisa: Parcerias e a Criminalização Burocrática das OSC, 2022
- Cordel do MROSC, 2022
- Conjuntura para atuação das OSCs no Brasil - Contribuições ao X Encontro Nacional das Signatárias da Plataforma MROSC, 2022
- Ebook: Highlights: economic sustainability of civil society organizations, 2022
- Encontro Regional Nordeste da Plataforma MROSC, 2022
- Contribuições da Plataforma MROSC OCDE, 2021
- Cartilha: Captação de Recursos de fontes empresariais, 2021
- Ebook: 27 histórias de uma caminhada com as Organizações da Sociedade Civil no Brasil, 2021
- Cartilha: Panorama das OSC no Centro-Oeste do Brasil, 2021
- Catálogo dos Projetos pelo Edital 05 e 06 de 2021 MROSC
- Cartilha: Fortalecimento de lideranças, organizações de mulheres e MROSC em tempos de Covid-19, 2020
- Cartilha Informativa do "Mapa das OSCs", 2020
- Cartilha: MROSC e COVID – 2020
- Cartilha Plataforma MROSC
- Proteção de dados: guia de conformidade legal para a sociedade civil, 2021
- Ebook: Marco regulatório das Organizações da Sociedade Civil: avanços e desafios, 2020
- Lei 13.019/2014: Fortalecer a sociedade civil e ampliar a democracia, 2019
- Cartilha: "As Organizações da Sociedade Civil estão em risco?", 2019
- Ebook: Incentivos regulatórios à filantropia individual no Brasil, 2019
- Ebook: Fortalecimento da sociedade civil: redução de barreiras tributárias às doações, 2019
- Ebook: Fundos patrimoniais e organizações da sociedade civil, 2019

ABOUT THE AUTHOR

Mauri J. V. Cruz is a socio-environmental lawyer (PUC/RS), a specialist in human rights (UFRGS/ESMPU), and a postgraduate professor in the disciplines of urban planning, right to the city, urban mobility, creation and organization of civil society. Executive Director of the Institute for Human, Economic and Social Rights (IDhES) and member of the Board of Directors of CAMP - School of Citizenship. Managing partner of the company Usideias, which advises planning and strategic management processes. He is a partner of the Sustainable Mobility Institute (RUAVIVA); a founding partner and cooperative member of the Mãos Verdes Work Cooperative and a member of the Board of Directors of the Oficina Cultural Arte e Trabalho Association (AOCART). He has a prominent role in the themes of CSO partnerships with the Public Administration, having participated in the production of the Abong Notebooks on the subject.

SOBRE O AUTOR



Mauri J. V. Cruz é advogado socioambiental (PUC/RS), especialista em direitos humanos (UFRGS/ESMPU), professor de pós-graduação nas disciplinas de planejamento urbano, direito à cidade, mobilidade urbana, criação e organização da sociedade civil. Diretor-executivo do Instituto de Direitos Humanos, Econômicos e Sociais (IDhES) e membro do Conselho Diretor do CAMP – Escola de Cidadania. Sócio-diretor da empresa Usideias, que assessora processos de planejamento e gestão estratégica. É sócio do Instituto de Mobilidade Sustentável (RUAVIVA); sócio-fundador e cooperativado da Cooperativa de Trabalho Mãos Verdes e membro da Diretoria da Associação Oficina Cultural Arte e Trabalho (AOCART). Tem atuação destacada nos temas das parcerias das OSCs com a Administração Pública, tendo participado da produção dos Cadernos Abong sobre o tema.

Realização

Comitê Facilitador

Coexecução Cáritas Brasileira
ELO – Ligação e Organização

Financiamento União Europeia

Consultoria Jurídica Szazi, Bechara, Storto, Reicher e Figueiredo Lopes Advogados

Comitê Facilitador da Plataforma MROSC ou Comitê Gestor ELO
UNICOPAS
ABONG
CESE
GIFE
CÁRITAS
ESQUEL

Coordenação Igor Ferrer
Marcela Vieira

Assessoria de Projeto Candice Araújo
Vitória Mesquita

Assessoria de Comunicação Angelica Tomassini
Nívea Martins

Assessoria Editorial Coelum Editorial

Preparação e Revisão Bárbara Rayne Nunes Cardoso
Isadora Aparecida Santos Pinheiro

Projeto Gráfico e Diagramação Bruna Ranyne Nunes Cardoso

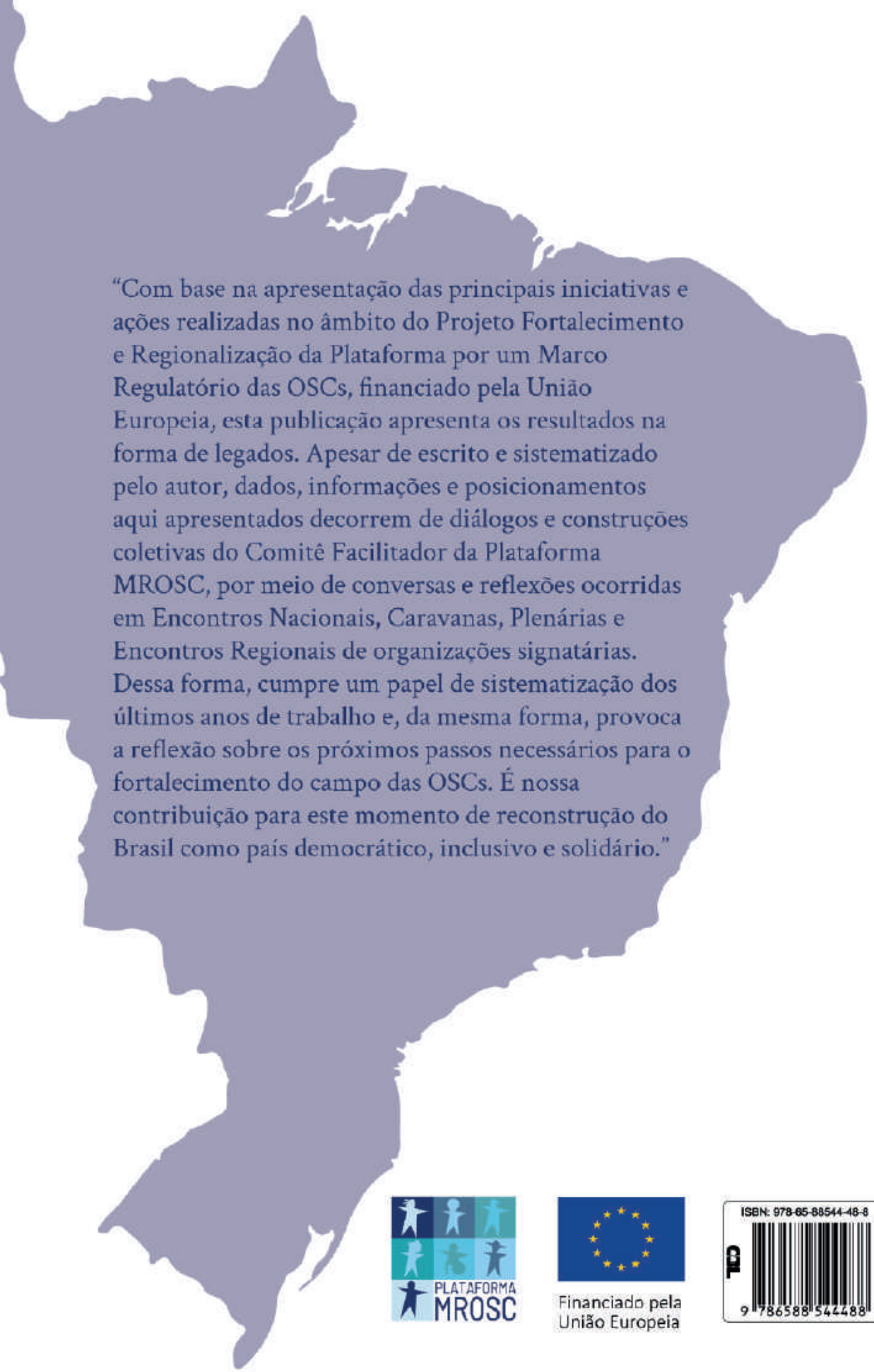
Tradução Paul Martins

Fotografia Acervo da Plataforma MROSC





Fonte: acervo da Plataforma MROSC.



"Com base na apresentação das principais iniciativas e ações realizadas no âmbito do Projeto Fortalecimento e Regionalização da Plataforma por um Marco Regulatório das OSCs, financiado pela União Europeia, esta publicação apresenta os resultados na forma de legados. Apesar de escrito e sistematizado pelo autor, dados, informações e posicionamentos aqui apresentados decorrem de diálogos e construções coletivas do Comitê Facilitador da Plataforma MROSC, por meio de conversas e reflexões ocorridas em Encontros Nacionais, Caravanas, Plenárias e Encontros Regionais de organizações signatárias. Dessa forma, cumpre um papel de sistematização dos últimos anos de trabalho e, da mesma forma, provoca a reflexão sobre os próximos passos necessários para o fortalecimento do campo das OSCs. É nossa contribuição para este momento de reconstrução do Brasil como país democrático, inclusivo e solidário."

PLATAFORMA MROSC

Financiado pela União Europeia

ISBN: 978-65-88544-48-8